SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ASSOMASUL

Mato Grosso do Sul , 02 de Julho de 2010 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul • ANO I | Nº 0120

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA

### GABINETE DO PREFEITO
### LEI Nº 773/2010

"Concede licença de parte da jornada de trabalho a servidores públicos nos casos que especifica e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Água Clara – Estado de Mato Grosso do Sul, **Excelentíssimo Senhor Edvaldo Alves de Queiroz,** faz saber que a Câmara Municipal **Aprovou** e ele **Sancionou** a seguinte Lei:

**Artigo 1°** - A duração normal da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais será reduzida em 02 horas diárias para o (a) servidor (a), pai, mãe ou convivente de filho (a) e/ ou enteado com deficiência física ou mental, sem prejuízo dos vencimentos;

**Artigo 2°** - O direito estabelecido no artigo anterior será assegurado mediante apresentação de requerimento ao departamento de recursos humanos da administração municipal juntamente com o respectivo laudo médico fornecido pela Junta Média Oficial do Município, atestando a incapacidade física ou mental do filho(a) e/ou enteado(a) do servidor(a).

**Artigo 3°** - O benefício de que trata o art.1.º tem validade limitada em, no máximo, 90 dias em caso de necessidades temporárias ou pro prazo indeterminado, em caso de necessidades permanentes.

**Artigo 4º** - O (a), por ocasião do requerimento, deverá comprovar a guarda do filho e no caso do (a) servidor (a) ser convivente, comprovar a união estável.

**Artigo 5º** - Está Lei entra em vigor no ato de sua publicação, ressalvadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez.

**Expediente:**
**Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul - ASSOMASUL**

**Diretoria 2009/2010**

| | |
|---|---|
| **Presidente** | **Humberto Rezende Pereira - Terenos** |
| 1º Vice-Presidente | João Carlos Aquino Leme - Bataguassu |
| 2º Vice-Presidente | Ilca Corral Mendes Domingos - Nioaque |
| Secretário-Geral | Ari Valdecir Artuzi - Dourados |
| 1º Secretário-Geral | Cláudio Valério da Silva - Anastácio |
| 2º Secretário-Geral | Eledir Barcelos de Souza - Stª Rita do Pardo |
| Tesoureiro Geral | Evandro Antônio Bazzo - Jardim |

Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

***EDVALDO ALVES QUEIROZ***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rejane Aparecida Nogueira
**Código Identificador:**433502AA

### GABINETE DO PREFEITO
### LEI Nº 774/2010

"Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal parar firmar convênio e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Água Clara – Estado de Mato Grosso do Sul, **Excelentíssimo Senhor Edvaldo Alves de Queiroz**, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ele **sancionou** a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ARA - Associação Ruralista Água-clarense, inscrita no CNPJ sob nº. 08.897.008/0001-04, com sede administrativa na Av. Luiz Fiúza Lima, nº. 22, nesta cidade, visando o repasse da importância de R$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais) para a realização da **"20ª Festa do Peão de Água Clara"**, a realizar-se nos dias 08 a 11 de Julho do corrente ano, no Prolongamento da Av. Luiz Fiúza Lima, s/n, nesta cidade, haja vista tratar-se de evento cultural e tradicional no município.
**Parágrafo Único** - A Entidade Conveniada se compromete a liberar a Portaria, sem ônus ao público em geral, em pelo menos um dia em que houver espetáculo, preferencialmente domingo.

**Artigo 2°** - A entidade conveniada deverá se comprometer a prestar contas do valor conveniado na forma da Lei nº. 8.666/97, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do convênio.

**Artigo 3°** - A beneficiária deverá apresentar ao Poder Executivo Municipal, Projeto contendo as informações sobre a forma de utilização dos valores doados, bem como as Certidões Negativas do INSS e FGTS, bem como Certidão Negativa de Débitos Municipais, a fim de demonstrar a regularidade no desempenho de suas atividades.

**Artigo 4°** - Deverá ainda, ser apresentada ao Poder Executivo Municipal, a comprovação das contas pagas, demonstrando a forma de utilização dos valores, após a realização do evento.
**Parágrafo Único:** Todos os documentos probatórios de pagamentos realizados, preferencialmente notas fiscais e ou recibos, deverão expressamente demonstrar as retenções a título de ISS, sob pena de não aprovação das contas.

**Artigo 5°** - O Poder Executivo Municipal utilizará a seguinte dotação orçamentária, estabelecida no orçamento em vigor, suplementadas se necessário:
**02**- Executivo Municipal
**002**- Gabinete do Prefeito
**04**- Administração
**122**- Administração Geral

**0002-** Administração com Competência
**20.02 -** Manutenção do Gabinete do Prefeito
**3390.39.00.00.00-** Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.

**Artigo 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez.

***EDVALDO ALVES DE QUEIROZ***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rejane Aparecida Nogueira
**Código Identificador:**E240B046

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 776/2010**

"Dispõe sobre a denominação da Creche Municipal, localizada na Rua Maria Augusta de Carvalho no bairro Jardim Primavera do Município de Água Clara, Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Água Clara – Estado de Mato Grosso do Sul, Excelentíssimo Senhor Edvaldo Alves de Queiroz, Faz Saber que a Câmara Municipal Aprovou e ele Sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica denominada a Creche Municipal que está sendo construída na Rua Maria Augusta de Carvalho no bairro Jardim Primavera do Município de Água Clara como: Paulo Celso Munhóz.

Artigo 2º - O Poder Executivo Municipal, por seu órgão competente, providenciará a identificação do mesmo, com a denominação, mediante colocação de plaquetas identificativas.

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez.

***EDVALDO ALVES QUEIROZ***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rejane Aparecida Nogueira
**Código Identificador:**45C32B6D

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 775/2010**

"Dispõe sobre autorização ao Município de Água Clara – Estado de Mato Grosso do Sul a firmar convênio com a Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – CASSEMS, para proceder desconto em folha de pagamento para a prestação de serviços de Assistência à Saúde aos servidores públicos municipal e autorizar o Município a contribuir com o percentual que específica, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Água Clara – Estado de Mato Grosso do Sul, **Excelentíssimo Senhor Edvaldo Alves de Queiroz,** faz saber que a Câmara Municipal **Aprovou** e ele **Sancionou** a seguinte Lei:

**Artigo 1°** - Fica autorizado os Poderes, Executivo e Legislativo, do Município de Água Clara – Estado de Mato Grosso do Sul a firmar convênio com a Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – CASSEMS, com a finalidade específica de proceder durante sua vigência, o desconto em folha de pagamento para a prestação de Assistência à Saúde dos servidores públicos municipal e aos respectivos dependentes, que por opção, vierem manifestar interesse no atendimento prestado e que expressamente autorize o Departamento de Recursos Humanos, dos Poderes, Executivo e Legislativo, a proceder os referidos descontos.

**Artigo 2º** - Fica autorizado os Poderes, Executivo e Legislativo, a contribuir com o percentual de 6% (seis por cento), correspondente ao valor da remuneração de cada servidor público a ele vinculado, que vier a aderir ao Plano de Assistência à Saúde.

**Artigo 3º** - As despesas desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias inseridas no Orçamento vigente dos Poderes, Executivo e Legislativo, suplementadas, se necessário.

**Artigo 4°** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez.

***EDVALDO ALVES QUEIROZ***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rejane Aparecida Nogueira
**Código Identificador:**99C808AE

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 150/2010**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011896/2010
LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Amambai – MS – Contratante
CNPJ: 03.568.433/0001-36
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – Contratada.
CNPJ: 03.652.030/0001-70
Objeto: Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica e Medicamentos Controlados, dos itens fracassados no pregão anterior, para uso na Secretaria Municipal de Saúde, que será realizada com recursos do Fundo Municipal de Saúde
Vigência: 04 (Quatro) meses.
Valor: R$ 5.572,00 (Cinco mil e quinhentos e setenta e dois reais).
Dotação Orçamentária:
02.14.00 - Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita
10.301.0302.0001 – PAB FIXO
Local e Data: Amambai/MS, 30 de junho de 2010.

Assinam: Dirceu Luiz Lanzarini – Prefeito Municipal.
CPF: 028.021.368-95
EDIVAR SZYMANSKI – Proprietário
CPF: 670.481.290-34

**Publicado por:**
Clediomar Arce dos Santos
**Código Identificador:**C157C492

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE HOMOLOGACAO PREGAO PRESENCIAL NO 040/2010**

Processo nº: 011896/2010
Pregão Presencial nº: 040/2010
Objeto: Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica e Medicamentos Controlados, dos itens fracassados no pregão anterior, para uso na Secretaria Municipal de Saúde, que será realizada com recursos do Fundo Municipal de Saúde.
EMPRESAS VENCEDORAS:
SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - R$ 6.905,00
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - R$ 6.045,00
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - R$ 5.572,00
DIMENSÃO COM. DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - R$ 3.200,00
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta do Orçamento Geral desta Prefeitura realizada com recursos próprios e com recursos do Fundo Municipal de Saúde na dotação orçamentária 02.14.00 – Fundo municipal de Saúde – 3.3.90.32 – Material de Distribuição Gratuita – 10.301.0302.0001 – PAB FIXO.

Local e Data: 30/06/2010.

***DIRCEU LUIZ LANZARINI***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Clediomar Arce dos Santos
**Código Identificador:**018E306C

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 134/2010**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011163/2010
LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Amambai – MS – Contratante
CNPJ: 03.568.433/0001-36
PETEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA – Contratada.
CNPJ: 26.834.259/0001-21
Objeto: Aquisição de Materiais de Construção/Elétricos/Hidráulicos e Ferramentas, todos de 1ª linha e de boa qualidade com marcas conhecidas no mercado nacional, para uso na Escola Municipal Agrotécnica Lino do Amaral Cardinal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação com entrega parcelada, até 31/12/2010, com recursos do Convênio Estadual nº 16303/2010, Processo nº 29/011381/2010, e contrapartida do município.
Vigência: 31.12.2010
Valor: R$ 2.094,25 (Dois mil noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos).
Dotação Orçamentária:
02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - Material de Consumo
12.361.0008.2027.0000 - Manutenção do Departamento de Rede Vida Escolar
Local e Data: Amambai/MS, 17 de Junho de 2010.
Assinam: Dirceu Luiz Lanzarini – Prefeito Municipal.
CPF: 028.021.368-95
Luis Alberto Camponez Petenatti – Sócio Proprietário
CPF: 051319728-17

**Publicado por:**
Clediomar Arce dos Santos
**Código Identificador:**1D257B16

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 135/2010**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011164/2010
LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Amambai – MS – Contratante
CNPJ: 03.568.433/0001-36
RONCONE & RONCONE LTDA – Contratada.
CNPJ: 02.642.132/0001-42
Objeto: Prestação de Serviços de Locação de Maquinários e Equipamentos adiante relacionados, incluso operadores, manutenção, alimentação, translado e alojamento, que deverão estar disponíveis no município de Amambai-MS
Vigência: Até 31.12.2010
Valor: R$ 207.350,00. (Duzentos e sete mil trezentos e cinqüenta reais).
Dotação Orçamentária:
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0008.2027.0000 - Manutenção do Departamento de Rede Vida Escolar
02.10.00 – SECRETRAIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
15.451.0011.2034.0000 – Manutenção Encargos Dpto. Praças, Parques e Jardins
02.11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
04.451.0012.2038.0000 – Manutenção Departamento de Obras Públicas
Local e Data: Amambai/MS, 21 de Junho de 2010.
Assinam: Dirceu Luiz Lanzarini – Prefeito Municipal.
CPF: 028.021.368-95
José Carlos Roncone – Proprietário
CPF: 437.906.230-91

**Publicado por:**
Clediomar Arce dos Santos
**Código Identificador:**E6F2DAF4

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 148/2010**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011896/2010
LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Amambai – MS – Contratante
CNPJ: 03.568.433/0001-36
SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – Contratada.
CNPJ: 92.536.010/0001-64
Objeto: Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica e Medicamentos Controlados, **dos itens fracassados no pregão anterior,** para uso na Secretaria Municipal de Saúde, que será realizada com recursos do Fundo Municipal de Saúde
Vigência: 04 (Quatro) meses.
Valor: R$ 6.905,00 (Seis mil novecentos e cinco reais).
Dotação Orçamentária:

02.14.00 - Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita
10.301.0302.0001 – PAB FIXO
Local e Data: Amambai/MS, 30 de junho de 2010.
Assinam: Dirceu Luiz Lanzarini – Prefeito Municipal.
CPF: 028.021.368-95
Dalci Filipetto – Proprietário
CPF: 307.886.250-04

**Publicado por:**
Clediomar Arce dos Santos
**Código Identificador:**3F86481C

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 149/2010**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011896/2010
LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Amambai – MS – Contratante
CNPJ: 03.568.433/0001-36
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – Contratada.
CNPJ: 02.520.829/0001-40
Objeto: Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica e Medicamentos Controlados, dos itens fracassados no pregão anterior, para uso na Secretaria Municipal de Saúde, que será realizada com recursos do Fundo Municipal de Saúde
Vigência: 04 (Quatro) meses.
Valor: R$ 6.045,00 (Seis mil e quarenta e cinco reais).
Dotação Orçamentária:
02.14.00 - Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita
10.301.0302.0001 – PAB FIXO
Local e Data: Amambai/MS, 30 de junho de 2010.
Assinam: Dirceu Luiz Lanzarini – Prefeito Municipal.
CPF: 028.021.368-95
GLEISON SACHET – Proprietário
CPF: 650.526.920-72

**Publicado por:**
Clediomar Arce dos Santos
**Código Identificador:**B9F5DB56

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 151/2010**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011896/2010
LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Amambai – MS – Contratante
CNPJ: 03.568.433/0001-36
DIMENSÃO COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA – Contratada.
CNPJ: 03.924.435/001-10
Objeto: Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica e Medicamentos Controlados, dos itens fracassados no pregão anterior, para uso na Secretaria Municipal de Saúde, que será realizada com recursos do Fundo Municipal de Saúde
Vigência: 04 (Quatro) meses.
Valor: R$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais).
Dotação Orçamentária:
02.14.00 - Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita
10.301.0302.0001 – PAB FIXO
Local e Data: Amambai/MS, 30 de junho de 2010.
Assinam: Dirceu Luiz Lanzarini – Prefeito Municipal.
CPF: 028.021.368-95
Elvis Aparecido Mariani - Procurador
CPF: 602.238.639-04

**Publicado por:**
Clediomar Arce dos Santos
**Código Identificador:**FCF2EFE7

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 133/2010**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011163/2010
LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Amambai – MS – Contratante
CNPJ: 03.568.433/0001-36
SÃO TINTAS LTDA EPP – Contratada.
CNPJ: 02.642.132/0001-42
Objeto: Aquisição de Materiais de Construção/Elétricos/Hidráulicos e Ferramentas, todos de 1ª linha e de boa qualidade com marcas conhecidas no mercado nacional, para uso na Escola Municipal Agrotécnica Lino do Amaral Cardinal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação com entrega parcelada, até 31/12/2010, com recursos do Convênio Estadual nº 16303/2010, Processo nº 29/011381/2010, e contrapartida do município.
Vigência: 31.12.2010
Valor: R$ 39.640,67 (Trinta e nove mil seiscentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos).
Dotação Orçamentária:
02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - Material de Consumo
12.361.0008.2027.0000 - Manutenção do Departamento de Rede Vida Escolar
Local e Data: Amambai/MS, 17 de Junho de 2010.
Assinam: Dirceu Luiz Lanzarini – Prefeito Municipal.
CPF: 028.021.368-95
Laura Cristiane Dalberto Fistarol – Sócia Proprietária
CPF: 848.487.071-53

**Publicado por:**
Clediomar Arce dos Santos
**Código Identificador:**15396F16

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 132/2010**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011162/2010
LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Amambai – MS – Contratante
CNPJ: 03.568.433/0001-36
NUTRIVET NUTRIMENTOS VETERINÁRIOS LTDA ME – Contratada.
CNPJ: 00.777.615/0001-29
Objeto: Aquisição de Materiais de Insumos Agrícolas e de Uso Veterinário, todos de 1ª linha e de boa qualidade com marcas conhecidas no mercado nacional, para uso na Escola Municipal Agrotécnica Lino do Amaral Cardinal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação com entrega parcelada, até 31/12/2010.
Vigência: 31.12.2010
Valor: R$ 126.151,90 (Cento e vinte e seis mil cento e cinqüenta e um reais e noventa centavos).
Dotação Orçamentária:
02.07.00 – Secretaria Municipal de Educação
3.3.90.3.00 - Material de Consumo
12.361.0008.2027.0000 - Manutenção do Departamento de Rede Escolar
Local e Data: Amambai/MS, 14 de Junho de 2010.
Assinam: Dirceu Luiz Lanzarini – Prefeito Municipal.

CPF: 028.021.368-95
Edmar Bampi – Sócio Proprietário
CPF: 231.133.249-04

**Publicado por:**
Clediomar Arce dos Santos
**Código Identificador:**80C5C7A3

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANASTÁCIO

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 115, 30 DE JUNHO DE 2010.

*DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

**O prefeito municipal de Anastácio**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, conforme art. 47, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo, nas repartições públicas Municipais, o expediente do dia 02 de julho de 2010, data do jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 2010.

Art. 2º O disposto no artigo anterior não se aplica às unidades e serviços considerados essenciais, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos.

Art. 3º As unidades escolares e centros de educação infantil obedecerão ao disposto na Portaria/SEMED nº 001, de 22 de janeiro de 2010.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anastácio-MS, 30 de junho de 2010.

***CLÁUDIO VALÉRIO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosileny Ribeiro Leite
**Código Identificador:**385F8FF2

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 113, DE 29 DE JUNHO DE 2010

SUSPENDE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO NO PERÍODO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **prefeito Municipal de Anastácio**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 47, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o uso do poder discricionário que lhe é atribuído, como administrador público e no uso do princípio da razoabilidade, no que concerne ao interesse da administração, uma vez que elevado número de servidores já se encontram usufruindo do afastamento decorrente da licença prêmio,

**DECRETA:**

**Art. 1º Ficam suspensas temporariamente novas concessões aos servidores efetivos da Prefeitura Municipal que fazem jus ao gozo de licença prêmio, sem prejuízo do direito adquirido na vigência da Lei Municipal nº 262, de 30 de setembro de 1991.**

Art. 2º A suspensão temporária de que trata o art. 1º deste Decreto será compreendida entre 05 de julho a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada, se necessário, de acordo com o interesse da Administração.

**Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.**

Anastácio-MS, 29 de junho de 2010.

***CLÁUDIO VALÉRIO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosileny Ribeiro Leite
**Código Identificador:**2CAD1294

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 114, DE 29 DE JUNHO DE 2010

*Revoga Decreto Expropriatório*

**Cláudio Valério da Silva,** Prefeito Municipal de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso o Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Constituição da República, Lei Orgânica Municipal e art. 6º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41, e,

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal n. 104, de 16 de junho de 2010, vez que não há mais interesse nem conveniência administrativa na aquisição da referida área.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anastácio-MS, 29 de junho de 2010.

***CLÁUDIO VALÉRIO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosileny Ribeiro Leite
**Código Identificador:**95C1DDCF

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
### RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO
### INEXIGIBILIDADE N° 01/2010 - PROCESSO ADM Nº 056/2010

O Município de Anastácio/MS, homologa o certame licitatório referente ao Convite em epígrafe para a empresa BERNARDO VIDAL CONSULTORIA LTDA, CNPJ 10.656.468/0001-92, com o valor de 20% (vinte por cento) sobre todos os benefícios proporcionados. Referente à prestação de serviços especializados na estruturação e no planejamento da folha de pagamento do Município de Anastácio/MS. Na dotação 05.01.04.121.0320.0.7.3.3.90.39.00-000.
Anastácio/MS, 24 de junho de 2010.

***CLÁUDIO VALÉRIO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosileny Ribeiro Leite
**Código Identificador:**ACE356B5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE APOSTILAMENTO N. 02 AO CONTRATO N. 32/2010**

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO", CNPJ n. 03.452.307/0001-11, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Cláudio Valério da Silva.
CONTRATADO: Auto Posto Anastácio Ltda, CNPJ/MF nº 24.649.634/0001-38
DO OBJETO: Remanejar no contrato 8.000 (oito mil) litros de gasolina do Fundo Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Obras.
DO AMPARO LEGAL: Artigo 65, I, "a" e c/c §8º da Lei Federal n. 8.666/93.
CLÁUSULA ALTERADA: Segunda.
PARECER JURÍDICO: Assessor Jurídico – Douglas Caldas de Oliveira Júnior
ASSINATURAS: Cláudio Valério da Silva, José Borges da Silva, Honorato de Souza, Manoel Aparecido da Silva e Ernandes Peixoto de Miranda.
Anastácio – MS, 01 de junho de 2010

***CLÁUDIO VALÉRIO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosileny Ribeiro Leite
**Código Identificador:**476B23FD

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO - MS EXTRATO DE CONTRATO N. 084/2010**

OBJETO – Prestação de serviços especializados na estruturação e no planejamento da folha de pagamento, incluindo as respectivas exações sobre todas as suas parcelas.
LICITAÇÃO PRÉVIA – Inexigibilidade n° 01/2010 - Processo Adm nº 056/2010
CONTRATADA: BERNARDO VIDAL CONSULTORIA LTDA, CNPJ 10.656.468/0001-92
PRAZO DE VIGÊNCIA – 24.06.2010 a 31.12.2012
VALOR COBRADO – 20% (vinte por cento) sobre todos os benefícios proporcionados.
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01.04.121.0320.0.7.3.3.90.39.00-000.**
PARECER JURÍDICO – Douglas Caldas de Oliveira Júnior – Assessor Jurídico - **Péricles Garcia Santos – Procurador jurídico**
ASSINATURAS: Cláudio Valério da Silva, Diego de Arribas BArbosa, Manoel Aparecido da Silva e Ernandes Peixoto de Miranda.
Anastácio – MS, 24 de junho de 2010.

***CLÁUDIO VALÉRIO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosileny Ribeiro Leite
**Código Identificador:**587BE7C0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 058/2010 - PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2010**

O Município de Anastácio MS, torna público, a realização de licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal 10520/2002, Lei Municipal 721/2009 e legislação correlata, de acordo com a Lei Federal n° 8666/93 e suas alterações.
OBJETO: Aquisição de equipamentos, material permanente e instrumentais para atender o Programa de Saúde Bucal do Município de Anastácio/MS.
DATA E HORARIO DA REALIZAÇÃO: 26 de Julho de 2010 às 08:00 horas (horário local).
LOCAL DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: Paço Municipal "Almiro Flores Nogueira" sito a Rua João Leite Ribeiro, 754 Centro, Anastácio MS.
VALOR ESTIMADO: R$ 53.010,90 (cinqüenta e três mil dez reais e noventa centavos).
OBTENÇÃO DO EDITAL: Na Secretaria Municipal de Administração, Rua João Leite Ribeiro, 754, Centro, Anastácio/MS, através da apresentação do comprovante de depósito ou transferência bancária (em nome da empresa interessada) no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais) no Banco do Brasil Agência 4817-8, Conta Corrente 2657-3.
TELEFONE: (0xx67) 3245-3540. Não serão fornecidas informações por e-mail.
Anastácio/MS, 29 de Junho de 2010.

***ADEMIR DE JESUS ARRUDA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Rosileny Ribeiro Leite
**Código Identificador:**A0E788A9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 059/2010 - PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2010**

O Município de Anastácio MS, torna público, a realização de licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal 10520/2002, Lei Municipal 721/2009 e legislação correlata, de acordo com a Lei Federal n° 8666/93 e suas alterações.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atender a Farmácia Básica e a Secretaria de Saúde do Município de Anastácio/MS.
DATA E HORARIO DA REALIZAÇÃO: 27 de Julho de 2010 às 08:00 horas (horário local).
LOCAL DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: Paço Municipal "Almiro Flores Nogueira" sito a Rua João Leite Ribeiro, 754 Centro, Anastácio MS.
VALOR ESTIMADO: R$ 86.988,76 (oitenta e seis mil novecentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos).
OBTENÇÃO DO EDITAL: Na Secretaria Municipal de Administração, Rua João Leite Ribeiro, 754, Centro, Anastácio/MS, através da apresentação do comprovante de depósito ou transferência bancária (em nome da empresa interessada) no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais) no Banco do Brasil Agência 4817-8, Conta Corrente 2657-3.
TELEFONE: (0xx67) 3245-3540. Não serão fornecidas informações por e-mail.
Anastácio/MS, 29 de Junho de 2010.

***ADEMIR DE JESUS ARRUDA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Rosileny Ribeiro Leite
**Código Identificador:**7C85BA38

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

### SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO N. 059/2010

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Bodoquena no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Substitui membros do Conselho Municipal de Saúde

| MEMBRO: | EM SUBSTITUIÇÃO A: |
|---|---|
| Renata Niehues | Valdecir Costa Campos |
| Débora Cardoso Riveiro Ferreira | Daiane Gonçalves Ferreira |

**Art. 2º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bodoquena MS 28 de junho de 2010

***JUN ITI HADA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Marcia Regina Aquino Risalte
**Código Identificador:**A91D8BC4

### SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO N. 061/2010

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação – fundeb.

O Prefeito Municipal de Bodoquena no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Substitui membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, nomeados através do Decreto n. 2.138/2009, para o biênio de 2009 à 2011.

| MEMBRO: | EM SUBSTITUIÇÃO A: |
|---|---|
| Anderson Joaquim Mendes de Assis | Fabio Rosa Santana |
| Maribel Ramos de Bairros Rocha | Maria das Mercês Carvalho |

**Art. 2º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Bodoquena MS 30 de junho de 2010

***JUN ITI HADA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Marcia Regina Aquino Risalte
**Código Identificador:**30F7CCB4

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 088 DE, 23 DE JUNHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR AS UNIDADES ORÇAMENTARIAS QUE MENCIONA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, bem como na Lei nº. 1.186, de 25 de novembro de 2009 e a Lei nº . 1.189, de 15 de Janeiro de 2010 e disposições da Lei n° 4.320/64,

**DECRETA:**

**Art. 1º**. Nos termos do Art. 1º da Lei nº. 1.189, de 15 de Janeiro de 2010 suplementa por excesso de arrecadação as unidades orçamentárias que menciona, discriminadas como segue:

**SUPLEMENTAÇÃO:**

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
09.01 – Gabinete do Secretário de Obras
15.452.501 – Promovendo Bonito e sua Natureza
2030 – encargos com a Gestão do Trânsito de Bonito
44.90.51.00 – Obras e Instalações – Valor R$ 83.694,07 (Oitenta e três mil seiscentos e noventa e quatro reais e sete centavos)

**TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 83.694,07 (Oitenta e três mil seiscentos e noventa e quatro reais e sete centavos)**

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal, e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 91 e § 1° da Lei Orgânica Municipal.

**JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO,**
Prefeito Municipal.

**Publicado por:**
Carlos Alberto Jacques da Silva
**Código Identificador:**FB9882F4

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 087 DE, 23 DE JUNHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR AS UNIDADES ORÇAMENTARIAS QUE MENCIONA POR ANULAÇÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo

66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, bem como na Lei nº. 1.186, de 25 de novembro de 2009 e disposições da Lei n° 4.320/64,

**DECRETA:**

**Art. 1º**. Nos termos do Art. 11 da Lei nº. 1.186, de 25 de novembro de 2009, suplementa por anulação as unidades orçamentárias que menciona, discriminadas como segue:

**SUPLEMENTAÇÃO:**
05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
05.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.302 – Desenvolvimento de Ações de |Proteção Social Básica
2.013 – Gestão das Políticas Sociais Locais de Atenção Básica
33.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Valor R$ 10.000,00(Dez mil reais)

**TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 10.000,00(Dez mil reais)**

**ANULAÇÕES:**
05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
05.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.302 – Desenvolvimento de Ações de |Proteção Social Básica
2.013 – Gestão das Políticas Sociais Locais de Atenção Básica
33.90.30.00 – Material de Consumo – Valor R$ 10.000,00(Dez mil reais)

**TOTAL DAS ANULAÇÕES R$ 10.000,00(Dez mil reais)**

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal, e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 91 e § 1° da Lei Orgânica Municipal.

***JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO***
Prefeito Municipal.

**Publicado por:**
Carlos Alberto Jacques da Silva
**Código Identificador:**1B6A1FE0

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 089 DE, 28 DE JUNHO DE 2010.**

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica declarado ponto facultativo, nas repartições públicas municipais da Administração Direta, Autarquia e Fundação, o expediente do dia 2 de julho de 2010, data do jogo da seleção brasileira na copa do mundo de futebol de 2010.
**Parágrafo único.** O disposto no caput do Art. 1º não se aplica às unidades e serviços considerados essenciais de saúde e limpeza pública ou que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos.

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal, e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 91 e § 1° da Lei Orgânica Municipal.

***JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO,***
Prefeito Municipal.

**Publicado por:**
Carlos Alberto Jacques da Silva
**Código Identificador:**54A53290

---

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ**
**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**

Retifica-se por incorreção, a publicação do dia 18 de março de 2010, Edição 0048, página 8, Diário Eletrônico da Assomasul, referente ao Extrato do Convênio nº. 009/2010.
Onde se lê.....
Cláusula Décima sétima – Da Publicação
..., no Diário Oficial do Estado...,
Leia-se.....
..., Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul...,

**Publicado por:**
Barbara Lopes Belchior
**Código Identificador:**62978809

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ**
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**Extrato de Contrato do Quarto Termo Aditivo**
**Partes**: Prefeitura Municipal de Camapuã/Erenilda Vitor da Silva de Souza e Jorge Alves de Souza
**Objeto**: Os Contratados fazem parte do programa Família Acolhedora, e nesta condição, e enquanto permanecerem cadastrados junto ao programa, se obrigam a cumprir todas as metas, em especial, acolher crianças e adolescentes em situações irregulares, os quais serão encaminhados por intermédio do Conselho Tutelar do Município de Camapuã/MS, correndo as despesas por conta da dotação orçamentária própria.
**Valor:** Os Contratados terão ajuda de custo/remuneração mensal equivalente a meio salário mínimo vigente, porém em caso do efetivo acolhimento da criança e ou adolescente em seu lar, receberão até meio salário mínimo vigente, proporcionalmente ao número de dia/mês de acolhimento, por criança e ou adolescente atendido.
**Prazo:** vigência até 31/07/2010
**Assinantes**: Marcelo Pimentel Duailibi/ Erenilda Vitor da Silva de Souza e Jorge Alves de Souza
**Data**: 30 de junho de 2010.

**Publicado por:**
Taynara Mazuchin da Silva Cardozo
**Código Identificador:**0F649AD3

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ**
**ASSESSORIA JURÍDICA**

LEI Nº 1.688 DE 30 DE JUNHO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Reduzir os Vencimentos dos Servidores Públicos Comissionados

e dos Agentes Políticos do Município de Camapuã e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reduzir os vencimentos dos servidores públicos comissionados e dos agentes políticos do município de Camapuã/MS, no percentual de 10%(dez por cento).

Parágrafo Primeiro. Ficam excluídos da redução vencimentos os servidores comissionados PM-DAS 5 e PM-DAS 6.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros a partir de 01/07/2010.

Camapuã-MS, 30 de junho de 2010.

***MARCELO PIMENTEL DUAILIBI.***
Prefeito de Camapuã

**Publicado por:**
Orlando Fruguli Moreira
**Código Identificador:**6EA194B3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ**
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**Lei nº.1.689 de 30 de junho de 2010**.

*"Autoriza o Arrendamento de área Pública e dá outras providências"***.**

**MARCELO PIMENTEL DUAILIBI**, Prefeito do Município de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o arredamento de área pública com 50 ha.(cinqüenta hectares), a qual encontra-se devidamente matriculada junto ao Serviço Notarial de Camapuã/MS sob o nº18.736.

**Art. 2º** O valor do arredamento será de R$700,00(setecentos reais) mensais, pelo período de 04(quatro) meses.

**Art. 3º** O pagamento do arrendamento será creditado no elemento de despesa outras receitas de aluguéis - 13.11.99.00.00.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições me contrário.

Camapuã-MS, 30 de junho de 2010.

***MARCELO PIMENTEL DUAILIBI***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Orlando Fruguli Moreira
**Código Identificador:**FC277A8B

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ**
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**M LEI Nº 1.690 DE 30 DE JUNHO DE 2010.**

*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício de 2011 e dá outras providências.*

**MARCELO PIMENTEL DUAILIBI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
**das disposições preliminares**

Art. 1° São estabelecidas em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 165 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n° 101/2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Camapuã, para 2011, compreendendo:

| | | |
|---|---|---|
| I | – | as prioridades e metas da administração pública municipal; |
| II | – | A estrutura e organização dos orçamentos; |
| III | – | as diretrizes específicas para o Poder Legislativo; |
| | | |
| V | – | as diretrizes do orçamento fiscal e da seguridade social; |
| VI | – | os limites e condições para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; |
| VII | – | as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; |
| VIII | – | as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; |
| IX | – | as disposições de caráter supletivo sobre a execução dos orçamentos; |
| X | – | as regras para o equilíbrio entre a receita e a despesa; |
| XI | – | as limitações de empenho; |
| XII | – | as transferências de recursos; e |
| XIII | – | as disposições gerais. |

**capítulo i**
**das prioridades e metas da administração pública municipal**

Art. 2° As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o Exercício de 2011, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social, são as constantes do Art. 3º e anexo I desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na lei orçamentária de 2011 e na sua execução.

Art. 3° Constituem prioridades da Administração Municipal a serem contempladas na sua programação orçamentária:
I – a modernização da administração pública municipal através da informatização dos serviços e de um esforço persistente de redução dos custos operacionais e da racionalização dos gastos, conforme prescrições contidas na Lei Complementar n° 101/00;
II – o estímulo ao desenvolvimento dos recursos humanos, promovendo a capacitação e a valorização profissional dos servidores, visando ganhos de produtividade, redução de custos e otimização dos serviços públicos;
III – uma programação social efetiva priorizando, sobretudo a população de baixa renda no acesso a serviços básicos de saúde, habitação, do apoio a programas que concorram para a

geração de maiores oportunidades de emprego e do estímulo à parceria com a iniciativa privada e a sociedade organizada;
IV – promover ações de incentivos as atividades esportivas, culturais e do turismo nas manifestações populares e difusão do folclore do município, em parceria com as entidades públicas e privadas, proporcionando aos munícipes o desenvolvimento social, físico e intelectual;
V – manutenção dos programas de educação básica do município, priorizando o ensino infantil e fundamental, oferecendo aos alunos distribuição de merenda de boa qualidade, transporte escolar, melhorias das escolas municipais, bem como a valorização e capacitação do magistério e profissionais de educação e outros incentivos educacionais que vise a melhoria da educação em nosso município;
VI – implantação de uma política agrícola de valorização ao produtor rural, visando o apoio à produção familiar, incentivo ao associativismo, programa de diversificação das atividades rurais e apoio ao pequeno produtor rural com objetivo de incentivar seu desenvolvimento social e econômico;
VII – a implantação de uma infra-estrutura básica de atendimento à população, priorizando a manutenção e estruturação do sistema viário, transporte urbano, drenagem, iluminação pública, saneamento, pavimentação de vias urbanas e outras obras complementares;
VIII – o incentivo às ações voltadas para a preservação, recuperação, conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais renováveis, priorizando ações educativas;
IX – manutenção, restauração e conservação de edificações públicas integrantes do patrimônio municipal e construção de novas unidades;
Parágrafo único. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2011, será dado maior prioridade aos programas sociais, após atendidas as disposições do art. 2º desta lei.

Art. 4° Constituem metas fiscais da Administração para inclusão na sua programação orçamentária as que estão contempladas nos anexos I e II da presente lei.

**capítulo ii**
**da estrutura e organização dos orçamentos**

Art. 5° As categorias de programação de que trata esta Lei, serão identificadas no projeto de lei orçamentária por Funções, Subfunções, Programas, Atividades e Projetos, órgão concedente e órgão conveniente.
§ 1° Para efeito desta Lei, entende-se por:
I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
II – Subfunção, representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
III – Programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
IV – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
V – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VI – Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários; e
VII – Convenente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos estaduais, municipais ou do Distrito Federal, e as entidades privadas, com os quais o município pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes descentralização de créditos orçamentários.
§ 2° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 3° Cada atividade e projeto identificará a função, a subfunção e o programa aos quais se vinculam.

Art. 6° Os orçamentos fiscais e da seguridade social, referentes aos poderes do Município, seus fundos e órgãos da administração direta, indireta, criadas e mantidas pelo poder público municipal, discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, segundo exigências da Lei n° 4.320/64.

Art. 7º Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.
§ 1º As despesas de cada Unidade Orçamentária serão discriminadas por projeto/atividade e classificadas por:
I – Função, Subfunção e Programa;
II – Grupos de Despesa;
III – Elemento de Despesa.
§ 2º Os Grupos de Despesa a que se refere o inciso II, deste artigo, são os seguintes:
I – Pessoal e Encargos Sociais – 1;
II – Juros e Encargos da Dívida – 2;
III – Outras Despesas Correntes – 3;
IV – Investimentos – 4;
V – Inversões Financeiras – 5; e
VI – Amortização da Dívida – 6.

§ 3º Os conceitos e as especificações dos Grupos de Despesa são os constantes da Portaria Interministerial n.º 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal.
§ 4º Os conceitos e especificações das Fontes de Receita, são os constantes da Portaria Conjunta n.º 2 de 08 de agosto de 2007, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprovou a 4ª edição do Manual de Procedimentos da Receita Pública.
§ 5º Cada atividade e projeto identificará a Função, a Subfunção e o Programa aos quais se vinculam.

Art. 8° O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:
I – mensagem;
II – texto da lei;
III – quadros orçamentários consolidados;
IV – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando receita e despesa na forma definida na Lei n° 4.320/64;
V – quadro indicativo da legislação que norteia a arrecadação da receita;
Parágrafo Único – Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no Art. 22, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – evolução da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;
II – resumo das receitas e despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
III – receita e despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei n.° 4.320/64 e suas alterações;
IV – despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente segundo a função, subfunção e programa;
V – demonstrativo que evidencie a programação no orçamento fiscal, dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e demais normas legais;
VI – demonstrativo que evidencie a programação no Orçamento da Seguridade Social, dos recursos destinados à Saúde em cumprimento ao disposto no inciso III, § 2º do art. 198 da Constituição Federal e demais normas legais;
VII – a evolução da receita nos três últimos anos, a execução provável para 2010 e a estimada para 2011.

Art. 9° O enquadramento dos projetos e atividades na classificação funcional-programática, deverá observar os objetivos específicos de cada aplicação, independente da unidade a que estiverem vinculados.

Art. 10 As despesas e as receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o déficit ou o superávit corrente e o total de cada um dos orçamentos.

**capítulo iii**
**das diretrizes específicas para o poder legislativo**

Art. 11 O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7 % (sete por cento) conforme emenda Constitucional nº 058, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5° do Art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme regra contida em norma fixada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 12 O valor do orçamento do Poder Legislativo municipal poderá ser suplementado ou reduzido nas hipóteses previstas no Artigo 43 § 1º, incisos I à III da Lei nº 4.320/64, observando o que se contém no Parecer – C nº 00/0024/2002, do Tribunal de Contas do Estado.
§ 1º O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos do inciso II, § 2° do art. 29-A da Constituição Federal.
§ 2º A despesa total com a folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1° do art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 13 O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária ao Poder Executivo, para fins de consolidação, até o final do mês de julho do corrente ano.

**capítulo iv**
**das diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações**

Art. 14 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2011 deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações.

Art. 15 A participação da comunidade no processo de elaboração desta Lei, será mediante audiência pública.
Parágrafo Único. As reivindicações populares apresentadas na audiência pública, serão examinadas tecnicamente e incluídas na elaboração da LOA, na proporção das disponibilidades dos recursos financeiros e da importância que cada uma possa representar para as ações sociais e econômicas do Município.

Art. 16 A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

Art. 17 Na programação da despesa serão vedados:
I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
II - consignar na lei orçamentária projetos com a mesma finalidade em mais de uma Unidade Orçamentária, crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
III – a vinculação da receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, nos termos do inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 18 Além das prioridades referidas no artigo 3º, a Lei de Diretrizes Orçamentárias somente se admite a inclusão de novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada no orçamento, se:
I - tiverem sido adequadamente atendidos os projetos já iniciados;
II - tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;
III - no caso de no exercício houver excesso de arrecadação;
IV - tiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio.
Parágrafo único. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 19 A lei orçamentária somente contemplará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro, se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 20 As metas do Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2011, deverão ser compatibilizadas com as metas da LDO

Art. 21 Os estudos para definição da previsão da receita para o exercício, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico e vegetativo, a arrecadação até o mês de julho de 2010, podendo o Poder Executivo, mediante justificativa, alterar as previsões desta Lei.

Art. 22 É vedada a aplicação de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Art. 23 É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos e para pagamento de amortização, juros e outros encargos da dívida municipal, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações.

Parágrafo Único - Somente serão incluídos no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de créditos quando aprovadas por Lei.

Art. 24 É obrigatória a inclusão no orçamento, de recursos necessários ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, conforme determina o § 1º do Art. 100 da Constituição Federal.

Art. 25 As dotações orçamentárias para atender as despesas com publicidade de interesse do Município, restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação de investimentos e de serviços públicos efetivamente realizados, e de campanhas de natureza educativa e preventiva, inclusive as despesas com a publicação de editais e outras legalmente permitidas, como a publicação de atos públicos e campanhas para esclarecer os contribuintes sobre o calendário fiscal do Município.

Art. 26 A Lei Orçamentária, destinará:
I – para a manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos na forma prevista no art. 212 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal;
II – em ações e serviços públicos de saúde não menos de 15% (quinze por cento) da receita oriunda de impostos, em conformidade com o inciso III, do § 2º do Art. 198 da Constituição Federal.

Art. 27 É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividade de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, e que preencham uma das seguintes condições:
I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, cultura, saúde ou educação, e estejam registradas no Órgão Municipal de Assistência Social;
II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal.
§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício, pelo Conselho Municipal de Assistência Social e pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente quando necessário e comprovando ainda a regularidade do mandato de sua diretoria.
§ 2º As entidades privadas beneficiadas, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.
§ 3° Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a concessão somente se dará através de Lei especifica.

Art. 28 É vedada a destinação de recursos a entidade privada a título de contribuição, ressalvada a autorizada em lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução em parceria com a administração pública municipal, de programa e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 29 os auxílios financeiros para entidades privadas serão concedidos quando autorizadas por lei específica e desde que sejam:
I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental, esporte amador e incentivos à cultura e ao turismo;
II - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;
III – de reconhecido sentido social
Parágrafo Único – Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:
I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 30 Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:
I – clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas as creches e escolas para o atendimento pré-escolar, as entidades assistenciais de natureza educacionais, saúde e assistência social.
II – pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Direta ou Indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer serviço ligado à administração municipal.

**capítulo v**
**das diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social**

Art. 31 Os recursos ordinários do Município, somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional, precatórios judiciais, bem como a contrapartida de convênios e de programas financiados e aprovados por lei específica.
Parágrafo Único – Na fixação da programação da despesa deverão ser observadas as prioridades constantes do artigo 3° desta Lei.

Art. 32 O Orçamento da Seguridade Social, compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:
I – das contribuições sociais previstas na Constituição;
II – das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, entidades e fundos que integram o orçamento de que trata este artigo;
III – das receitas transferidas do Orçamento Fiscal do Município.

Art. 33 A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência em até 2,5% (dois e meio por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive para abertura de créditos suplementares destinados ao reforço de dotações que se revelarem insuficientes para atender suas finalidades, conforme art. 8° da Portaria n° 163 de 04.05.01 da STN.

**capítulo vi**
**limites e condições para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado**

Art. 34 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas de caráter continuado, deverá ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.

Art. 35 Para efeito do disposto no § 3º art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizadas.

**capítulo vii**
**das disposições relativas as despesas com pessoal e encargos sociais**

Art. 36 A despesa com pessoal ativo, inativo, pensionista e encargos sociais do Executivo não poderá exceder, no exercício, ao limite de 54% (cinqüenta e quatro por cento) das respectivas receitas correntes líquidas (RCL), na forma do disposto na alínea "b" do inciso III do art. 20 da Lei Complementar n.º 101 de 04/05/00.

Art. 37 A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de cada órgão.
§ 1º Entende-se por receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuição, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas:
I – contribuições dos servidores para o custeio de seu sistema de previdência e assistência social;
II – compensação Financeira entre Regimes de Previdência;
III – dedução de Receita para Formação do FUNDEB.
§ 2º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades.

Art. 38 A verificação do cumprimento do limite estabelecido no art. 36, será realizada ao final de cada semestre.

Art. 39 Na hipótese de a despesa de pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite de que trata o art. 36 desta lei, aplicar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 40 Em conformidade com as disposições contidas no parágrafo único do art. 169 da Constituição Federal, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estruturas de carreiras, a realização de concursos, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, serão realizadas mediante lei específica, obedecidos os limites constantes desta Lei e da Lei Complementar n.º 101/00.

Art. 41 No corrente exercício, a realização de serviços extraordinários, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 39 desta Lei, somente poderá ocorrer quando houver atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.
Parágrafo Único – A autorização para a realização de serviços extraordinários, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal ou por autoridade por ele delegada.

**capítulo viii**
**das disposições sobre alterações na legislação tributária**

Art. 42 Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, em conseqüência de projeto de lei encaminhado ao Legislativo, e aprovado até o término deste exercício e que implique acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 43 A concessão ou ampliação de quaisquer incentivos, isenções ou benefícios, de natureza tributária ou financeira que impliquem em renuncia de receita, somente poderão ser aprovados caso indiquem a estimativa de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas, inclusive as transferências e vinculações constitucionais.

Art. 44 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

**capítulo ix**
**das disposições de caráter supletivo sobre execução dos orçamentos**

Art. 45 A proposta orçamentária do Município para 2011, será encaminhada a Câmara Municipal, pelo Poder Executivo, até 15 de outubro de 2010.

Art. 46 Fica o Poder Executivo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício financeiro de 2011, mediante abertura de créditos adicionais suplementares, utilizando os recursos previstos no art.43, § 1º, III, da lei nº 4.320/64, com a finalidade de ajustar os valores das dotações orçamentárias, limitando aos créditos autorizados.
§1º As alterações orçamentárias mencionadas no caput deste artigo, referem-se ao remanejamento, a transposição e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de uma unidade orçamentária para outra.
§ 2º A Lei Orçamentária Anual definirá o percentual em que o Poder Executivo ficará autorizado a abrir créditos adicionais suplementares.
§ 3º As autorizações contempladas no caput deste artigo são extensivas às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e às programações orçamentárias dos fundos e dos órgãos da administração indireta.

Art. 47 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

Art. 48 É vedada a realização de despesa ou a assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, ou quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesa sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**capítulo x**
**das regras para o equilíbrio entre a receita e a despesa**

Art. 49 Para o estabelecimento do equilíbrio entre as receitas e as despesas serão adotadas as regras de acompanhamento da

execução orçamentária por via dos relatórios explicitados na Lei Complementar nº 101/00.

**capítulo xi**
**das limitações de empenhos**

Art. 50 Os critérios e formas de limitação de empenho são os referidos no art. 9º da Lei Complementar n.º 101/00, ficando o Poder Executivo e Legislativo, por ato próprio, responsáveis pela reprogramação dos empenhos, nos limites do comportamento da receita, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

**capítulo xii**
**das transferências de recursos**

Art. 51 O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos legais, desde que sejam da conveniência do Município, mediante licitação.

Art. 52 As transferências de recursos financeiros destinados a subvenções sociais, contribuições e auxílios, no que couber, obedecerão as regras estipuladas nos capítulos V e VI da Lei Complementar n.º 101/00, e artigos 27, 28 e 29 desta Lei.

Art. 53 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a quaisquer títulos, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para as quais receberam recursos.

Art. 54 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária, conforme dispõe o Art. 62 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

Art. 55 Os recursos recebidos pelo Município, sob forma de convenio, acordo, etc. provenientes da União, Estado ou qualquer entidade pública, serão imediatamente comunicados, por escrito, à Câmara Municipal, aos Clubes de Serviços, aos Sindicatos e Associação de Bairros informando a origem e finalidade desses recursos.

**capítulo xiii**
**das disposições gerais**

Art. 56 O Poder executivo, de acordo com o § 3° do art. 12 da LRF, encaminhará à Câmara Municipal, no mínimo, trinta dias antes do encaminhamento de sua proposta orçamentária a estimativa das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da receita corrente líquida e da metodologia de cálculo.

Art. 57 As propostas de modificações ao projeto de lei orçamentária, serão apresentadas, no que couber, com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento, nesta Lei.

Art. 58 O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, na abertura da sessão legislativa, relatório detalhado sobre a execução orçamentária do Município, do exercício encerrado.

Art. 59 Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2010, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;
II – pagamento do serviço da dívida;
III – transferências a Fundos e Fundações; e
IV – necessárias à manutenção e execução dos serviços essenciais.

Art. 60 Os quadros representativos das metas para 2011, expressam valores globalizados, dado que o desdobramento programático, a nível de QDD, constará da LOA respectiva.

Art. 61 Lei Orçamentária Anual, evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o respectivo código, especificando aquelas vinculadas a fundos e aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas conforme as funções especificadas nesta Lei e nos anexos da Lei 4320/64.

Art. 62 A previsão das receitas e a fixação das despesas para 2011, serão orçadas a preços correntes.

Art. 63 No prazo de até 30 dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo estabelecerá o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme determina a Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 64 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 65 Revogam-se as disposições em contrário.

Camapuã - MS, 30 de junho de 2010.

***MARCELO PIMENTEL DUAILIBI***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Orlando Fruguli Moreira
**Código Identificador:**AE93852B

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ**
**ASSESSORIA JURÍDICA**

DECRETO Nº 2.272, DE 01 DE JULHO DE 2010.

Altera disposições do art.1º do Decreto nº2.107, de 06 de maio de 2009 alterado pelo Decreto nº2.115, de 02 de junho de 2009 e dá outras providências**.**

**O PREFEITO DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o art.69 da Lei Orgânica do Município,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 1º do Decreto nº2.107, de maio de 2009 alterado pelo Decreto nº2.115 de 02 de junho de 2009, que passa a viger com a seguinte redação:

*"Art.1º Fica criado, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o Sistema de Plantão Eventual, aos servidores públicos municipais da Secretaria Municipal de Saúde, ocupantes de cargo efetivo do quadro permanente, temporários ou eventuais, cujos valores são expressos a seguir:*

*-Profissional Médico – 12 horas R$1.100,00*
*II – 06 horas R$ 550,00*
*III- transferência de paciente*
*Para outro município R$ 400,00*

*-Profissional de Nível Superior*
*I – 12 horas* *R$ 200,00*
*II- 06 horas* *R$ 100,00*

*Profissional Auxiliar e Técnico de Enfermagem*

*I- 12 horas* *R$ 100,00*
*I-06 horas* *R$ 50,00"*

**Art.2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros a partir de 01/07/2010.

Camapuã-MS, 01 de julho de 2010.

***MARCELO PIMENTEL DUAILIBI***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Orlando Fruguli Moreira
**Código Identificador:**4151BC44

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ**
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**Extrato de Contrato do Quarto Termo Aditivo**
**Partes**: Prefeitura Municipal de Camapuã/Maria Aparecida Nogueira de Souza e Antonio Augusto do Nascimento.
**Objeto**: Os Contratados fazem parte do programa Família Acolhedora, e nesta condição, e enquanto permanecerem cadastrados junto ao programa, se obrigam a cumprir todas as metas, em especial, acolher crianças e adolescentes em situações irregulares, os quais serão encaminhados por intermédio do Conselho Tutelar do Município de Camapuã/MS, correndo as despesas por conta da dotação orçamentária própria.
**Valor:** Os Contratados terão ajuda de custo/remuneração mensal equivalente a meio salário mínimo vigente, porém em caso do efetivo acolhimento da criança e ou adolescente em seu lar, receberão até meio salário mínimo vigente, proporcionalmente ao número de dia/mês de acolhimento, por criança e ou adolescente atendido.
**Prazo:** vigência até 31/07/2010
**Assinantes**: Marcelo Pimentel Duailibi/ Erenilda Vitor da Silva de Souza e Jorge Alves de Souza
**Data**: 30 de junho de 2010.

**Publicado por:**
Taynara Mazuchin da Silva Cardozo
**Código Identificador:**A5DA6DC6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ**
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**Extrato de Contrato do Quarto Termo Aditivo**
**Partes**: Prefeitura Municipal de Camapuã/Célia Amorim Sobrinho e Naurelino Rodrigues Sobrinho
**Objeto**: Os Contratados fazem parte do programa Família Acolhedora, e nesta condição, e enquanto permanecerem cadastrados junto ao programa, se obrigam a cumprir todas as metas, em especial, acolher crianças e adolescentes em situações irregulares, os quais serão encaminhados por intermédio do Conselho Tutelar do Município de Camapuã/MS, correndo as despesas por conta da dotação orçamentária própria.
**Valor:** Os Contratados terão ajuda de custo/remuneração mensal equivalente a meio salário mínimo vigente, porém em caso do efetivo acolhimento da criança e ou adolescente em seu lar, receberão até meio salário mínimo vigente, proporcionalmente ao número de dia/mês de acolhimento, por criança e ou adolescente atendido.
**Prazo:** vigência até 31/07/2010
**Assinantes**: Marcelo Pimentel Duailibi/ Célia Amorim Sobrinho e Naurelino Rodrigues Sobrinho
**Data**: 30 de junho de 2010.

**Publicado por:**
Taynara Mazuchin da Silva Cardozo
**Código Identificador:**22DBB474

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2010 TOMADA DE PREÇOS N° 001/2010 EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 009/2010**

**CONTRATANTE:** Município de Caracol – MS.
**CONTRATADA:** Posto Mediterrâneo Ltda.
**OBJETO:** Constitui o objeto deste Termo Aditivo, a alteração da "Cláusula Sétima" **DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA,** podendo ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 57 da Lei n° 8.666/93
**VALOR**: **R$ 11.500,00** (onze mil e quinhentos Reais) – 25% do valor, distribuídos da seguinte forma: Secretaria Municipal de Administração e Finanças: 03.001.2007.04.122.0003 – 3.3.90.30.99.00 – **R$ 6.000,00** (seis mil Reais) e Secretaria Municipal de Saúde:04.001.2017.10.122.0006 – 3.3.90.30.99.00 – **R$ 5.500,00** (cinco mil e quinhentos Reais).
**Ficam ratificadas todas as demais clausulas e condições do Contrato aditado que não tenham sido retificas por este Termo.**
**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.
**DATA:** 30 de junho de 2010.
**ASSINAM**: Maria Odeth C. Leite Dos Santos (Contratante).
Posto Mediterrâneo Ltda (Contratada).

Caracol – MS, 30 de junho de 2010.

***MARIA ODETH CONSTANCIA LEITE DOS SANTOS***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Carlos Antonio dos Santos Gouvêa
**Código Identificador:**6BBCFFD7

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2010 TOMADA DE PREÇOS N° 001/2010 EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 008/2010**

**CONTRATANTE:** Município de Caracol – MS.
**CONTRATADA:** Divisa Auto Posto Ltda.
**OBJETO:** Constitui o objeto deste Termo Aditivo, a alteração da "Cláusula Sétima" **DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA,** podendo ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 57 da Lei n° 8.666/93.
**VALOR**: **R$ 100.937,76** (cem mil, novecentos e trinta e sete Reais e setenta e seis centavos) – 25% do valor, distribuídos da seguinte forma: Secretaria Municipal de Administração e Finanças: 03.001.2007.04.122.0003 – 3.3.90.30.99.00 – **R$ 6.243,75** (seis mil, duzentos e quarenta e três Reais e setenta e cinco centavos); Secretaria Municipal de Obras:

08.004.2068.26.782.0005 – 3.3.90.30.99.00 – **R$ 32.312,50** (trinta e dois mil, trezentos e doze Reais e cinqüenta centavos); Secretaria Municipal de Educação: 05.001.2032.12.361.0007 – 3.3.90.30.99.00 – **R$ 40.095,89** (quarenta mil, noventa e cinco Reais e oitenta e nove centavos); Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente: 07.001.2064.04.122.0010 – 3.3.90.30.99.00 – **R$ 2.530,69** (dois mil quinhentos e trinta Reais e sessenta e nove centavos); Secretaria Municipal de Assistência Social: 06.001.2048.08.122.0008 – 3.3.90.30.99.00 – **R$ 1.440,00** (hum mil quatrocentos e quarenta Reais); Secretaria Municipal de Saúde:04.001.2017.10.122.0006 – 3.3.90.30.99.00 – **R$ 17.752,43** (dezessete mil, setecentos e cinqüenta e dois Reais e quarenta e três centavos) e Secretaria Municipal de Assistência Social – CREAS – 06.002.2059.08.244.0008 – 3.3.90.30.99.00 – **R$ 562,50** (quinhentos e sessenta e dois Reais e cinqüenta centavos).

**Ficam ratificadas todas as demais clausulas e condições do Contrato aditado que não tenham sido retificas por este Termo.**

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

**DATA:** 30 de junho de 2010.

**ASSINAM**: Maria Odeth C. Leite Dos Santos (Contratante).
Divisa Auto Posto Ltda (Contratada).

Caracol – MS, 30 de junho de 2010.

***MARIA ODETH CONSTANCIA LEITE DOS SANTOS***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Carlos Antonio dos Santos Gouvêa
**Código Identificador:**B48DF492

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2010 DISPENSA Nº 021/2010 EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2010**

**CONTRATANTE:** Município de Caracol – MS.

**CONTRATADA:** Vilma Maria Dos Santos.

**OBJETO:** O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de curso de confecção de salgados, através do PAIF no município de Caracol – MS.

**VALOR:** R$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos Reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 06.002.2058.08.244.0008 – 3.3.90.36.99.00 – R$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos Reais) – Programa PAIF – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

**DATA:** 01 de julho de 2010.

**ASSINAM**: Maria Odeth C. Leite dos Santos (Contratante)
Vilma Maria Dos Santos (Contratada)

Caracol – MS, 01 de julho de 2010.

***MARIA ODETH CONSTÂNCIA LEITE DOS SANTOS***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Carlos Antonio dos Santos Gouvêa
**Código Identificador:**414DCBB0

---

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N º 113/2010**

"EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

**MARTA MARIA DE ARAUJO**, Prefeita Municipal de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**:

**I** – Exonerar a Servidora MARA ELISA NAVACCHI CASEIRO , do Cargo em Comissão de Assessora Especial de Gabinete – DAS 3.

**II** - deferir licença remunerada a servidora **MARA ELISA NAVACCHI CASEIRO**, candidata a Deputada Estadual para as eleições Estaduais de 05 de Outubro de 2010, nos termos do Artigo 1º, inciso II, alínea " I ", da Lei Complementar Federal nº 064/90. .

**III** – A licença deferida na forma do item anterior inicia-se em 01 de julho de 2010 e finda-se em 05 de outubro de 2010.

**IV** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas a disposições em contrário.

**EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL AOS TRINTA DIA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ**

***MARTA MARIA DE ARAUJO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Shirlei Gatti Vendrametto
**Código Identificador:**DF446949

---

**GABINETE DA PREFEITA**
**DECRETO 046/2010**

*"NOMEIA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE-CMDCA"*

**MARTA MARIA DE ARAUJO**, Prefeita Municipal de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA**

**Art. 1º** - Fica nomeada a Diretoria do Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Eldorado/MS, com a seguinte composição:

Titulares
Presidente :Ilda Rodrigues Sakata
Vice Presidente: Clovis Aparecido Motta
1ª Secretária:Irany Borges da Silva
2ª Secretária:Margareth Marques Souza

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Eldorado - MS, de 29 de junho de 2010

***MARTA MARIA DE ARAUJO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Elizabeti Cristina Lima Caseiro
**Código Identificador:**2658ED5B

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 003/2010**

Comunico a homologação, bem como a adjudicação do objeto a licitante vencedora do procedimento licitatório modalidade Tomada de Preço n.º 003/2010, a empresa: FORTES CONSTRUTORA LTDA, nos termos do Processo Administrativo n.º 145/2010.

Guia Lopes da Laguna-MS, 01 de Julho de 2010.

**JÁCOMO DAGOSTIN**
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Lucinei Barbosa Xavier
**Código Identificador:**2D9AADC0

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 003/2010**

O MUNICÍPIO DE GUIA LOPES DA LAGUNA, Estado de Mato Grosso do Sul, através do Departamento de Licitações, torna público para conhecimento de todos os interessados que a licitação Modalidade Tomada de Preço n.º 003/2010, que versa sobre: Contratação de Empresa especializada para Execução de obra para Construção do Mercado Produtor no Município de Guia Lopes da Laguna/MS, visando atender o Contrato de Repasse n.º 0317.881-66/2009/MAPA/CAIXA, que entre si celebram a União Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Guia Lopes da Laguna/MS, objetivando a Execução de Ações de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, de acordo com os serviços discriminados no Anexo I deste Edital, realizada em 01/07/2010, com início as 09:00 horas, sagrou-se vencedora da licitação, a licitante por apresentar o menor preço GLOBAL FORTES CONSTRUTORA LTDA, perfazendo um total de R$ 306.280,34 (trezentos e seis mil duzentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos). O valor Global da contratação é de R$ 306.280,34 (trezentos e seis mil duzentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos).
Guia Lopes da Laguna – MS, 01 de julho de 2.010.

***LUCINEI BARBOSA XAVIER***
Diretora do Departamento de Licitações

**Publicado por:**
Lucinei Barbosa Xavier
**Código Identificador:**912FC09E

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI Nº.1.019/2010 DE 30 DE JUNHO DE 2010.**

*Altera A LEI MUNICIPAL Nº. 1.000/2009 QUE "Define obrigação de pequeno valor da Fazenda Pública Municipal de Guia Lopes da Laguna – MS e dá outras providencias" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

**CONSIDERANDO** as particularidades do Município de Guia Lopes da Laguna –MS, bem como suas condições locais, tamanho de sua receita, orçamento e despesas, em resumo, sua capacidade financeira;

**CONSIDERANDO** as disposições do artigo 100, §4º da Constituição Federal alterado pela EC 62 de 9/12/2009;

**JÁCOMO DAGOSTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º.** O art. 1º da Lei 1.000/2009 de 23 de dezembro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art.1º.** Fica definida obrigação de pequeno valor da Fazenda Pública Municipal de Guia Lopes da Laguna – MS, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, que tenham valor igual ou inferior **ao valor do maior benefício do regime geral de Previdência Social.**
**Parágrafo único.** Revogado

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de junho de 2010 (dois mil e dez), revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guia Lopes da Laguna, aos 30 de junho de 2010.

***JÁCOMO DAGOSTIN***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Oseias Luciano da Silva
**Código Identificador:**A105525F

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº. 130/2010 DE 29 DE JUNHO DE 2010**

"Dispõe sobre a exoneração do Sr. VALMIR PEREIRA VARGAS, e dá outras providências."

JÁCOMO DAGOSTIN, prefeito de Guia Lopes da Laguna, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 69, da Lei Orgânica do município de Guia Lopes da Laguna.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. **VALMIR PEREIRA VARGAS**, do cargo de Secretario Municipal da Saúde, Símbolo DAS-1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A exoneração que trata o artigo anterior, terão seus efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GUIA LOPES DA LAGUNA – MS

Em 29 de junho de 2010

***JÁCOMO DAGOSTIN***
Prefeito

**Publicado por:**
Oseias Luciano da Silva
**Código Identificador:**2D3557C1

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 132/2010, DE 30 DE JUNHO DE 2010.**

"Dispõe sobre prorrogação dos contratos temporários nº.002/2010 de 26 de janeiro de 2010, e nº.006/2010 de 26 de janeiro de 2010, disposto e no Decreto Nº. 012/2010, de 01 de Fevereiro de 2010, com base na Lei Complementar nº.36/2010 de 22 de Janeiro de 2010 e dá outras providências".

**JACOMO DAGOSTIN,** Prefeito Municipal de Guia Lopes da Laguna, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam Prorrogados os seguintes contratos temporários**,** com termino previsto para 30 de junho de 2010, até a data de 30 setembro de 2010**:**
**1- CONTRATO nº002/2010 DE 26 DE MARÇO DE 2010**, relativo à Contratação do Srº. JOSÉ ELIAS SIQUEIRA.
**2- CONTRATO nº006/2010 DE 26 DE MARÇO DE 2010**, relativo à Contratação do Srº. PEDRO JORGE SIQUEIRA.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA – MS

Em 30 de Junho de 2010

***JACOMO DAGOSTIN***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Oseias Luciano da Silva
**Código Identificador:**35A0B9B4

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 171/2010**

**PROCESSO Nº 126/2010**
**TOMADA DE PREÇO Nº 002/2010**
**Partes:** Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS e a Empresa **SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA.**
**Objeto:** Constitui objeto deste Contrato a execução pela CONTRATADA de lama asfáltica grossa nas ruas e avenidas da área central, objeto do Convenio nº. 16391/2010, celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul-AGESUL, em conformidade com o plano de trabalho e projeto, partes integrantes e inseparáveis deste contrato.
**Fundamento Legal:** O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições, nele contidos, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.
**Dotação Orçamentária:** FICHA 083 – 02.07-00-15.451.0009-1020.0000-44.90.51 - Secretaria Municipal Obras e Infra-Estrutura – Pavimentação de vias urbanas e obras complementares – Obras e Instalações.
**Valor:** R$ 538.667,75 (Quinhentos e trinta e oito mil seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).
**Prazo para execução da Obra:** O prazo para execução das obras e serviços constantes deste Edital será de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço (O.I.S.)
**Prazo de Vigência:** O prazo de vigência deste contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação na imprensa oficial do MUNICIPIO DE IGUATEMI (MS).
**Data da Assinatura:** 23 de Junho de 2010.
**Assinam:** Sr. ***JOSÉ ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE*** (Prefeito Municipal) e a Sra. ***MARLI APARECIDA PENARIOL DE SOUZA*** **(SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA).**

**Publicado por:**
Ana Paula Turatto
**Código Identificador:**E8F070F1

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2010**

**PROCESSO Nº 137/2010**
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2010**
**Partes:** Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS e a Empresa **CLINICA ORTOPETICA LUIZ BANDEIRA LTDA.**
**Objeto:** O objeto da presente licitação é a contratação de Clinica Médica com a finalidade na realização de atendimento médico na especialidade de Ortopedia, no pronto socorro municipal de Iguatemi (MS).
**Fundamento Legal:** O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições, nele contidos, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.
**Dotação Orçamentária:** FICHA: 121-02.09.00 – Fundo Municipal de Saúde -10.301.0012.2012.0000 – Gestão das atividades do FMS -3.3.90.39.00 - Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
**Valor:** R$ 45.010,00 (Quarenta e cinco mil e dez reais), que corresponde a 07 (sete) parcelas iguais e mensais de R$ 6.430,00 (Seis mil quatrocentos e trinta reais) cada.
**Prazo para execução dos Serviços:** O prazo de execução dos serviços será de 07 (sete) meses, contados da data de assinatura deste instrumento Contratual.
**Prazo de Vigência:** O prazo de vigência do presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura encerrando-se em **15/01/2011**.
**Data da Assinatura:** 16 de Junho de 2010.

**Assinam:** Sr. ***JOSÉ ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE*** (Prefeito Municipal) e o Sr. ***EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA*** (**CLINICA ORTOPETICA LUIZ BANDEIRA LTDA**).

**Publicado por:**
Ana Paula Turatto
**Código Identificador:**96266A27

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2010**

**PROCESSO Nº 136/2010**
**TOMADA DE PREÇO Nº 003/2010**
**Partes:** Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS e a Empresa **PREMACOL – MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PRÉ-MOLDADOS LTDA – EPP.**
**Objeto:** Constitui objeto deste Contrato a execução pela CONTRATADA da obra de reforma e ampliação da Creche Municipal Menino Jesus, em conformidade com o plano de trabalho e projeto, partes integrantes e inseparáveis deste contrato.
**Fundamento Legal:** O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições, nele contidos, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.
Dotação Orçamentária: Ficha: 207-Unidade: 021600 – FUNDEB-Funcional: 12.361.0006.1008.0000 – Construção, ampliação e reforma das Unidades escolares-Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e instalações.
**Valor: R$ 278.394,58** (Duzentos e setenta e oito mil trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos).
**Prazo para execução da Obra:** O prazo para execução das obras e serviços constantes deste Edital será de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço (O.I.S.).
**Prazo de Vigência:** O prazo de vigência deste contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação na imprensa oficial do MUNICIPIO DE IGUATEMI (MS).
**Data da Assinatura:** 15 de Junho de 2010.
**Assinam:** Sr. ***JOSÉ ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE*** (Prefeito Municipal) e o Sr. ***MARCELO PIROLI*** (PREMACOL – MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PRÉ-MOLDADOS JLTDA – EPP).

**Publicado por:**
Ana Paula Turatto
**Código Identificador:**70AA8938

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 1.577/2010**

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO ANUAL DE 2010".

**JOSÉ ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE**, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais.

**FAÇO** saber que a Câmara Municipal de Iguatemi-MS **APROVOU** e eu **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Anual do exercício de 2010, Crédito Adicional Suplementar no montante de **R$ 23.167,37** (vinte e três mil cento e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos), utilizando recursos provenientes de excesso de arrecadação, na forma do Anexo Único desta Lei, observado o disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 2º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZ, 45º DA FUNDAÇÃO DE IGUATEMI.**

***JOSÉ ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE***
Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO - LEI MUNICIPAL Nº 1.577/2010**

**ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO PROVOCADAS PELA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTAR E ESPECIAL, UTILIZANDO RECURSOS PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:**

**CREDITO SUPLEMENTAR:**
**02 – PODER EXECUTIVO**
**02.09 – Fundo Municipal de Saúde**
10.301.0012 – Atendimento Básico à Saúde Pública
2.012 – Gestão das Atividades do FMS
**Elemento de Despesa**
44905200 – Equipamento e Material Permanente
R$ 23.167,37

Total do Crédito Suplementar R$ 23.167,37

**Publicado por:**
Anailton da Silva Batista
**Código Identificador:**907FBA28

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 1.578/2010**

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AJUDA DE CUSTO À ASSOCIAÇÃO QUE ESPECIFICA".

**JOSÉ ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE**, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais.

**FAÇO** saber que a Câmara Municipal de Iguatemi-MS **APROVOU** e eu **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ajuda de custo no valor de **R$ 3.000,00** (três mil reais) à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Nossa Senhora Auxiliadora - **ASPAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.637.934/0001-27, com sede no Núcleo Urbano do Assentamento Nossa Senhora Auxiliadora, neste Município de Iguatemi/MS.
**Parágrafo Único -** A ajuda de custo de que trata este artigo destina-se exclusivamente ao conserto do ônibus marca Mercedes Benz, de propriedade da Associação, utilizado para o transporte dos produtores do Assentamento, e será pago pela Prefeitura Municipal diretamente á empresa contratada para realização dos serviços.

**Art. 2º -** Para cobertura da despesa de que trata o *caput* do artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento anual do exercício de 2010, crédito adicional suplementar em igual quantia, utilizando recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, observando o disposto no inciso III, do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZ, 45º DA FUNDAÇÃO DE IGUATEMI.**

***JOSÉ ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Anailton da Silva Batista
**Código Identificador:**899E0521

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE INOCÊNCIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE INOCÊNCIA
### DECRETO Nº. 125/2010

**Inocência, 30 de junho de 2.010.**
**ANTONIO ÂNGELO GARCIA DOS SANTOS,**Prefeito Municipal de Inocência - MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e

Considerando os jogos da Seleção Brasileira na copa do Mundo de Futebol 2010

**DECRETA:**

**Artigo 1º)** Fica declarado Ponto Facultativo , nas Repartições Públicas Municipais o expediente do dia 02 de julho de 2010, data do jogo da Seleção Brasileira na copa do Mundo de Futebol 2010.
**§ 1º.** Os serviços da área de saúde sendo: Unidade Básica de Saúde, Unidade de Saúde da Família de Inocência - PSF 1, Unidade de Saúde da Família II – PSF II, Farmácia Básica e Laboratório Municipal fica estabelecido o horário de atendimento das 7:00h ás 09:30h (horário de MS).
**§ 2º.** Os serviços essenciais como limpeza pública e Hospital Municipal deverão seguir horários e escalas de plantão normais.

**Artigo 2º)** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º)** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dez.

**ANTONIO ÂNGELO GARCIA DOS SANTOS**
**PREFEITO MUNCIPAL**

Registrado em livro próprio e publicado por afixação no local de costume, na data supra.

***PAULO BARBOSA VALADÃO***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Jackeline Oliveira da S Ferreira
**Código Identificador:**E8312E28

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUARI

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO

Termo de transmissão de cargo de Prefeito municipal de Jaraguari e entrega do patrimônio público municipal

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e dez, às nove horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Jaraguari, neste ato solene, por determinação judicial, o prefeito em exercício **Valdemir Nogueira de Souza**, em razão da decisão proferida nos autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO nº. 2010.020354-2 proferida pelo Tribunal de Justiça/MS - AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº. 025.10.000911-0, que tramita na Vara Cível da Comarca de Bandeirantes/MS, decisão a qual determina a imediata REINTEGRAÇÃO ao cargo de prefeito do município de Jaraguari/MS ao prefeito titular do cargo Sr. **Albertino Nunes Ferreira**, o vice- prefeito até então ocupante do referido cargo decide:

Considerando o que consta da decisão judicial encaminhada a sede do município, o atual vice-prefeito transfere o exercício do cargo de Prefeito municipal de Jaraguari-MS e conseqüente entrega do patrimônio público municipal na forma dos relatórios que ora são transmitidos ao Sr. Albertino Nunes Ferreira.

O secretário municipal de administração promoveu a abertura das portas do prédio da Prefeitura Municipal, das salas e das repartições públicas municipais para as constatações de estilo.

O senhor Albertino Nunes Ferreira determinou que constasse no presente termo, que os dados e elementos de registro contábil ora exibidos neste ato sobre de transmissão de cargo de prefeito não foram anteriormente objetos de conferência e dessa forma serão posteriormente serão verificados para fins de atestar sua veracidade.

Em vista da situação factual retro apontada serão realizados levantamentos por comissão especial constituída especialmente para essa finalidade por ato do Poder Executivo a qual irá efetivar aos levantamentos e emitirá relatórios de todos os componentes do sistema global da administração público municipal espelhando a situação física, financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, organizacional e legal encontrados até a presente data, tornando público o seu resultado, com encaminhamento do mesmo e de cópia deste termo ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, a Câmara Municipal, e a instituições financeiras movimentadas pelo ente municipal, ficando este termo ainda disponível para consulta e extração de cópia a comunidade pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Nada mais havendo para ser registrado, eu *Rubens Canhete Antunes* procurador municipal lavrei o presente termo e assino com os presentes.

Jaraguari/MS, 01 de Julho de 2.010.

***VALDEMIR NOGUEIRA DE SOUZA***
CPF/MF 595.522.121-20
Vice-prefeito

***ALBERTINO NUNES FERREIRA***
Prefeito Municipal

***PEDRO FERREIRA DOS SANTOS***
Secretário de Administração

***RUBENS CANHETE ANTUNES***
Procurador Municipal

**Publicado por:**
Gesica Marques Dornelles
**Código Identificador:**6E30D862

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 155/2010**

*"NOMEIA o Sr. WALFRIDO NASCIMENTO DA COSTA, para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, símbolo DGA-1 – do quadro permanente do Município de Jaraguari – MS".*

ALBERTINO NUNES FERREIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUARI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, usando de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

NOMEAR o Sr. **WALFRIDO NASCIMENTO DA COSTA,** para exercer cargo em comissão de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – símbolo DGA-1, do quadro permanente do Município de Jaraguari – MS.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jaraguari/MS, 01de julho de 2010.

***ALBERTINO NUNES FERREIRA***
Prefeito municipal

**Publicado por:**
Gesica Marques Dornelles
**Código Identificador:**CBF6CBAC

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº154/2010**

*"Exonera ex officio os servidores abaixo relacionados, do quadro permanente do Executivo Municipal de Jaraguari – MS"*

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUARI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, usando de suas atribuições legais.

***RESOLVE:***

Exonerar ex offício, os seguintes servidores:

**- *MANOEL BARBOSA GODOI***, portaria nº. 151/2010, do cargo em comissão DIRETOR DE DEPARTAMENTO, símbolo ADI-202, do quadro permanente do Executivo Municipal de Jaraguari – MS.

**- *KATIA SEBASTIANA MIGLIOLI,*** portaria nº. 151/2010, do cargo em comissão DIRETOR DE DEPARTAMENTO, símbolo ADI-202, do quadro permanente do Executivo Municipal de Jaraguari – MS.

**- *GILMAR FERNANDES DIHEL,*** portaria nº. 149/2010, do cargo em comissão DIRETORA DE DEPARTAMENTO, símbolo ADI-202, do quadro permanente do Executivo Municipal de Jaraguari – MS.

**- *VIRGILIO PEREIRA VICENTE,*** portaria nº. 151/2010, do cargo em comissão SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, símbolo DGA-1, do quadro permanente do Executivo Municipal de Jaraguari – MS.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Jaraguari/MS, 01 de julho de 2010.

***ALBERTINO NUNES FERREIRA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Gesica Marques Dornelles
**Código Identificador:**4803F05D

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**LEI Nº 1669, DE 25 DE JUNHO DE 2010.**

*"Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011 e dá outras providências."*

O Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul.

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Paranaíba Decreta e EU sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º-** Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município de Paranaíba, para o exercício de 2011, atendendo;
**I** – as diretrizes, metas e prioridades para o orçamento do Município;
**II** – as diretrizes gerais da Administração Pública Municipal;
**III** – as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e das diretrizes gerais de sua elaboração;
**IV** – os princípios e limites constitucionais;
**V** – as diretrizes específicas do Poder Legislativo;
**VI** – as receitas municipais e o equilíbrio com a despesa;
**VII** – a alteração na legislação tributária;
**VIII** – as disposições sobre despesas de pessoal e encargos;
**IX** – as disposições sobre as despesas decorrentes de débitos de precatórios judiciais;
**X – das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos critérios e forma de limitação de empenho.**
**XI** – as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;

**XII** – as condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas;
**XIII** – as disposições finais.
**§1º- Fazem parte desta Lei o Anexo I de Diretrizes e Metas para a elaboração do Orçamento de 2011, o Anexo II - Metas Fiscais e o Anexo III - Riscos Fiscais estabelecidos nos parágrafos 1º e 3º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.**
**§2º- O Município observará as determinações relativas a transparências de Gestão Fiscal, estabelecidas no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 44 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.**

**CAPÍTULO I**
**Das Diretrizes Orçamentárias**

**SEÇÃO I**
**As Diretrizes, Metas e Prioridades para o Orçamento do Município.**

**Art. 2º-** Em consonância com o art. 165, §2º, da Constituição Federal, as Diretrizes, as Metas e as Prioridades para o exercício financeiro de 2011, são especificadas nos Anexos a este Projeto de Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2011, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas.

**SEÇÃO II**
**As Diretrizes Gerais da Administração Municipal**

**Art. 3º-** A Receita e a Despesa serão orçadas a preço de julho de 2010.

**Art. 4º-** Os recursos ordinários do tesouro municipal obedecerão as seguintes prioridades na sua alocação:
**I –** pessoal e encargos sociais;
**II –** serviço da dívida e precatórios judiciais;
**III –** custeio administrativo, incluindo a preservação do patrimônio público e contrapartida de convênios;
**IV –** investimentos.

**Art. 5º-** Os critérios adotados para definição das diretrizes serão os seguintes:
**I -** priorizar a aplicação de recursos destinados à manutenção das atividades já existentes sobre as ações em expansão;
**II –** os projetos em fase de execução, desde que contidos na Lei de Orçamento, terão preferência sobre os novos projetos;

**Art. 6º-** Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas alienações, convenções, acordos e contratos e a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de convênios, contratos e outros atos de competência do Executivo, somente após Aprovação Legislativa de Projeto específico para cada ato.

**Art. 7º-** A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2011 será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até o dia 30 de outubro de 2010.
**Parágrafo único –** A autorização contida no orçamento para suplementação excluirá do limite fixado o remanejamento entre os sub-elementos de um mesmo elemento de despesa, podendo remanejar valores de diferentes fontes de receitas.

**SEÇÃO III**
**As Diretrizes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social e das Diretrizes Gerais de sua Elaboração**

**Art. 8º-** Os orçamentos fiscais e da seguridade social estimarão as receitas e fixarão as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo:
**I –** O orçamento fiscal refere-se aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
**II –** O Orçamento da Seguridade Social, abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**Art. 9º-** O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:
**I –** das contribuições sociais a que se refere o Parágrafo 1º do Art. 181 da Constituição Estadual;
**II –** de transferências de recursos do Tesouro, Fundos e entidades da Administração Indireta, convênios ou transferências do Estado e da União para a seguridade social.

**Art. 10-** Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e de seguridade social, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação em Projeto e Atividade.
**Parágrafo Primeiro**- Para efeito de informação ao Poder Legislativo, a proposta orçamentária constará, em nível de categoria de programação e por órgão, a origem dos recursos, indicando-se para cada um, no seu menor nível e obedecendo à seguinte discriminação:
**I** – o orçamento a que pertence;
**II** – as fontes dos recursos Municipais;
**III** – a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:
**a) despesas correntes** - **Pessoal e encargos sociais**: atendimento de despesas com pessoal, obrigações patronais, inativos, pensionistas e salário família; juros e encargos da dívida: cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa; outras despesas correntes: atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores.

***b)*** **despesas de capital** – **Investimentos**: recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, investimentos em regime de execução especial, diversos investimentos e sentenças judiciais; inversões financeiras: atendimento das demais despesas de capital não especificadas no grupo relacionado no item anterior; amortização da dívida: amortização da dívida interna e externa e diferenças de câmbio.
**§ 2º-** As fontes de recursos que trata o Inciso II desse artigo serão instituídas pela Lei Orçamentária.

**Art. 11-** A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros, os seguintes demonstrativos:
**I –** das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo 1º do art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64;
**II –** das despesas conforme estabelece o parágrafo 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64 e de forma semelhante a prevista no anexo 2 da referida lei, que detalha o orçamento em seu menor nível por elemento de despesa;
**III –** dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da Lei nº 11.494/07;

**IV –** dos recursos destinados para a execução dos serviços de saúde em cumprimento ao índice estabelecido no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
**V –** por projetos e atividades, os quais serão integrados por títulos, quantificando e qualificando os recursos;
**VI –** reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 12-** Na elaboração da Proposta Orçamentária, o Poder Executivo deverá incentivar a participação popular através de audiências públicas, conforme estabelece no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000 e como condição obrigatória para aprovação da Proposta Orçamentária pela Câmara Municipal deverá ser realizada audiência pública conforme estabelece o art. 44 da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001.

**Art. 13-** Os orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos constarão da Lei Orçamentária Anual, em valores globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações serão aprovados pelo Poder Executivo durante o exercício de sua vigência, mediante autorização legislativa.
**Parágrafo único.** Aplicam-se às Administrações Indiretas, no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, às Demonstrações Consolidadas do Município.

**Art. 14-** Constará da Lei Orçamentária Anual a autorização para a abertura de créditos orçamentários suplementares, para a criação de programas e elementos de despesa, que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os artigos 41 e 43 e seus parágrafos e incisos, da Lei Federal 4.320/64.

**Art. 15-** Para abertura de créditos adicionais, de acordo com os artigos 41 e 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal 4.320/64, a administração municipal poderá remanejar dotações entre as diversas unidades orçamentárias e diferentes fontes de receita prevista no Inciso II do art.10 desta lei.
**Parágrafo Único-** Excluem-se do limite estabelecido na Lei Orçamentária, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações dentro do mesmo grupo de despesa, entre os subelementos de um mesmo elemento de despesa e para atendimento de despesa com pessoal e encargos.

**Art. 16**- Na Lei Orçamentária Anual, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 101, constará uma reserva de contingência não superior a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos eventuais, fiscais imprevistos.
**Parágrafo Único-** Aplica-se a reserva de contingência o mesmo procedimento e condições para o Poder Executivo e o Poder Legislativo no que couber.

**Art. 17.** Fica autorizada a realização de concursos públicos ou contratação de pessoal nos termos do art.37 da Constituição Federal para todos os Poderes, desde que:
**I** – atendam os dispositivos do artigo 169 da Constituição Federal e limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000;
**II** – sejam para suprir deficiências de mão-de-obra ou ampliação de serviços básicos do Município.

**Art. 18-** No Orçamento para o Exercício de 2011 as dotações com pessoal serão incrementadas em até 10% (dez por cento), para assegurar a reposição e reajuste salarial.

**SEÇÃO IV**
**Os Princípios e Limites Constitucionais**

**Art. 19-** O Orçamento Anual com relação á Educação e Cultura observará as seguintes diretrizes tanto na sua elaboração como na sua execução:
**I –** Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, com aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;
**II –** FUNDEB, a receita formada com base em contribuição por aluno e a despesa com aplicação mínima de 60% (sessenta por cento) na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental e Infantil público.
**Parágrafo Único –** Os recursos do FUNDEB, assim como a sua operacionalização Orçamentária e Contábil deverão ser individualizados em termos de registro de receita, bem como aplicação de despesa, de forma a evidenciar as suas Gestões, assim como facilitar as Prestações de Contas a quem de direito.

**Art. 20-** Às operações de crédito, aplicam-se as normas estabelecidas no Art. 167 da Constituição Federal, e ao que consta na Resolução do Senado Federal de n.º 43, de 21 de dezembro de 2001e alterações posteriores.

**Art. 21-** Às operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária aplicam-se as disposições estabelecidas na Resolução do Senado Federal de nº 43, de 21 de dezembro de 2001, contidas a partir de seu artigo 36.

**Art. 22-** É vedada a utilização de recursos transferidos, em finalidade diversa da pactuada.

**Art. 23-** A despesa total com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder o percentual de 54% e o do Poder Legislativo em 8%, da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos termos dos artigos 18, 19 e 20 de Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 e no caso de limitação de empenho obedecerá ao disposto nesta Lei.

**Art. 24-** As operacionalizações e demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada Órgão e Fundo ou entidade da administração direta, nos termos do inciso III do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 25-** Integra a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do parágrafo 3º do art. 29 da Lei 101 de 04.05.2000.
**Parágrafo Único** – Equipara-se a Operação de Crédito e integrará a Dívida Pública Consolidada, nos termos do parágrafo 1º do art. 29 da Lei 101 de 04.05.2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos artigos 15 e 16 da mesma Lei:
**I –** a assunção de dívidas;
**II –** o reconhecimento de dívidas;
**III –** a confissão de dívidas.

**SEÇÃO V**
**As Diretrizes Específicas do Poder Legislativo**

**Art. 26-** Para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal fica estipulado o percentual de até oito por cento da Receita Tributária do Município e das Transferências Constitucionais da União e do Estado, obedecendo aos artigos 158 e 159 da Constituição Federal e do produto da Receita da Dívida Ativa Tributária e conforme rege o artigo 29 - A da Constituição Federal e pareceres do TC/MS.
**§1º –** Os repasses à Câmara Municipal se farão mensalmente, na proporção de um doze avos do total da receita arrecadada no exercício anterior ao dos repasses, conforme legislação específica descrita no "caput" deste artigo.
**§2 º -** A Câmara Municipal enviará até o dia dez de cada mês, o Balancete Mensal do mês anterior, em conformidade ao Anexo V da Instrução Normativa 01/95 do Tribunal de Contas MS, para fins de integração à contabilidade geral do município de forma a atender as exigências dos arts. 52, 53 e 54 da Lei 101/00.

**Art. 27-** As despesas com pessoal e encargos da Câmara Municipal, incluindo os subsídios dos vereadores limitar-se-ão ao estabelecido na alínea "a" do inciso III, do artigo 20, da Lei Complementar 101 de 04.05.2000.

**SEÇÃO VI**
**As Receitas Municipais**
**e o Equilíbrio com a Despesa**

**Art. 28-** Constituem-se receitas do Município aquelas provenientes:
**I –** dos tributos de sua competência;
**II –** de prestação de serviços;
**III –** das quotas-parte das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme artigo 158 e 159 da Constituição Federal;
**IV –** de convênios formulados com órgãos governamentais e entidades privadas;
**V –** de empréstimos e financiamentos, com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;
**VI –** recursos provenientes da Lei Federal nº 11.494/07;
**VII –** das demais receitas auferidas pelo Tesouro Municipal;
**VIII –** das transferências destinadas à Saúde e à Assistência Social pelo Estado e pela União;
**IX –** das demais transferências voluntárias.

**Art. 29-** Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquela a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
**§1º-** Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
**§2º-** O montante previsto para receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.
**§3º-** O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.
**§4º-** Se a estimativa de receita constante no orçamento for igual à contida no anexo desta lei, a sua publicação substituirá o contido no parágrafo anterior.

**Art. 30-** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto nesta Lei e a pelo menos uma das seguintes condições:
**I –** demonstração pelo proponente de que a renuncia foi considerada na estimativa da receita orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso;
**II –** estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no "caput", por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
**§1º-** A renuncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
**§2º-** O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

**Art. 31-** As receitas próprias de Órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente as funções próprias de cada um, os gastos com pessoal e encargos sociais, os juros, os encargos e amortização da dívida, a contrapartida a financiamentos e outros necessários para a sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como racionalização das despesas.
**Parágrafo Único.** As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-se por rubricas orçamentárias específicas, inclusive as relativas aos convênios que deverão ser individualizados, exceto as transferências financeiras da Prefeitura Municipal, que serão contabilizadas como receitas extra-orçamentárias, conforme Portaria n º 339 de 29 de agosto de 2001, da STN/MF.

**SEÇÃO VII**
**A Alteração na Legislação Tributária**

**Art. 32.** O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:
**I–** a revisão da legislação e cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;
**II–** ao recadastramento dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;
**III–** a reestruturação no sistema de avaliação imobiliária, para cobrança do ITBI – imposto de transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; adequando-o à realidade e valores de mercado;
**IV–** ao controle do valor adicionado, para efeito de crescimento do índice de participação no ICMS – imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

**V-** as amostragens populacionais periódicas, visando a obtenção de maiores ganhos nos recursos do Fundo de Participação dos Município – FPM, distribuídos em Função da Receita da União, do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados;
**VI –** a recuperação dos investimentos realizados com recursos próprios, através da cobrança da contribuição de melhoria prevista em lei;
**VII–** a cobrança, através de tarifas decorrentes de serviços públicos ou do exercício do poder de polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral, localizados no município;
**VIII–** a modernização da Administração Pública Municipal, através da capacitação dos recursos humanos, elaboração de programas de modernização e reestruturação administrativa, redução de despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.

**Art. 33-** O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.
**Parágrafo único -** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário ou aqueles lançados indevidamente e justificados em processos circunstanciados, poderão ser cancelados, não constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

**Art. 34-** O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU de 2011, terá desconto de 10% (dez por cento) do valor lançado para pagamento em cota única e mais o bônus concedido conforme a Lei Complementar n° 021 de 26/12/2005.

**SEÇÃO VIII**
**As Disposições sobre Despesas de Pessoal e Encargos**

**Art. 35-** Para atendimento das disposições contidas no Art. 169 da Constituição Federal, fica o poder executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a efetuar os ajustes necessários, para se adequar a Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

**Art. 36-** Para exercício financeiro de 2011, serão consideradas como despesas de pessoal a definição contida no art. 18 da Lei Complementar $n^0$ 101/2000.

**SEÇÃO IX**
**As Disposições Sobre as Despesas Decorrentes de Débitos de Precatórios Judiciais**

**Art. 37-** Para atendimento ao prescrito no Art. 100, Parágrafo $1^0$ da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento, a previsão de dotação orçamentária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios judiciários, de acordo com a forma e o valor estabelecido.

**SEÇÃO X**
**Das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal**
**e dos Critérios e Forma de Limitação de Empenho**

**Art. 38 - A averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar $n^0$ 101/2000, será realizada no final de cada quadrimestre.**

**Parágrafo Único- Se a despesa total com pessoal do poder executivo exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, serão vedados:**
**I – a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal;**
**II – criação de cargo, emprego ou função;**
**III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;**
IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V – contratação de hora extra.

**Art. 39-** Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei Complementar $n^0$ 101/2000, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos parágrafos $3^0$ e $4^0$ do art. 169 da Constituição Federal.
**§1°-** No caso do inciso I do Parágrafo $3^0$ do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções, quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.
**§2°-** É facultada a redução temporária da jornada de trabalho, para redução nos gastos de manutenção.
**§3°** - Não alcançada à redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:
**I –** receber transferências voluntárias;
**II –** obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
**III –** contratar operações de crédito, ressalvados as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

**Art. 40-** Se verificado, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, utilizando os critérios de redução de despesas na ordem inversa ao estabelecido no art. 4º desta Lei, respeitando o pagamento da Dívida Fundada, precatórios e pessoal e encargos.
**§1°-** No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional as reduções efetivadas;
**§2°-** Não serão objeto de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

**SEÇÃO XI**
**As Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos do Orçamento**

**Art. 41-** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a

propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, bem como implantará controle de custos visando o equilíbrio financeiro.
**Parágrafo único**- Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a prestação de contas, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando as ações e metas realizadas.

**SEÇÃO XII**
**As Condições Especiais para Transferências de Recursos Públicos a Entidades Públicas e Privadas**

**Art. 42-** A destinação de recursos para direta ou indiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada em Lei específica e destinarem-se a atender as diretrizes e metas constantes no art. 2º e no anexo I desta lei.

**Art. 43-** A Lei Orçamentária Anual, bem como suas alterações, não destinará recursos para execução direta pela Administração Pública Municipal, de projetos e atividades típicas das administrações estadual e federal, ressalvados os concernentes a despesas previstas em convênios e acordos com órgãos e autarquias da Administração Pública de todas as esferas de Governo.
**§1°-** A despesa com cooperação técnica e financeira ou contrapartidas em convênios e acordos far-se-á em programação específica classificada conforme dotação orçamentária;
**§2°-** São vedadas as transferências de recursos a título de subvenções sociais nas disposições contidas no item I do art. 19, da Constituição Federal e as disposições da Lei Federal n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, ressalvadas as destinadas a entidades municipais para atendimento das ações de assistencialismo social, (Saúde, Educação, Habitação e Assistência Social).

**CAPÍTULO II**
**Das Disposições Gerais**

**Art. 44-** As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber, da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

**Art. 45-** Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da receita, poderá constar na Lei Orçamentária Anual, autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito suplementar, observado o disposto nesta lei e utilizando os recursos previstos nos incisos I, II, III e IV do § 1º do Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 46-** Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2010, a sua programação será executada mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total, observada a efetiva arrecadação no mês anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

**Art. 47-** Os anexos constantes da Lei Orçamentária Anual serão publicados juntamente com o Orçamento.
**Parágrafo único.** Conjuntamente com o Orçamento, o Poder Executivo publicará os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando para cada categoria de programação no seu menor nível, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos.

**Art. 48-** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Prefeito Edu Queiroz Neves", aos 25 dias do mês de junho de 2010.

***JOSÉ GARCIA DE FREITAS***
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA, na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

***LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA***
Secretário Municipal de Administração

**ANEXO A LEI Nº 1669 DE 25 DE JUNHO DE 2010**

**DIRETRIZES E METAS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2011**

**As diretrizes que o município estabelecerá na fixação das despesas na proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2011 atenderão prioritariamente a:**
**I - Incrementar o desenvolvimento de programas na área da educação para:**
**a)** - apoiar o ensino infantil, buscando a proteção à criança;
**b)** – intensificar as ações e programas do ensino fundamental no sentido de motivar a freqüência escolar, como forma de garantir a erradicação do analfabetismo municipal e reduzir a evasão escolar.
**II –** melhorar e intensificar ações na área da saúde visando motivar programas e ações no âmbito da saúde publica, saneamento básico, a erradicação de doenças contagiosas, com ações de prevenção a partir da mudança cultural da população, propor e buscar a gestão plena da saúde financiada pelo SUS.
**III -** desencadear e apoiar programas e ações de geração de emprego e rendas e de capacitação de mão de obra, através de convênios e parcerias com entidades afins;
**IV -** desenvolver programas voltados à implantação, ampliação e/ou melhoria da infra-estrutura urbana e rural, com o desenvolvimento inclusive de programas de revitalização de praças, jardins e áreas de lazer;
**V-** fomentar o desenvolvimento sócio-econômico do Município e implantar políticas ambientais compatibilizando-as com uso sustentável dos recursos naturais;
**VI -** buscar a redução dos desequilíbrios sociais, promovendo a modernização e a competitividade da economia municipal;
**VII -** estimular e desenvolver programas para fortalecimento da agropecuária, especialmente para a agricultura familiar, da agroindústria e ações que visem o incremento de outras atividades econômicas municipais;
**VIII –** executar ações de planejamento, fortalecimento, desenvolvimento e divulgação dos aspectos turísticos municipais e outras atividades que visem a diversificação da atividade no Município;
**IX –** propiciar oportunidades de lazer, esporte e cultura, buscando a integração e o bem estar social, produção e consumo de bens e serviços culturais, preservação de monumentos históricos e o resgate da memória e identidade cultural e instituir incentivo fiscal para a realização de projetos culturais e esportivos;
**X –** desenvolver programas que estimulem a instalação de novos comércios e indústrias;
**XI –** desenvolvimento de programas de apoio à assistência social aos mais necessitados, em especial à população carente, as crianças e adolescentes, os idosos e os excluídos do processo produtivo;

**XII -** Investimento em programas sociais voltados para a melhoria de qualidade de vida da população em geral, em especial a mais carente;
**XIII –** executar ações de administração e planejamento municipal, buscando o equilíbrio financeiro e melhor alocação dos recursos públicos;
**XIV –** reestruturação, modernização e aprimoramento da fiscalização municipal.

As metas a serem instituídas para elaboração do orçamento 2011 atenderão prioritariamente as descrições a seguir, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas:

**I - ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS;**

As metas da administração municipal para as áreas de planejamento, administração e finanças estão voltadas para a melhoria da qualidade do serviço público, para o aumento das receitas próprias municipais e a adoção do planejamento efetivo como instrumento de desenvolvimento, dentro das seguintes prioridades:

**1.** Desenvolver ações de capacitação e qualificação de recursos humanos do Município, com prioridade para a questão da qualidade e produtividade;
**2.** Dotar o Município de aparelhos, mobiliários em geral, veículos, maquinários – frota municipal e modernizar a administração pública municipal, mediante alocação de dotações para melhorar o sistema de informatização, organização e controle;
**3.** Revisão das Leis Municipais;
**4.** Revitalização, modernização e conservação do arquivo municipal:
**5.** Promover a progressão funcional e a reposição do poder aquisitivo dos vencimentos, salários e proventos dos cargos e funções, bem como implementar o pagamento de salários e proventos;
**6.** Amortização de dívidas contratadas;
**7.** Promover a construção, reforma e manutenção de prédios públicos;
**8.** Implementar todas as unidades municipais com equipamentos e materiais permanentes com vistas a adequação dos serviços ofertados em todas as secretarias;
**9.** Dispor de bens públicos através dos meios legais como leilões de equipamentos, maquinários ou veiculo que por ventura vier a onerar o poder público, devido seu desgaste natural.

**II - DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

As metas para as atividades sociais da administração municipal contemplam ações integradas entre os setores públicos, voltados para o atendimento das necessidades imediatas da população, de acordo com as seguintes prioridades:
**1.** Propiciar instrumentos e condições capazes de efetuar a coordenação, o controle e o acompanhamento das atividades de transporte e alimentação escolar, manutenção e ampliação da rede física;
**2.** Consolidar instrumentos eficazes de coordenar, instruir, supervisionar e avaliar do ponto de vista técnico – pedagógico e administrativo, os setores operacionais da Secretaria de Educação e Saúde:
**3.** Construir, ampliar, reformar, adequar e equipar os prédios da educação, da saúde e das creches;
**4.** Assegurar os mecanismos que permitem a elaboração e o estabelecimento de uma política de investimentos, desenvolvendo sistemas capazes de otimizar custos financeiros de estrutura organizacional no âmbito da Rede Municipal de Ensino e órgão central; consolidar a municipalização do sistema de saúde em todos os programas;
**5.** Intensificar a implementação dos sistemas de informatização da rede municipal de ensino e da Saúde;
**6.** Priorizar o atendimento à saúde com mantendo profissionais como médicos e demais profissionais de saúde;
**7.** Apoiar os Conselhos Gestores e Associações de Pais e Mestre no âmbito do município;
**8.** Supervisionar, interferir e instruir as unidades escolares e centros de educação infantil, para que propiciem um ensino que assegure padrões mínimos de qualidade exigidos à formação do cidadão;
**9.** Priorizar os serviços preventivos de saúde, visando a educação permanente em saúde;
**10.** Propiciar mecanismos que assegurem um regime de colaboração entre as instituições públicas e privadas, visando a definição de uma política de ensino com qualidade;
**11.** Abastecer as unidades de saúde municipais com medicamentos e materiais de uso médico e odontológico, bem como equipamentos e material permanente;
**12.** Realizar investimentos para manutenção dos programas destinados ao atendimento social da população carente, nas áreas de assistência e promoção, geração de emprego e renda, triagem, encaminhamento e ampliação dos programas já existente;
**13.** Implementar os projetos de assistência e apoio a idosos, propiciando sua integração social, fortalecendo dos laços familiares, bem como o exercício da cidadania;
**14.** Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, visando a formação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres, que o mesmo seja capaz de interferir no meio em que vive buscando o bem comum;
**15.** Atender crianças, adolescentes e jovens, dentro do estabelecido pelo estatuto da criança e adolescentes, inclusive vítimas da violência e prostituição infantil, buscando garantir-lhes seus direitos sociais básicos, priorizando a manutenção saudável dos mesmos na família e comunidade para formação da cidadania;
**16.** Construção e manutenção de centros de referencia da Assistência Social para garantir o atendimento e direitos dos destinatários da política social;
**17.** Viabilizar a implementação e a implantação de programas para atender jovens e adolescentes;
**18.** Otimizar os trabalhos de regularização e urbanização social;
**19.** Estimular a elaboração e execução dos projetos comunitários de construção de casas populares;
**20.** Utilizar sistemas cooperativos no atendimento às necessidades da população na área de promoção social;
**21.** Estimular programas para o estabelecimento de atividades geradoras de emprego e renda para atender a população em geral;
**22.** Estimular a parceria com a iniciativa privada na execução de programas, projetos e serviços sociais;
**23.** Desenvolver projetos de apoio, orientações e implementar o atendimento de urgência e emergencial à gestantes de alto risco, carentes e a redução de índices de mortalidade infantil;
**24.** Desenvolver ações voltadas ao atendimento à família que amenizem a carência alimentar;
**25.** Incentivar parcerias de uma central de oferta de emprego e renda;
**26.** Apoiar ações de prevenção, habitação, reabilitação, integração social das pessoas portadoras de deficiência;

**27.** Apoiar associações comunitárias e entidades visando à implementação da política de assistência social no município, bem como o trabalho em rede de atendimento integrada;
**28.** Viabilizar ações sociais intersetoriais para ampliação de metas, otimização de recursos e melhoria na qualidade do atendimento:
**29.** Garantir a distribuição de medicamentos à população carente;
**30.** Capacitar profissionais por meio de cursos de formação aperfeiçoamento, para atuação e serviços de saúde e gestão SUS;
**31.** Manter e implementar os programas de auxilio financeiro e auxilio de materiais e produtos a pessoas carentes;
**32.** Manutenção e implementação de ações e programas para o controle de doenças transmitidas por vetores.
**33.** - Atender a população carente através das proteções: social básica e especial de media e alta complexidade.

**III- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

As metas para os projetos de desenvolvimento econômico do Município se voltam para a geração de emprego e renda e ao desenvolvimento de seu potencial, de acordo com as seguintes diretrizes:

**1.** Estimular a formação de organizações produtivas comunitárias;
**2.** Promover o acesso a informação sobre avanços científicos e tecnológicos de interesse da comunidade, bem como difusão de tecnologias existentes ou alternativas para o incremento das atividades produtivas locais;
**3.** Estimular a legalização das atividades econômicas do setor informal;
**4.** Recadastrar as atividades econômicas municipais;
**5.** Fomentar as atividades de comércio de bairros e criação de condições para a viabilização de formas alternativas de comercialização;
**6.** Incentivar a implantação de industrias e agroindústrias;
**7.** Dar suporte e divulgação ao produto turístico local;
**8.** Realizar estudos e pesquisas sobre a produção comercial e industrial do Município;
**9.** Incentivar a implantação de agroindústrias, com utilização de capital privado e público, direcionando os esforços para as atividades agropecuárias;
**10.** Apoiar as indústrias regionais para agregarem outros produtos da cadeia produtiva incorporando novos sistemas de comercialização;

**IV - PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

As diretrizes para o planejamento urbano municipal, em conjunto com as questões ambientais e de saneamento, e a administração deve priorizar:
**1.** Programa de paisagismo – manutenção das praças públicas, canteiros e áreas verdes do Município;
**2.** Buscar parcerias na discussão, elaboração e implementação dos Planos locais como: Agenda 21, coleta seletiva de lixo e Educação Ambiental nas escolas, comunidades e empresas;
**3.** Implantação de sistema de coleta e destinação final de lixo hospitalar;
**4.** Regulamentação do sistema de monitoramento de vegetação arbórea (corte, poda e manutenção de árvores);
**5.** Viabilizar a comercialização da produção agropecuária através de parcerias e incentivos;
**6.** Implantar programas de aumento de produtividade no meio rural, através da agricultura familiar.

**V - INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Os serviços de infra-estrutura têm como meta preparar a cidade para os patamares de desenvolvimento exigidos pela população das seguintes prioridades:

**1.** Implantar e dar manutenção urbana, com a adoção de critérios de iluminação publica, estendendo a locais não atendidos pela rede convencional, inclusive rural e sinalização do Município;

**2.** Executar obras de canalização de córregos de acordo com princípios de racionalidade, qualidade e matas ciliares;
**3.** Promover a drenagem e o asfaltamento de vias públicas de acordo com as diretrizes dos Planos;
**4.** Promover ações de integração e participação das comunidades locais na execução de obras e serviços públicos de interesse coletivo;
**5.** Promover a drenagem, construção de pontes, aterros, encascalhamento e patrolamento das estradas vicinais do Município;
**6.** Executar a limpeza de terrenos baldios e residências em bairros, para evitar a proliferação de doenças;
**7.** Manter o sistema viário do Município;

**VI - CULTURA, ESPORTE E LAZER**

As atividades culturais, desportivas e de lazer tem como meta o resgate da cultura regional, a aproximação das pessoas e a valorização de espaços públicos, com as seguintes prioridades:
**1.** Promover ações de incentivo às atividades culturais e manifestações populares, incluindo a construção de espaços apropriados;
**2.** Manter programas destinados ao lazer da população em geral, incluindo construção de espaço apropriado;
**3.** Manter os mecanismos de parceria com a iniciativa privada na manutenção e criação de espaço de recreação e lazer;
**4.** Fomentar as atividades esportivas amadoras em todas as suas modalidades, inclusive com a construção de espaços apropriados;
**5.** Manter e aumentar o acervo da Biblioteca Municipal;
**6.** Coordenar a política cultural voltada a criação artística, na produção e consumo de bens e serviços culturais para todas as camadas da população;
**7.** Manter os programas e projetos voltados para a identificação e o reconhecimento do patrimônio municipal e de espaços públicos existentes, com vistas ao incremento de novas áreas de potencial turístico;
**8.** Criação de programas de atividade esportivas no sistema educacional;
**9.** Apoiar as atividades de competição e eventos esportivos no município, realizando convênios e concedendo auxílios a entidades organizadoras para sua realização.

***JOSÉ GARCIA FREITAS***
Prefeito municipal

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**A4815673

---

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**EDITAL Nº 009/2010**

O ***PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍBA***, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da **Lei Complementar n.º 008, de 16 de dezembro de 1999**, especificamente em seu **título IV, Capítulo I**, faz saber

que se encontra aberto o prazo para habilitação às promoções verticais dos servidores da Carreira do Magistério do Município, dentro do limite de vagas existentes e disponíveis, e publicadas no presente Edital.

**CAPÍTULO I**
**Das promoções**

**Artigo 1º.** Concorrerão à promoção Vertical, os servidores que integram a carreira do Magistério do Município, que atenderem aos requisitos previstos nos Artigos 37, 38 e 39 da Lei Complementar n.º 008, de 16 de dezembro de 1999.

**Artigo 2º.** É abrangida por este Edital a seguinte categoria funcional:
*I – Professor de Educação Básica;*

**Artigo 3º.** As vagas sujeitas a preenchimento por Promoção Vertical são as seguintes:

**Professor de Educação Básica**
**NívelIII – 02 vagas**

**CAPÍTULO II**
**Da Concessão**

**Artigo 4º.** A concessão da Promoção Vertical obedecerá aos níveis de habilitação dos cargos da Carreira do Magistério Municipal constante do Anexo II, da Lei Complementar n.º 008/99, que passa integrar o texto deste Edital, conforme tabela:

**I**

| NÍVEL | HABILITAÇÃO |
|---|---|

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

| | |
|---|---|
| Nível II | Curso Normal, correspondente ao ensino médio em quatro anos; |
| Nível III | Licenciatura em curso de nível superior de graduação plena; |
| Nível IV | Licenciatura em curso de pós-graduação com duração mínima de 300 (trezentas) horas; |
| Nível V | Licenciatura em curso de mestrado ou doutorado. |

**II**

**ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO**

| | |
|---|---|
| Nível II | Pedagogia em curso de pós-graduação com duração mínima de 300 (trezentas) horas; |
| Nível III | Pedagogia em curso de mestrado em uma das especializações; |
| Nível IV | Pedagogia em curso de doutorado em uma das especializações. |

**CAPÍTULO III**
**Do Requerimento**

**Artigo 5º.** Os interessados deverão formular pedido através de requerimento ao Prefeito Municipal e protocolizado na Secretaria de Administração, juntando cópia do diploma da nova habilitação e histórico escolar, devidamente autenticados.

**CAPÍTULO IV**
**Dos Prazos**

**Artigo 6º.** O servidor terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, para encaminhar o requerimento, acompanhados dos documentos exigidos ao Chefe do Executivo, via protocolo na Secretaria de Administração.

**Artigo 7º.** A publicação do nome dos servidores habilitados será feita mediante afixação no mural do Paço Municipal.

**CAPÍTULO V**
**Das Disposições Finais**

**Artigo 8º.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Executivo, observada a legislação pertinente em vigor.

**Artigo 9º.** Será promovido o servidor que cumprir todas as normas exigidas para a elevação, mediante portaria.

**Artigo 10.**Havendo dois ou mais concorrentes habilitados à mesma vaga, ou em caso de empate, será promovido aquele que contar mais tempo de serviço prestado na carreira do magistério, em cargo efetivo.

**Artigo 11.**Comissão especialmente designada, composta por 03 membros, emitirá parecer nos processos de habilitação.

Paranaíba(MS), 25 de junho de 2010.

***JOSÉ GARCIA DE FREITAS***
Prefeito Municipal

***LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Maria Aparecida de Souza
**Código Identificador:**3EE794B7

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº. 064/2010, EM 25 DE JUNHO DE 2010.**

"Dispõe sobre alteração do expediente dos órgãos da administração pública municipal, no dia de jogo da Seleção Brasileira durante as oitavas de final da Copa do Mundo FIFA, na África do Sul 2010."

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA**:

**Art. 1º** Fica alterado o expediente dos órgãos da administração pública municipal, no dia de jogo da Seleção Brasileira, durante as oitavas de final da Copa do Mundo da FIFA, na África do Sul 2010:
Jogo do dia 28/06/2010 - expediente das 7hs às 13hs direto;

**Art. 2º** O disposto no artigo anterior não se aplica aos serviços considerados essenciais, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos.

**Art. 3°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, MS, 25 de Junho de 2010.

***ROBERSON LUIZ MOUREIRA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosangela F de Souza Collis
**Código Identificador:**5E606AEC

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº. 065/2010, EM 29 DE JUNHO DE 2010.**

"Dispõe sobre alteração do expediente dos órgãos da administração pública municipal, no dia do jogo da Seleção Brasileira durante as quartas de final da Copa do Mundo FIFA, na África do Sul 2010."

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA**:

**Art. 1º** Fica alterado o expediente dos órgãos da administração pública municipal, no dia do jogo da Seleção Brasileira, durante as quartas de final da Copa do Mundo da FIFA, na África do Sul 2010:

Jogo do dia 02/07/2010 - expediente das 6:30 hs às 9:30 hs;

**Art. 2º** O disposto no artigo anterior não se aplica aos serviços considerados essenciais, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos.

**Art. 3°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, MS, 29 de Junho de 2010.

***ROBERSON LUIZ MOUREIRA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosangela F de Souza Collis
**Código Identificador:**02307D5E

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 062/2010, EM 16 DE JUNHO DE 2010.**

*"Dispõe sobre a substituição de membros que compõe o Comitê Gestor do Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação e de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas - PAR".*

O Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Substituir os seguintes membros que compõe o Comitê Gestor do Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação e de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas – PAR os seguintes membros:
Técnico da Gerência Municipal de Educação ora representado por Maria Augusta Costa Ramos da Silva passa a ser representado por Mauren Denise Sampaio;
Representante do Conselho Municipal de Educação ora representado por Janete Aparecida dos Santos passa a ser representado por Maria Augusta Costa Ramos Silva.

**Art. 2°** Ficam revogados os termos do Decreto 093/2009, de 05 de Outubro de 2009.

**Art. 3°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, MS, 16 de Junho de 2010.

***ROBERSON LUIZ MOUREIRA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosangela F de Souza Collis
**Código Identificador:**2528936E

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº. 063/2010, EM 16 DE JUNHO DE 2010.**

"Dispõe sobre a criação da Comissão de Elaboração e Acompanhamento de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2, do Governo Federal."

O Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica criada a Comissão de Elaboração e Acompanhamento de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2.

**Art. 2°** A Comissão será presidida pelo titular da Gerência Municipal de Finanças e Planejamento, a quem caberá a coordenação do plano, e será constituída por:
Representantes do Gabinete do Prefeito;
Auditor Interno;
Representante da Gerência Municipal de Finanças;
Representante da Gerência Municipal de Educação;
Representante da Gerência Municipal de Saúde;
Representante da Gerência Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
Representante da Gerência Municipal de Administração;
Arquiteto;
Engenheiro Civil.

**Art. 3°** O comitê tem por finalidade:

I – elaborar diagnósticos para execução de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2, no município de Ribas do Rio Pardo;
II – elaboração, acompanhamento, monitoramento e cadastramento de projetos e execução do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2, no município de Ribas do Rio Pardo;
III – Cadastramento de projetos no prazo de 21 de junho 21 de junho a 31 de agosto de 2010.

**Art. 4°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, MS, 16 de junho de 2010.

***ROBERSON LUIZ MOUREIRA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosangela F de Souza Collis
**Código Identificador:**E7CA5905

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 087/2010**

Nomeia a Comissão de Elaboração e Acompanhamento de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2, do Governo Federal.

O Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear para compor a Comissão de Elaboração e Acompanhamento de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC os seguintes membros:

Paulo Rogério de Souza Bernardes – Gerente Municipal de Finanças e Planejamento, Presidente da Comissão;
Rita de Cássia Moreno Trevisan – Representante do Gabinete do Prefeito;
Luiz Carlos Dutra Júnior – Auditor Interno;
Cícera Pereira Farias – Representante da Gerência Municipal de Finanças;
Douglas Souza da Silva – Representante da Gerência Municipal de Educação;
Luís Roberto Pasquoto Mariani – Representante da Gerência Municipal de Saúde;
Nilson Pereira de Góis – Representante da Gerência Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
Luiz Carlos Sodário – Representante da Gerência Municipal de Administração;
Jorge Antonio Santana Hartelsberger – Arquiteto;
Linarde Pereira Alves – Engenheiro Civil.

**Art. 2°** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, MS, 16 de junho de 2010.

***ROBERSON LUIZ MOUREIRA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosangela F de Souza Collis
**Código Identificador:**9F4EBE70

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 304 DE 01 DE JULHO DE 2010**

*"Dispõe sobre a decretação de Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências***"**

O Prefeito Municipal de Selvíria-MS, **Sr. José Dodô da Rocha**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são facultadas por Lei, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica instituído Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, no dia **02 de julho de 2010** (sexta-feira), em razão do jogo oficial do Brasil na Copa 2010, salvo aquelas que por seu caráter essencial não possam sofrer paralisações.

**Art. 2º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se.

Selvíria-MS, 01 de julho de 2.010

***PROFESSOR JOSÉ DODÔ DA ROCHA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Liany Vargas Dias
**Código Identificador:**350E42C5

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL Nº 15/2010**

**DALTRO FIUZA**, Prefeito Municipal de Sidrolândia – MS., no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos relacionados observada a ordem de classificação, aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal do Município de Sidrolândia-MS., realizado em 23 de Setembro de 2009, cujo Resultado foi homologado em 17 de Dezembro de 2009, pelo Edital nº 016/2009, publicado no Jornal "O Progresso" em 22 de Dezembro de 2009, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sidrolândia-MS., junto ao Departamento de Recursos Humanos no dia e horário marcado, munidos dos documentos exigidos originais e fotocópias, para tomarem posse no seu respectivo cargo e lhe darem exercício.

**1- RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS:**

Carteira de Identidade;
Cadastramento CIC / CPF.;
Título de Eleitor e quitação com as responsabilidades eleitorais;
Quitação com as obrigações militares, quando couber;
Cadastramento no PIS/PASEP ou Declaração que não possui PIS/PASEP (Formulário próprio);
Comprovante de residência atualizado (conta de água ou luz);
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Certidão de Nascimento dos dependentes (filhos) menores de 21 anos;
Comprovante de Escolaridade exigido para o Cargo, conforme Anexo I do Edital nº 001/Concurso Público/2009;
Carteira do Conselho Profissional e comprovante de quitação (quando couber);
Atestado de Saúde Ocupacional (A.S.O.) para o cargo, expedida pelo Médico do Trabalho membro da junta Médica;
Carteira de Motorista, quando couber;
Declaração de bens e valores (formulário próprio);
Certidão Negativa Civil e Criminal;

Declaração que não detém cargo ou função pública ou privada que cause incompatibilidade com o Cargo a que será nomeado (a), (formulário próprio);
01 (uma) fotografia 3x4 atual.

**2 –** Os candidatos convocados deverão apresentar-se junto ao Médico para o Atestado de Saúde Ocupacional (A.S.O.) munidos dos seguintes exames, abaixo discriminados:

VDRL – para todos os candidatos convocados;
Hemograma Completo – para todos os candidatos convocados;
Exame Parasitológico de Fezes (E.P.F.) – para todos os candidatos convocados;
Eletrocardiograma, com laudo – para todos os candidatos convocados, com idade acima de 45 (quarenta e cinco) anos.

**3 – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS CONVOCADOS:**

**Data da Posse: 26 DE JULHO DE 2010**
**Horário: das 7 horas às 11 horas**
**CARGO: ASSISTENTE DE CRECHE**

| Nome | Identidade | Classificação final |
|---|---|---|
| ANDREIA DOS SANTOS DE ALMEIDA | 1233561 SSP/MS | **47º** |
| **VANIA DIAS DE SOUZA** | **1182355 SSP/MS** | **48º** |
| **DANIELA SANCHES ACOSTA** | **1640813 SSP/MS** | **49º** |

**Data da Posse: 26 DE JUlHO DE 2010**
**Horário: das 7 horas às 11 horas**
**CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

| Nome | Identidade | Classificação final |
|---|---|---|
| SIMONE DE SOUZA DOS SANTOS | 1568351 SSP/MS | **2º** |
| VANILDA CREMON | **43608380 SSP/PR** | **3º** |

**4 –** Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que:
**4.1 –** Não se apresentar no dia, local e horário fixado neste Edital de Convocação;
**4.2 –** Não se apresentar para tomar posse no prazo fixado;
**4.3 –** Não comprovar os requisitos exigidos para provimento do cargo;
**4.4 –** Não apresentar a documentação comprobatória necessária para provimento do cargo.

Sidrolândia – MS, 30 de Junho de 2010.

***DALTRO FIUZA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosangela Pereira de Novaes
**Código Identificador:**67C7ACE4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - LICITAÇÃO**
**HOMOLOGAÇÃO DO CONVITE Nº 22/2010**

Despacho do Prefeito Municipal
de 30 de junho de 2010.
Processo nº 1833/2010

Homologando o procedimento licitatorio realizado na modalidade de convite nº 22/2010 e adjudicando o objeto da licitação a Empresa: Santa Cruz Construções e Terraplenagem Ltda, o item de nº 01 - no valor total de R$ 78.625,00 (setenta e oito mil seiscentos e vinte cinco reais).

***DALTRO FIUZA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosangela Pereira de Novaes
**Código Identificador:**864F8F99

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - LICITAÇÃO**
**HOMOLOGAÇÃO DO CONVITE Nº 50/2010**

Despacho do Prefeito Municipal
De 01 de julho de 2010
Processo n° 3896/2010

Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite n° 54/2010 e adjudicando o objeto da licitação a Empresa: **Aguinaldo Pereira Nantes-ME**, os itens de nºs: 01, 03, 04, 16 - no valor total de R$ 39.426,00 (trinta e nove mil quatrocentos e vinte seis reais). **Açougue e Mercearia Tamandaré Ltda - ME**, os itens de nºs: 02, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20 - no valor total de R$ 45.836,00 (quare4nta e cinco mil oitocentos e trinta e seis reais).

***DALTRO FIUZA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosangela Pereira de Novaes
**Código Identificador:**BF30E41A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - LICITAÇÃO**
**HOMOLOGAÇÃO DO CONVITE Nº 54/2010**

Despacho do Prefeito Municipal
De 01 de julho de 2010
Processo n° 3896/2010

Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite n° 54/2010 e adjudicando o objeto da licitação a Empresa: **Aguinaldo Pereira Nantes-ME**, os itens de nºs: 01, 03, 04, 16 - no valor total de R$ 39.426,00 (trinta e nove mil quatrocentos e vinte seis reais). **Açougue e Mercearia Tamandaré Ltda - ME**, os itens de nºs: 02, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20 - no valor total de R$ 45.836,00 (quare4nta e cinco mil oitocentos e trinta e seis reais).

***DALTRO FIUZA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Rosangela Pereira de Novaes
**Código Identificador:**B7331645

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU**

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 161/2010 DE 1º DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre nomeação de servidora que menciona e dá outras providências

**VERONICA FERREIRA LIMA, Prefeita Municipal de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, através d**o disposto no Art. 57, Inciso VI; da LEI ORGANICA DO MUNICIPIO.**
**CONSIDERANDO, o inciso I do Art. 24 da Lei Municipal nº 307 de 08 de Abril de 2010.**
**RESOLVE**
Artigo 1º Nomear MARIA JOSÉ DOS SANTOS BARROS, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Símbolo DAS 1; com opção de vencimentos e vantagens dos cargos efetivos consignados em Lei.
Artigo 2º Revoga-se em todos os seus termos a Portaria Municipal nº 003/2009 de 1º de janeiro de 2009.
Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogam-se as disposições em contrário.

Cumpre-se, Registre-se, Publique-se.
Taquarussu MS, quinta-feira,1º de julho de 2010.

***VERONICA FERREIRA LIMA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Renaldo Correia da Silva
**Código Identificador:**B3CDD703

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**DECRETO MUNICIPAL Nº. 045, DE 29 DE JUNHO DE 2010.**

"Dispõe sobre a substituição dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,
Considerando a Lei Municipal nº. 044/95, de 30 de Outubro de 1995.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Ficam substituídos para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social Gestão 2009 a 2011, na forma da Legislação Vicente, os seguintes membros:

**REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:**

| NOME DO TITULAR | SUBSTITUTO |
|---|---|
| AMANDA M. F. BACHIEGA (CRAS) | |
| JORGE SILVA AGUILAR (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULT. E ESPORTES) | |
| LUCIANO BARRETO SILVA CABRAL (SECR. DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) | CRISTIANE CALIXTO BASTOS (CRAS) |

| NOME DO SUPLENTE | SUBSTITUTO |
|---|---|
| ANA KELLY PEREIRA CLEMENTE (CRAS) | |
| MARIA JOSÉ BATISTA DE JESUS VIANA (SECR. DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) | |
| CRISTIANE CALIXTO BASTOS (CRAS) | IZAURA LOPES FRANCISCO (USUÁRIA) |

**REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

| NOME DO TITULAR | SUBSTITUTO |
|---|---|
| KEILA CRISTINA ARAÚJO PRATES CRIVELLI (USUÁRIA) | FRANCISCA AGOSTINHO DOS SANTOS (APAE) |
| ANTONIA FERREIRA BACHIEGA (APAE) | |
| GUIOMAR BONDEZAN GOMES (CONVIVER) | |

| NOME DO SUPLENTE | SUBSTITUTO |
|---|---|
| FRANCISCA AGOSTINHO DOS SANTOS (APAE) | SEBASTIÃO CAMELOTI (CONVIVER) |
| GUIOMAR BONDEZAM GOMES (CONVIVER) | |
| ANTONIA FERREIRA BACHIEGA (APAE) | |

**Art. 2º** - Com a substituição mencionada no Art. 1º deste, passam a comporem o Conselho Municipal de Assistência Social Gestão 2009 a 2011 na forma da legislação vigente:

**REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:**

| NOME DO TITULAR | NOME DO SUPLENTE |
|---|---|
| AMANDA MATHILDE FERREIRA BACHIEGA (CRAS) | ANA KELLY PEREIRA CLEMENTE (CRAS) |
| JORGE SILVA AGUILAR (SECR. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES) | MARIA JOSÉ BATISTA DE JESUS VIANA (SECR. DE ADMINSTRAÇÃO) |
| CRISTIANE CALIXTO BASTOS (CRAS) | IZAURA LOPES FRANCSICO (USUÁRIA) |

**REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

| NOME DO TITULAR | NOME DO SUPLENTE |
|---|---|
| FRANCISCA AGOSTINHO DOS SANTOS (APAE) | LUCAS GOMES DA SILVA (USUÁRO) |

| | |
|---|---|
| ANTONIA FERREIRA BACHIEGA (APAE) | SEBASTIÃO CAMELOTI GOMES (CONVIVER) |
| GUIOMAR BONDEZAN GOMES (CONVIVER) | MATHILDE GONZAGA GOMES (USUÁRIA) |

**Art. 3º -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º -** Fica revogado em sua totalidade o Decreto Municipal nº. 041/2010, de 22 de junho de 2010.

**Taquarussu - MS, 29 de Junho de 2010.**

***VERÔNICA FERREIRA LIMA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Emerson Correia de Araújo
**Código Identificador:**837411B5

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS

### GABINETE DO SECRETÁRIO GERAL
### AVISO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2010 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 026/2010

O MUNICÍPIO DE TERENOS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio de seu pregoeiro, torna público, a realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** do tipo **menor preço item a item**, nos termos da Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, do Decreto Municipal nº. 2.134 de 02/04/2007 e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente a Lei nº. 8.666 de 21 de junho de1993.
**OBJETO**: aquisição de materiais de consumo, instrumentais e periféricos para o setor de odontologia da Rede Municipal de Saúde, conforme os itens relacionados no Anexo I – Termo de Referência do Edital.
**DATA: 14/07/2010**
**HORÁRIO: 09: 00h (horário local)**
**LOCAL:** Av. Dr. Antonio José Paniago, n°. 119, Centro, neste Município, sede da Prefeitura Municipal de Terenos.
Os interessados deverão obter o Edital completo através de solicitação, enviada ao e-mail: pmt.licitacao@hotmail.com, contendo os dados cadastrais da empresa, onde as mesmas poderão esclarecer dúvidas pelo telefone (67)3246-8209.

Terenos/MS, 01 de Julho de 2010

***ANTONIO CARLOS REZENDE RAMOS***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Sidclea Correa Chaves
**Código Identificador:**0B42B871

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO N.º 114/2010

"Autoriza abertura de crédito suplementar no orçamento geral do Município e dá outras providências".

**MÁRCIA MOURA**, Prefeita Municipal de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no artigo 43.º, § 1º. **inciso III**, da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e artigo 7.º da Lei Municipal n.º 2.417 de 22 de dezembro de 2009.

**DECRETA**

Art. 1.º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, um Crédito Suplementar no valor de R**$ 295.000,00 ( Duzentos e noventa e cinco mil reais),** para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

SECRET. MUN. ASSIST. SOCIAL, CIDAD. E TRABALHO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0911.08.244.402-2018
33.90.30.00 – F – 12 R$ 20.000,00

SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
GAB. DA SECRET. MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
1101.26.782.501-1016
44.90.51.00 – F – 00 R$ 80.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO
GAB. SECRET. MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO
1901.23.691.601-2024
33.90.39.00 – F – 00 R$ 50.000,00

SECRET. MUN. DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER
GAB. SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE, JUV. E LAZER
2101.27.813.607-2035
33.90.39.00 – F – 00 R$ 30.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2510.10.302.802-2045
33.90.36.00 – F – 00 R$ 100.000,00

TOTAL GERAL R$ 295.000,00

**Art. 2.º** - Para cobertura do presente Crédito Suplementar, serão utilizados recursos, provenientes do disposto no art. n.º 43, § 1.º **inciso III** – **Anulação Parcial de Dotação Orçamentária**, da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1.964 e art. 7.º da Lei Municipal nº. 2.417 de 22 de dezembro de 2009.

SECRET. MUN. ASSIST. SOCIAL, CIDAD. E TRABALHO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0911.08.244.402-2018
33.90.30.00 – F – 12 R$ 20.000,00

SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
GAB. SECRET. MUNIC DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
1101.15.451.501-1013
44.90.51.00 – F – 00 R$ 80.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONOMICO
GAB. SECRET. MUNICIPAL DE DESENV. ECONOMICO
1901.13.695.602-2025
44.90.52.00 – F – 00 R$ 25.000,00

SECRET. MUN. DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER

GAB. SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE, JUV. E LAZER
2101.27.813.607-2035
33.90.36.00 – F – 00 R$ 30.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2510.10.302.802-2045
44.90.52.00 – F – 00 R$ 100.000,00

TOTAL GERAL R$ 295.000,00

**Art. 3.º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Três Lagoas/MS, 29 de Junho de 2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**1A9A5BD9

## GABINETE DO PREFEITO
## DECRETO Nº. 116, DE 01 DE JULHO DE 2010.

"DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DO EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS".

**MÁRCIA MOURA**, Prefeita Municipal de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 43, V, da Lei Municipal nº. 1.795, de 16 de julho de 2002 (Lei Orgânica do Município de Três Lagoas/MS) e,

Considerando a necessidade de promover ações que resultem em redução do custeio da máquina administrativa;

Considerando a necessidade de se manter o equilíbrio financeiro, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando o aumento dos custos fixos de manutenção dos investimentos realizados, como gastos administrativos e manutenção dos prédios e;

Considerando ainda o baixo incremento da receita e a possível redução do FPM nos meses de julho, agosto e setembro pela devolução do IRPF pelo Governo Federal,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** O expediente administrativo nas repartições públicas municipais, em 2010, será das 07:00 às 13:00 horas, a partir de 05 de julho de 2010.

**Parágrafo único.** Excetuam-se dos efeitos deste decreto os setores que, por sua natureza, especificidade e importância, não possam sofrer redução de funcionamento.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Lagoas/MS, 01 de julho de 2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**8511ABF1

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
## DEPTRAN - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E SISTEMAS VIARIOS

EDITAL Nº 224/DMT/2010
O Diretor do Departamento Municipal de Trânsito, no uso de suas atribuições previstas no art. 24, VII, da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB), notifica os proprietários e/ou condutores dos veículos constantes da relação em anexo, sobre a autuação efetuada por infração ao Código de Trânsito Brasileiro, em observância ao contido no art. 281, § único, II, do Código de Trânsito Brasileiro, para que querendo efetue defesa de autuação, nos termos da legislação vigente.

| AIT | INFRAÇÃO | DATA INFRA | PLACA |
|---|---|---|---|
| MS00709044 | 554-1 | 23/6/2010 | KAW5260 |
| MS00754875 | 736-6 | 22/6/2010 | NBP2802 |
| MS00754879 | 736-6 | 22/6/2010 | HTE2460 |
| MS00754881 | 545-2 | 23/6/2010 | CRG8494 |
| MS00754882 | 545-2 | 23/6/2010 | HQJ4104 |
| MS00755053 | 554-1 | 22/6/2010 | HSI7996 |
| MS00755151 | 518-5 | 22/6/2010 | HTQ0014 |
| MS00755153 | 518-5 | 22/6/2010 | BJF0949 |
| MS00755154 | 545-2 | 22/6/2010 | HTJ1790 |
| MS00755157 | 581-9 | 23/6/2010 | HSN3988 |
| MS00755158 | 545-2 | 23/6/2010 | CLL8246 |
| MS00755164 | 518-5 | 23/6/2010 | HRG6541 |
| MS00755202 | 605-0 | 23/6/2010 | HTE3618 |
| MS00755203 | 554-1 | 23/6/2010 | GUQ6100 |

TRÊS LAGOAS, MS, 01 de julho de 2010.

***MILTON GOMES SILVEIRA***
Diretor do Departamento Municipal de Trânsito

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**A05A07B8

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
## PORTARIA Nº 4557/SEMAD/ARH/2010 22 DE JUNHO DE 2010.

ODAIR BIASSI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS, no uso da Competência que lhe confere o Decreto nº 002/2009.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Fica exonerada a pedido, a Srª. **EDLAINE CRISTINA QUEVEDO,** matrícula 1-12773, portadora do CPF 276.575.758-59, do cargo efetivo de Enfermeiro, símbolo A1 - VII, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de **22 DE JUNHO DE 2010** revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Divulgue-se.

Paço Municipal de Três Lagoas, 22 de Junho de 2010.

***ODAIR BIASSI***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**8DE4442A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 065/AJ/2010.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº. 497/2010 - Convite nº. 052/2010
PARTES: Município de Três Lagoas - MS e *C. A. DE SOUZA - ME*
OBJETO: alteração da Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato nº. 065/AJ/2010.
VALOR: R$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinqüenta reais), pequivalente a 25% (vinte e vinte por cento) sobre o valor do Contrato original.
FUNDAMENTO LEGAL: §1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e Legislação Complementar.
DATA: 28/06/2010

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

***CARLOS ALBERTO DE SOUZA***
Representante

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**B365ABAF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RESULTADO DE LICITAÇÃO.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Adjudico e Homologo a Presente Licitação.
PROCESSO Nº. 3229/2010 - CONVITE Nº. 173/2010.
OBJETO: Locação de ônibus tipo rodoviário para atender a SEJUVEL, em viagens estaduais e interestaduais.
EMPRESA ADJUDICADA NO MENOR VALOR GLOBAL: *MARCIA REGINA GOLFETTO DE OLIVEIRA – EPP* – R$ 78.760,00 (setenta e oito mil setecentos e sessenta reais). Três Lagoas/MS, 28 de Junho de 2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**C83D1A8F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RESULTADO DE LICITAÇÃO.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Adjudico e Homologo a Presente Licitação.
PROCESSO Nº. 3240/2010 - CONVITE Nº. 175/2010.
OBJETO: Aquisição de cadeiras para refeição de bebê, atendendo os Centros de Educação Infantil - REME.
EMPRESA ADJUDICADA NO MENOR VALOR GLOBAL: *MECHE & MARIN LTDA – ME* – R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais). Três Lagoas/MS, 28 de Junho de 2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**DAF994EC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL TERMO DE REVOGAÇÃO**

O Município de Três Lagoas – MS torna público, nos termos da legislação pertinente, que por razões justificadas e por interesse da Administração, fica revogado o Processo 3088/2010 – Pregão Presencial nº. 047/2010, 28 de Junho de 2.010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**C7359E8E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Ratifico a Dispensa de Licitação, conforme Parecer emitido pela Assessoria Jurídica constante no Processo nº. 3468/2010 nos termos do art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93, alteradas por legislações posteriores correlatas.
OBJETO: Serviço de confecção de material de divulgação dos Jogos Escolares de MS e Jogos da Juventude de MS (modalidades de futsal e voleibol) Convênio 16510 entre Fundesporte e PMTL "Jogos Escolares de Mato Grosso do Sul (Futsal masculino e feminino) e Jogos da Juventude de Mato Grosso do Sul (Voleibol masculino e feminino)".
EMPRESA: ***IRINEU MARINHO AHAGON BAEZ***
DATA DO DESPACHO DA RATIFICAÇÃO: 25/06/2010
RATIFICA*: MÁRCIA MOURA*
VALOR: R$. 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2101.278136072.035 Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer – 33903905 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 157 – Fonte 11.

Três Lagoas/MS, 25 de Junho de 2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**74748214

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

Ratifico a Dispensa de Licitação, conforme Parecer emitido pela Assessoria Jurídica constante no Processo nº. 3312/2010 nos termos do art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93, alteradas por legislações posteriores correlatas.

OBJETO: Locação de 20 jogos de mesas com suporte metálico, tampo e vidro , 4 cadeiras por jogos, para serem usadas no evento " 20ª SUPER AMAS e 4º ENCOBOL", para a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.
EMPRESA: ***MT ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA - EPP***
DATA DO DESPACHO DA RATIFICAÇÃO: 30/06/2010
RATIFICA*: MÁRCIA MOURA*
VALOR: R$. 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19.01.23.691.601.2024 – Gabinete da Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico – 33.90.39.37 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Ficha 165 – Fonte 0

Três Lagoas/MS, 30 de Junho de 2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**BEC84E7D

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº. 284/AJ/2010.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº. 3206/2010– CONVITE Nº. 171/2010.
PARTES: Município de Três Lagoas – MS e a empresa *CONSTRUCAMPO ENGENHARIA LTDA.*
OBJETO: Contratação de empresa para a execução de obras na pavimentação asfáltica nas Ruas Michel Thomé, Elias Seba e Domingo Rímoli – Jardim Alvorada – Três Lagoas/MS, conforme Memorial Descritivo, Memória de Cálculo, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha Orçamentária, Composição de Custo Unitário.
VALOR: R$ 129.579,80 (cento e vinte e nove mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 02 (dois) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666 de 21.06.1993 e Legislação Complementar.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.01.15.451.501.1.013 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos – 44.90.51.00 - Obras e Instalações Ficha 100 – Fonte 0. DATA: 23/06/2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

***AGNALDO PIERRE DOS SANTOS***
Representante.

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**749DF737

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

Ratifico a Dispensa de Licitação, conforme Parecer emitido pela Assessoria Jurídica constante no Processo nº. 3314/2010 nos termos do art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93, alteradas por legislações posteriores correlatas.
OBJETO: Serviços de Confecção e impressão de VINIL, para a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.
EMPRESA: ***TOMASI & LOPES LTDA - ME***
DATA DO DESPACHO DA RATIFICAÇÃO: 30/06/2010
RATIFICA*: MÁRCIA MOURA*
VALOR: R$. 3.800,00 (três mil oitocentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19.01.04.122.601.2026 – Gabinete da Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico – 33.90.39.24 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Ficha 140 – Fonte 0

Três Lagoas/MS, 30 de Junho de 2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**DC8C6095

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

Ratifico a Dispensa de Licitação, conforme Parecer emitido pela Procuradoria Jurídica constante no Processo nº. 1046/2010 nos termos do art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93, alteradas por legislações posteriores correlatas.
OBJETO: Aquisição de material de consumo, Pote de vidro liso de 250 ML e 500 ML, para utilização nos programas desenvolvidos pelo CAP`S, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde por meio da CI nº 173/2010, Verba Federal, Conta: 33.422-7.
EMPRESA: ***D. DALLA PRIA & CIA LTDA***
DATA DO DESPACHO DA RATIFICAÇÃO: 10/03/2010
RATIFICA*: SIMONE N. TEBET*
VALOR: R$.412,50 (quatrocentos e doze reais e cinqüenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25.10.10.302.802.2045 – Fundo Municipal de Saúde – 33.90.30.16 – Material de Consumo – Ficha 256 – Fonte: 0.

Três Lagoas/MS, 10 de março de 2010

***SIMONE N. TEBET***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**83D3DDE2

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE Nº. 041/AJ/2010.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº. 0586/2010 – Inexigibilidade de Licitação.
PARTES: Município de Três Lagoas - MS e VIAÇÃO CIDADE MORENA LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços no fornecimento de 16.000 (dezesseis mil) vales transportes, para atender pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme a Lei Municipal nº. 1614 de 11/04/2000 e critérios da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, a serem utilizados de acordo com o objetivo previsto em Lei, no período até 31/12/2010.

VALOR: R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais), sendo o valor do vale transporte de R$. 1,80 (um real e oitenta centavos), de acordo com a tarifa vigente.
VIGÊNCIA: até 31/12/2010.
FUNDAMENTO LEGAL: "caput" do Art. 25 da Lei nº. 8.666, de 21.06.93 e Legislação Complementar.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: - 09.11.08.244.402.2.019 – Fundo Municipal de Assistência Social – 33.90.39.19 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 285. DATA: 9 de fevereiro de 2010.

***SIMONE N. TEBET***
Prefeita Municipal

***HÉLIO DALMASO MENEGHIN***
Representante.

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**922F3014

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 045/AJ/2010.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº. 560/2010 – Inexigibilidade de Licitação
PARTES: Município de Três Lagoas – MS e a Farmacêutica Bioquímica CRISTIANE PORTO BAZÉ
OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de Farmacêutica Bioquímica, para realização de exames aos pacientes de DST/AIDS, no Laboratório Municipal de Saúde.
VALOR: R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: O Prazo e vigência serão no período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste Contrato, podendo ser prorrogado conforme a Lei 8666/93 e alterações posteriores.
FUNDAMENTO LEGAL: "Caput" do Artigo 25 da Lei nº. 8.666 de 21.06.1993 e Legislação Complementar.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: - 25.10.10.305.803.2.059 – Fundo Municipal de Saúde – 33.90.36.02 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Ficha 365 – Fonte 0
DATA: 01/03/2010.

***SIMONE N. TEBET***
Prefeita Municipal

***CRISTIANE PORTO BAZÉ***
Contratada

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**A8C0D60F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação, conforme Parecer emitido pela Assessoria Jurídica constante no Processo nº. 560/2010, nos termos do "Caput" do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.
OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de Farmacêutica Bioquímica, para realização de exames aos pacientes de DST/AIDS, no Laboratório Municipal de Saúde.
FAVORECIDA: CRISTIANE PORTO BAZÉ
DATA DO DESPACHO DA RATIFICAÇÃO: 18/02/2010
RATIFICA: SIMONE N. TEBET
VALOR**:** R$. 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25.10.10.305.803.2.059 – Fundo Municipal de Saúde – 33.90.36.02 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Ficha 365 – Fonte 0

Três Lagoas/MS, 18 de Fevereiro de 2010.

***SIMONE N. TEBET***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**35365A56

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação, conforme Parecer emitido pela Procuradoria Jurídica constante no Processo nº. 0586/2010 – Inexigibilidade de Licitação, nos termos do "Caput" do Art.. 25, da Lei nº. 8.666/93, alteradas por legislações posteriores correlatas.
*OBJETO:* Aquisição de 16.000 (dezesseis mil) vales transportes, para atender pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme a Lei Municipal nº. 1614 de 11/04/2000 e critérios da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, a serem utilizados de acordo com o objetivo previsto em Lei, no período até 31/12/2010.
*EMPRESA:* VIAÇÃO CIDADE MORENA LTDA.
*DATA DO DESPACHO DA RATIFICAÇÃO:* 9/02/2010.
*RATIFICA: SIMONE N. TEBET*
VALOR: R$.28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.11.08.244.402.2.019 – Fundo Municipal de Assistência Social – 33.90.39.19 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 285.

Três Lagoas/MS, 9 de fevereiro de 2010.

***SIMONE N. TEBET***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**DF1D5D41

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RESULTADO DE LICITAÇÃO.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Adjudico e Homologo a presente Licitação
*PROCESSO Nº. 3132/2010 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2010.*
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atender pacientes inseridos na Liminar do Poder Judiciário - OBRIGAÇÃO DE FAZER.
EMPRESA ADJUDICADA NO VALOR GLOBAL: *OLENTINO GARCIA DE QUEIROZ – EPP* – R$ 19.126,00 (dezenove mil cento e vinte e seis reais).

Três Lagoas/MS, 23 de Junho de 2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**9FDC0A9D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL RATIFICAÇÃO DE DESPESA**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação, conforme Parecer emitido pela Procuradoria Jurídica constante no Processo nº. 3488/2010 nos termos do "Caput" do Art. 25 da Lei nº 8.666/93, alteradas por legislações posteriores correlatas.
OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços no fornecimento de passagens rodoviárias para as linhas de ônibus a serem percorridas: Campo Grande/MS, Ribas do Rio Pardo/MS, Brasilândia/MS, Bataguassu/MS, Goiânia/GO, Brasília/DF e demais cidades do interior de Mato Grosso do Sul, para o atendimento do "Plantão Social" da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, no período de 06 (seis) meses.
EMPRESA: *VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA*
DATA DO DESPACHO DA RATIFICAÇÃO: 30/06/2010
RATIFICA*: MÁRCIA MOURA*
VALOR: R$. 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0910.08.244.401.2.016 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho – 339039.45 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Ficha: 82.

Três Lagoas/MS, 30 de Junho de 2010

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**4BE5778F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL EXTRATO DO 4º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº. 045/AJ/2009.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 049/2009– Tomada de Preços nº. 001/2009.
PARTES: Município de Três Lagoas - MS e CONSTRUCAMPO ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: Alteração da Cláusula Sexta - Do prazo de vigência do Contrato nº 045/AJ/2009.
VIGÊNCIA:02 (dois) meses.
FUNDAMENTO LEGAL: §1º, II do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e Legislação Complementar. DATA: 21 de junho de 2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

***AGNALDO PIERRE DOS SANTOS***
Representante.

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**C54A2B46

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL EXTRATO DO 1º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 039/AJ/2010.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 340/2010 – Convite nº. 029/2010
PARTES: Município de Três Lagoas - MS e *DANIELLA DE CASTRO ALVES & CIA LTDA – ME.*
OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira- Do Valor do Contrato nº. 039/AJ/2010.
VALOR: R$ 17.812,50 (dezessete mil, oitocentos e doze reais e cinqüenta centavos), equivalente a 25% (vinte e vinte por cento) sobre o valor do Contrato original.
FUNDAMENTO LEGAL: §1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e Legislação Complementar. DATA: 30 de junho de 2010.

***MÁRCA MOURA***
Prefeita Municipal

***DANIELLA DE CASTRO ALVES***
Representante

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**7ACEAF7F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 231/AJ/2010**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Processo nº. 1842/2010 – Pregão Presencial nº. 033/2010
PARTES: Município de Três Lagoas - MS e ***MÁRCIA REGINA GOLFETTO DE OLIVEIRA – EPP***
OBJETO: Alteração da Cláusula Quinta - Do Prazo de Vigência do Contrato nº. 231/AJ/2010.
VIGÊNCIA: 40 (quarenta) dias letivos.
FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e Legislação Complementar.
DATA: 30 de junho de 2010..

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

***MÁRCIA REGINA GOLFETTO DE OLIVEIRA***
Representante.

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**B5E1DE82

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

Extrato do Termo de Rescisão Bilateral ao Contrato nº. 050/AJ/2009 de 10/02/2009.

PARTES: Município de Três Lagoas - MS e empresa *VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA*
PROCESSO N°. 326/2010 – Inexigibilidade de Licitação
OBJETO: Rescisão Bilateral ao Contrato nº. 050/AJ/2009, visando a prestação de serviços no fornecimento de passagens rodoviárias para as linhas de ônibus a serem percorridas: Campo Grande/MS, Ribas do Rio Pardo/MS, Brasilândia/MS, Bataguassu/MS, Goiânia/GO, Brasília/DF e demais cidades do interior de Mato Grosso do Sul, para o atendimento do "Plantão Social" da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 78, Inciso XVII c/c Art. 79 Inciso II da Lei 8666/93, de 21.06.93 e Legislação Complementar
DATA: 10 de Junho de 2010

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

***LEDOVINO POSSARI***
Representante

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**15FE45BF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA GERAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS Nº. 292/AJ/2010.**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº. 2886/2010– CONVITE Nº. 169/2010.
PARTES: Município de Três Lagoas – MS e a empresa *LEANDRO TEBET THOMÉ - EPP*.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer.
VALOR: R$ 24.769,25 (vinte e quatro mil setecentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 01 (um) mês, contados a partir da data da assinatura do Contrato.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666 de 21.06.1993 e Legislação Complementar.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 21.01.27.813.607.2.035 – Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – 33.90.30 – Material de Consumo – Ficha 179. DATA: 24/06/2010.

***MÁRCIA MOURA***
Prefeita Municipal

***LEANDRO TEBET THOMÉ***
Representante.

**Publicado por:**
Denise Lira Bertoche
**Código Identificador:**C667B4F1

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI

### CONTAS PÚBLICAS
### BALANCETE FINANCEIRO - FMDCA/JANEIRO/2010

**FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE JANEIRO DE 2010**

| RECEITA | | PERIODO | TOTAL | | DESPESA | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **0,00** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **9.668,78** | **9.668,78** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **0,00** | **0,00** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | | | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **11.373,51** | **11.373,51** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | 4.800,10 | 4.800,10 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | | | 08 | Assistência Social | 9.668,78 | 9.668,78 |
| **CONSIGNACOES** | | **345,00** | **345,00** | | Previdência Social | | |
| 9079 | 'I.N.S.S - FMDCA' | 345,00 | 345,00 | 10 | Saúde | | |
| | | | | 12 | Educação | | |
| **CREDORES DIVERSOS** | | **228,41** | **228,41** | 11 | Trabalho | | |
| 9081 | 'CASSEMS - FMDCA' | 129,39 | 129,39 | 13 | Cultura | | |
| 9082 | 'EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA' | 99,02 | 99,02 | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| | | | | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **6.000,00** | **6.000,00** | 17 | Saneamento | | |
| 7003 | REPASSE FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂ | 6.000,00 | 6.000,00 | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | | | 20 | Agricultura | | |
| | | | | 22 | Indústria | | |
| | | | | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total ->** | | **11.373,51** | **11.373,51** | 26 | Transporte | | |
| **=> SALDO ANTERIOR** | | **49,28** | **49,28** | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |
| | BANCOS, CONTA VINCULADA | 49,28 | 49,28 | 99 | Reserva de Contingência | | |
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **669,36** | **669,36** |
| **Total SALDO ANTERIOR** | | **49,28** | **49,28** | | EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS | | |
| **TOTAL DA RECEITA** | | **11.422,79** | **11.422,79** | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | | **CONSIGNACOES** | | **440,95** | **440,95** |
| | | | | 9079 | I.N.S.S - FMDCA | 345,00 | 345,00 |
| | | | | 9163 | SALARIO-FAMILIA - FMDCA | 95,95 | 95,95 |
| | | | | **CREDORES DIVERSOS** | | **228,41** | **228,41** |
| | | | | 9081 | CASSEMS - FMDCA | 129,39 | 129,39 |
| | | | | 9082 | EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA | 99,02 | 99,02 |
| | | | | **Total ->** | | **10.338,14** | **10.338,14** |
| | | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **1.084,65** | **1.084,65** |
| | | | | | BANCOS, CONTA VINCULADA | 1.084,65 | 1.084,65 |
| | | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **1.084,65** | **1.084,65** |
| | | | | **TOTAL DA DESPESA** | | **11.422,79** | **11.422,79** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**F7B5A658

## CONTAS PÚBLICAS
## BALANCETE FINANCEIRO - FMHIS/MAIO/2010

**FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE MAIO DE 2010**

| R E C E I T A | | PERIODO | TOTAL | | D E S P E S A | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **63,07** | **63,07** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **0,00** | **98.513,00** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **63,07** | **63,07** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | 63,07 | 63,07 | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **145.396,52** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | | 48.815,20 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | | | 08 | Assistência Social | | |
| **CONSIGNACOES** | | **0,00** | **3.081,32** | | Previdência Social | | |
| 9153 | I.S.S. - FMHIS | | 976,15 | 10 | Saúde | | |
| 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | | 2.105,17 | 12 | Educação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **0,00** | **93.500,00** | 11 | Trabalho | | |
| 7007 | REPASSE FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇ | 0,00 | 93.500,00 | 13 | Cultura | | |
| | | | | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| **Total ->** | | **63,07** | **145.459,59** | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | | 98.513,00 |
| **=> SALDO ANTERIOR** | | **2.848,38** | **3.132,38** | 17 | Saneamento | | |
| | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | 2.848,38 | 3.132,38 | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | **2.848,38** | **3.132,38** | 20 | Agricultura | | |
| **Total SALDO ANTERIOR** | | | | 22 | Indústria | | |
| **TOTAL DA RECEITA** | | **2.911,45** | **148.591,97** | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 26 | Transporte | | |
| | | | | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |
| | | | | 99 | Reserva de Contingência | | |
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **550,00** | **47.717,52** |
| | | | | | EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS | 550,00 | 44.636,20 |
| | | | | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | | **CONSIGNACOES** | | **0,00** | **3.081,32** |
| | | | | 9153 | I.S.S. - FMHIS | | 976,15 |
| | | | | 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | | 2.105,17 |
| | | | | | | | |
| | | | | **Total ->** | | **550,00** | **146.230,52** |
| | | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **2.361,45** | **2.361,45** |
| | | | | | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | 2.361,45 | 2.361,45 |
| | | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **2.361,45** | **2.361,45** |
| | | | | **TOTAL DA DESPESA** | | **2.911,45** | **148.591,97** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**01BCD4A3

**CONTAS PÚBLICAS**
**BALANCETE FINANCEIRO - FMHIS/JANEIRO/2010**

**FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE JANEIRO DE 2010**

| R E C E I T A | | PERIODO | TOTAL | | D E S P E S A | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **0,00** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **98.513,00** | **98.513,00** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **0,00** | **0,00** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | | | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **98.531,09** | **98.531,09** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | 48.815,20 | 48.815,20 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | | | 08 | Assistência Social | | |
| **CONSIGNACOES** | | **1.215,89** | **1.215,89** | | Previdência Social | | |
| 9153 | I.S.S. - FMHIS | 478,70 | 478,70 | 10 | Saúde | | |
| 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | 737,19 | 737,19 | 12 | Educação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **48.500,00** | **48.500,00** | 11 | Trabalho | | |
| 7007 | REPASSE FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇ | 48.500,00 | 48.500,00 | 13 | Cultura | | |
| | | | | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| **Total ->** | | **98.531,09** | **98.531,09** | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | 98.513,00 | 98.513,00 |
| **=> SALDO ANTERIOR** | | **3.132,38** | **3.132,38** | 17 | Saneamento | | |
| | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | 3.132,38 | 3.132,38 | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | | | 20 | Agricultura | | |
| **Total SALDO ANTERIOR** | | **3.132,38** | **3.132,38** | 22 | Indústria | | |
| **TOTAL DA RECEITA** | | **101.663,47** | **101.663,47** | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |
| | | | | 26 | Transporte | | |
| | | | | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 99 | Reserva de Contingência | | |
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **1.215,89** | **1.215,89** |
| | | | | | EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS | | |
| | | | | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | | **CONSIGNACOES** | | **1.215,89** | **1.215,89** |
| | | | | 9153 | I.S.S. - FMHIS | 478,70 | 478,70 |
| | | | | 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | 737,19 | 737,19 |
| | | | | | | | |
| | | | | **Total ->** | | **99.728,89** | **99.728,89** |
| | | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **1.934,58** | **1.934,58** |
| | | | | | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | 1.934,58 | 1.934,58 |
| | | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **1.934,58** | **1.934,58** |
| | | | | **TOTAL DA DESPESA** | | **101.663,47** | **101.663,47** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**9D7D0828

## CONTAS PÚBLICAS
## BALANCETE FINANCEIRO - FMDCA/ABRIL/2010

**FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE ABRIL DE 2010**

| RECEITA | | PERIODO | TOTAL | | DESPESA | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **0,00** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **12.108,43** | **40.889,91** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **0,00** | **0,00** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | | | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **14.417,62** | **50.625,27** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | 6.822,17 | 19.672,23 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | -870,00 | -870,13 | 08 | Assistência Social | 12.108,43 | 40.889,91 |
| **CONSIGNACOES** | | **330,89** | **1.453,38** | | Previdência Social | | |
| 9078 | '"I.S.S. - FMDCA"' | | 67,49 | 10 | Saúde | | |
| 9079 | 'I.N.S.S - FMDCA' | 330,89 | 1.385,89 | 12 | Educação | | |
| **CREDORES DIVERSOS** | | **134,56** | **819,79** | 11 | Trabalho | | |
| 9081 | 'CASSEMS - FMDCA' | 134,56 | 522,73 | 13 | Cultura | | |
| 9082 | 'EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA' | | 297,06 | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| | | | | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **8.000,00** | **29.550,00** | 17 | Saneamento | | |
| 7003 | REPASSE FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂ | 8.000,00 | **29.550,00** | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | | | 20 | Agricultura | | |
| | | | | 22 | Indústria | | |
| **Total ->** | | **14.417,62** | **50.625,27** | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |
| | | | | 26 | Transporte | | |
| **=> SALDO ANTERIOR** | | **422,14** | **49,28** | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |
| | BANCOS, CONTA VINCULADA | 422,14 | 49,28 | 99 | Reserva de Contingência | | |
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **1.456,68** | **8.509,99** |
| **Total SALDO ANTERIOR** | | **422,14** | **49,28** | | EMPENHOS ANTER. | 933,66 | 5.968,16 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | PAGOS NO MÊS | | |
| **TOTAL DA RECEITA** | **14.839,76** | **50.674,55** | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | **CONSIGNACOES** | | **388,46** | **1.722,04** |
| | | | 9078 | I.S.S. - FMDCA | | 67,49 |
| | | | 9079 | I.N.S.S - FMDCA | 330,89 | 1.385,89 |
| | | | 9163 | SALARIO-FAMILIA - FMDCA | 57,57 | 268,66 |
| | | | **CREDORES DIVERSOS** | | **134,56** | **819,79** |
| | | | 9081 | CASSEMS - FMDCA | 134,56 | 522,73 |
| | | | 9082 | EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA | | 297,06 |
| | | | **Total ->** | | **13.565,11** | **49.399,90** |
| | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **1.274,65** | **1.274,65** |
| | | | | BANCOS, CONTA VINCULADA | 1.274,65 | **1.274,65** |
| | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **1.274,65** | **1.274,65** |
| | | | **TOTAL DA DESPESA** | | **14.839,76** | **50.674,55** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**CA6D1E2D

## CONTAS PÚBLICAS
## BALANCETE FINANCEIRO - FMDCA/MARÇO/2010

**FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE MARÇO DE 2010**

| R E C E I T A | | PERIODO | TOTAL | | D E S P E S A | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **0,00** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **7.715,75** | **28.781,48** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **0,00** | **0,00** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | | | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **9.468,36** | **36.207,65** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | 2.929,64 | 12.850,06 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | -0,13 | -0,13 | 08 | Assistência Social | 7.715,75 | 28.781,48 |
| **CONSIGNACOES** | | **310,44** | **1.122,49** | | Previdência Social | | |
| 9078 | '"I.S.S. - FMDCA"' | 15,28 | 67,49 | 10 | Saúde | | |
| 9079 | 'I.N.S.S - FMDCA' | 295,16 | 1.055,00 | 12 | Educação | | |
| **CREDORES DIVERSOS** | | **228,41** | **685,23** | 11 | Trabalho | | |
| 9081 | 'CASSEMS - FMDCA' | 129,39 | 388,17 | 13 | Cultura | | |
| 9082 | 'EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA' | 99,02 | 297,06 | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| | | | | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **6.000,00** | **21.550,00** | 17 | Saneamento | | |
| 7003 | REPASSE FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂ | 6.000,00 | 21.550,00 | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | | | 20 | Agricultura | | |
| | | | | 22 | Indústria | | |
| **Total ->** | | **9.468,36** | **36.207,65** | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |
| | | | | 26 | Transporte | | |
| **=> SALDO ANTERIOR** | | **228,51** | **49,28** | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |
| | BANCOS, CONTA VINCULADA | 228,51 | 49,28 | 99 | Reserva de Contingência | | |
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **1.558,98** | **7.053,31** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total SALDO ANTERIOR** | **228,51** | **49,28** | | EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS | 962,56 | 5.034,50 |
| **TOTAL DA RECEITA** | **9.696,87** | **36.256,93** | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | **CONSIGNACOES** | | **368,01** | **1.333,58** |
| | | | 9078 | I.S.S. - FMDCA | 15,28 | 67,49 |
| | | | 9079 | I.N.S.S - FMDCA | 295,16 | 1.055,00 |
| | | | 9163 | SALARIO-FAMILIA - FMDCA | 57,57 | 211,09 |
| | | | **CREDORES DIVERSOS** | | **228,41** | **685,23** |
| | | | 9081 | CASSEMS - FMDCA | 129,39 | 388,17 |
| | | | 9082 | EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA | 99,02 | 297,06 |
| | | | **Total ->** | | **9.274,73** | **35.834,79** |
| | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **422,14** | **422,14** |
| | | | | BANCOS, CONTA VINCULADA | 422,14 | 422,14 |
| | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **422,14** | **422,14** |
| | | | **TOTAL DA DESPESA** | | **9.696,87** | **36.256,93** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**FF22B951

**CONTAS PÚBLICAS**
**BALANCETE FINANCEIRO - FMDCA/FEVEREIRO/2010**

**FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE FEVEREIRO DE 2010**

| RECEITA | | PERIODO | TOTAL | | DESPESA | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **0,00** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **11.396,95** | **21.065,73** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **0,00** | **0,00** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | | | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **15.365,78** | **26.739,29** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | 5.120,32 | 9.920,42 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | | | 08 | Assistência Social | 11.396,95 | 21.065,73 |
| **CONSIGNACOES** | | **467,05** | **812,05** | | Previdência Social | | |
| 9078 | '"I.S.S. - FMDCA"' | 52,21 | 52,21 | 10 | Saúde | | |
| 9079 | 'I.N.S.S - FMDCA' | 414,84 | 759,84 | 12 | Educação | | |
| **CREDORES DIVERSOS** | | **228,41** | **456,82** | 11 | Trabalho | | |
| 9081 | 'CASSEMS - FMDCA' | 129,39 | 258,78 | 13 | Cultura | | |
| 9082 | 'EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA' | 99,02 | 198,04 | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| | | | | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **9.550,00** | **15.550,00** | 17 | Saneamento | | |
| 7003 | REPASSE FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂ | 9.550,00 | 15.550,00 | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | | | 20 | Agricultura | | |
| | | | | 22 | Indústria | | |
| **Total ->** | | **15.365,78** | **26.739,29** | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |
| | | | | 26 | Transporte | | |
| **=> SALDO ANTERIOR** | | **1.084,65** | **49,28** | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |
| | BANCOS, CONTA VINCULADA | 1.084,65 | 49,28 | 99 | Reserva de Contingência | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **4.824,97** | **5.494,33** |
| **Total SALDO ANTERIOR** | | **1.084,65** | **49,28** | | EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS | 4.071,94 | 4.071,94 |
| **TOTAL DA RECEITA** | | **16.450,43** | **26.788,57** | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | | **CONSIGNACOES** | | **524,62** | **965,57** |
| | | | | 9078 | I.S.S. - FMDCA | 52,21 | 52,21 |
| | | | | 9079 | I.N.S.S - FMDCA | 414,84 | 759,84 |
| | | | | 9163 | SALARIO-FAMILIA - FMDCA | 57,57 | 153,52 |
| | | | | **CREDORES DIVERSOS** | | **228,41** | **456,82** |
| | | | | 9081 | CASSEMS - FMDCA | 129,39 | 258,78 |
| | | | | 9082 | EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA | 99,02 | 198,04 |
| | | | | **Total ->** | | **16.221,92** | **26.560,06** |
| | | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **228,51** | **228,51** |
| | | | | | BANCOS, CONTA VINCULADA | 228,51 | 228,51 |
| | | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **228,51** | **228,51** |
| | | | | **TOTAL DA DESPESA** | | **16.450,43** | **26.788,57** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**D1C44C01

---

**CONTAS PÚBLICAS**
**BALANCETE FINANCEIRO - FMHIS/ABRIL/2010**

**FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE ABRIL DE 2010**

| R E C E I T A | | PERIODO | TOTAL | | D E S P E S A | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **0,00** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **0,00** | **98.513,00** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **0,00** | **0,00** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | | | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **145.396,52** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | | 48.815,20 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | | | 08 | Assistência Social | | |
| **CONSIGNACOES** | | **0,00** | **3.081,32** | | Previdência Social | | |
| 9153 | I.S.S. - FMHIS | | 976,15 | 10 | Saúde | | |
| 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | | 2.105,17 | 12 | Educação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **0,00** | **93.500,00** | 11 | Trabalho | | |
| 7007 | REPASSE FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇ | 0,00 | 93.500,00 | 13 | Cultura | | |
| | | | | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| **Total ->** | | **0,00** | **145.396,52** | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | | 98.513,00 |
| **=> SALDO ANTERIOR** | | **3.398,38** | **3.132,38** | 17 | Saneamento | | |
| | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | **3.398,38** | 3.132,38 | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | | | 20 | Agricultura | | |
| **Total SALDO ANTERIOR** | | **3.398,38** | **3.132,38** | 22 | Indústria | | |
| **TOTAL DA RECEITA** | | **3.398,38** | **148.528,90** | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |
| | | | | 26 | Transporte | | |
| | | | | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |
| | | | | 99 | Reserva de | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Contingência | | |
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **550,00** | **47.167,52** |
| | | | | | EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS | 550,00 | 44.086,20 |
| | | | | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | | **CONSIGNACOES** | | **0,00** | **3.081,32** |
| | | | | 9153 | I.S.S. - FMHIS | | 976,15 |
| | | | | 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | | 2.105,17 |
| | | | | | | | |
| | | | | **Total ->** | | **550,00** | **145.680,52** |
| | | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **2.848,38** | **2.848,38** |
| | | | | | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | 2.848,38 | 2.848,38 |
| | | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **2.848,38** | **2.848,38** |
| | | | | **TOTAL DA DESPESA** | | **3.398,38** | **148.528,90** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**B4E9F6C1

## CONTAS PÚBLICAS
## BALANCETE FINANCEIRO - FMDCA/MAIO/2010

**FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE MAIO DE 2010**

| RECEITA | | PERIODO | TOTAL | | DESPESA | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **13,34** | **13,34** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **7.382,09** | **48.272,00** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **13,34** | **13,34** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | 13,34 | 13,34 | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **9.829,81** | **60.455,08** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | 1.035,70 | 20.707,93 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | | -870,13 | 08 | Assistência Social | 7.382,09 | 48.272,00 |
| **CONSIGNACOES** | | **468,52** | **1.921,90** | | Previdência Social | | |
| 9078 | '"I.S.S. - FMDCA"' | 109,72 | 177,21 | 10 | Saúde | | |
| 9079 | 'I.N.S.S - FMDCA' | 358,80 | 1.744,69 | 12 | Educação | | |
| **CREDORES DIVERSOS** | | **325,59** | **1.145,38** | 11 | Trabalho | | |
| 9081 | 'CASSEMS - FMDCA' | 134,56 | 657,29 | 13 | Cultura | | |
| 9082 | 'EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA' | 191,03 | 488,09 | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| | | | | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **8.000,00** | **37.550,00** | 17 | Saneamento | | |
| 7003 | REPASSE FMDCA - FUNDO MUN. PARA INFÂ | 8.000,00 | 37.550,00 | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | | | 20 | Agricultura | | |
| | | | | 22 | Indústria | | |
| **Total ->** | | **9.843,15** | **60.468,42** | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |
| | | | | 26 | Transporte | | |
| **=> SALDO ANTERIOR** | | **1.274,65** | **49,28** | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |
| | BANCOS, CONTA VINCULADA | 1.274,65 | 49,28 | 99 | Reserva de Contingência | | |
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **3.069,78** | **11.579,77** |
| **Total SALDO ANTERIOR** | | **1.274,65** | **49,28** | | EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS | 2.218,10 | 8.186,26 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DA RECEITA** | **11.117,80** | **60.517,70** | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | **CONSIGNACOES** | | **526,09** | **2.248,13** |
| | | | 9078 | I.S.S. - FMDCA | 12,58 | 80,07 |
| | | | 9079 | I.N.S.S - FMDCA | 455,94 | 1.841,83 |
| | | | 9163 | SALARIO-FAMILIA - FMDCA | 57,57 | 326,23 |
| | | | **CREDORES DIVERSOS** | | **325,59** | **1.145,38** |
| | | | 9081 | CASSEMS - FMDCA | 134,56 | 657,29 |
| | | | 9082 | EMPREST. BCO BRASIL - FMDCA | 191,03 | 488,09 |
| | | | **Total ->** | | **10.451,87** | **59.851,77** |
| | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **665,93** | **665,93** |
| | | | | BANCOS, CONTA VINCULADA | 665,93 | 665,93 |
| | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **665,93** | **665,93** |
| | | | **TOTAL DA DESPESA** | | **11.117,80** | **60.517,70** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**68B3A73A

---

**CONTAS PÚBLICAS**
**BALANCETE FINANCEIRO - FMHIS/FEVEREIRO/2010**

**FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE FEVEREIRO DE 2010**

| RECEITA | | PERIODO | TOTAL | | DESPESA | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **0,00** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **0,00** | **98.513,00** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **0,00** | **0,00** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | | | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **16.865,43** | **115.396,52** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | | 48.815,20 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | | | 08 | Assistência Social | | |
| **CONSIGNACOES** | | **1.865,43** | **3.081,32** | | Previdência Social | | |
| 9153 | I.S.S. - FMHIS | 497,45 | 976,15 | 10 | Saúde | | |
| 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | 1.367,98 | 2.105,17 | 12 | Educação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **15.000,00** | **63.500,00** | 11 | Trabalho | | |
| 7007 | REPASSE FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇ | 15.000,00 | 63.500,00 | 13 | Cultura | | |
| | | | | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| **Total ->** | | **16.865,43** | **115.396,52** | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | | 98.513,00 |
| **=> SALDO ANTERIOR** | | **1.934,58** | **3.132,38** | 17 | Saneamento | | |
| | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | 1.934,58 | 3.132,38 | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | | | 20 | Agricultura | | |
| **Total SALDO ANTERIOR** | | **1.934,58** | **3.132,38** | 22 | Indústria | | |
| **TOTAL DA RECEITA** | | **18.800,01** | **118.528,90** | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |
| | | | | 26 | Transporte | | |
| | | | | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |
| | | | | 99 | Reserva de Contingência | | |
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **14.851,63** | **16.067,52** |
| | | | | | EMPENHOS ANTER. | 12.986,20 | 12.986,20 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | PAGOS NO MÊS | | |
| | | | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | **CONSIGNACOES** | | **1.865,43** | **3.081,32** |
| | | | 9153 | I.S.S. - FMHIS | 497,45 | 976,15 |
| | | | 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | 1.367,98 | 2.105,17 |
| | | | | | | |
| | | | **Total ->** | | **14.851,63** | **114.580,52** |
| | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **3.948,38** | **3.948,38** |
| | | | | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | 3.948,38 | 3.948,38 |
| | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **3.948,38** | **3.948,38** |
| | | | **TOTAL DA DESPESA** | | **18.800,01** | **118.528,90** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**2AA85B4A

**CONTAS PÚBLICAS**
**BALANCETE FINANCEIRO - FMHIS/MARÇO/2010**

**FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**
PRAÇA CEL. VALENCIO DE BRUM, 3244
035684330001/36 Exercício: 2010

**BALANCETE FINANCEIRO DE MARÇO DE 2010**

| R E C E I T A | | PERIODO | TOTAL | | D E S P E S A | PERIODO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **0,00** | | **ORÇAMENTÁRIA** | **0,00** | **98.513,00** |
| | **RECEITAS CORRENTES** | **0,00** | **0,00** | 01 | Legislativa | | |
| 13 | RECEITA PATRIMONIAL | | | 02 | Judiciária | | |
| 17 | TRANSFERêNCIAS CORRENTES | | | 04 | Administração | | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **30.000,00** | **145.396,52** | 05 | Defesa Nacional | | |
| | DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAR | | 48.815,20 | 06 | Segurança Pública | | |
| | ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES | | | 08 | Assistência Social | | |
| **CONSIGNACOES** | | **0,00** | **3.081,32** | | Previdência Social | | |
| 9153 | I.S.S. - FMHIS | | 976,15 | 10 | Saúde | | |
| 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | | 2.105,17 | 12 | Educação | | |
| **TRANSFERENCIAS** | | **30.000,00** | **93.500,00** | 11 | Trabalho | | |
| 7007 | REPASSE FMHIS-FUNDO MUN. DE HABITAÇ | 30.000,00 | 93.500,00 | 13 | Cultura | | |
| | | | | 14 | Direitos da Cidadania | | |
| **Total ->** | | **30.000,00** | **145.396,52** | 15 | Urbanismo | | |
| | | | | 16 | Habitação | | 98.513,00 |
| => **SALDO ANTERIOR** | | **3.948,38** | **3.132,38** | 17 | Saneamento | | |
| | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | 3.948,38 | 3.132,38 | 18 | Gestão Ambiental | | |
| | | | | 20 | Agricultura | | |
| **Total SALDO ANTERIOR** | | **3.948,38** | **3.132,38** | 22 | Indústria | | |
| **TOTAL DA RECEITA** | | **33.948,38** | **148.528,90** | 23 | Comércio e Serviços | | |
| | | | | 25 | Energia | | |
| | | | | 26 | Transporte | | |
| | | | | 27 | Desporto e Lazer | | |
| | | | | 28 | Encargos Especiais | | |
| | | | | 99 | Reserva de Contingência | | |
| | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | | **30.550,00** | **46.617,52** |
| | | | | | EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS | 30.550,00 | 43.536,20 |
| | | | | | ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERIO | | |
| | | | | **CONSIGNACOES** | | **0,00** | **3.081,32** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 9153 | I.S.S. - FMHIS | | 976,15 |
| | | | 9154 | I.N.S.S. - FMHIS | | 2.105,17 |
| | | | | | | |
| | | | **Total ->** | | **30.550,00** | **145.130,52** |
| | | | **SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **3.948,38** | **3.948,38** |
| | | | | BANCOS, CONTA DE MOVIMENTO | 3.948,38 | 3.948,38 |
| | | | **Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE** | | **3.948,38** | **3.948,38** |
| | | | **TOTAL DA DESPESA** | | 33.948,38 | **148.528,90** |

**Publicado por:**
Gilmar Machado da Costa
**Código Identificador:**665EE768

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ**

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2010**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural

**O MUNICIPIO DE BATAYPORÃ-MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 03.505.013/0001-00, com sede à Rua Luiz Antonio da Silva, nº 1249, nesta, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER,**
Atendendo a Lei 11.947/2009 e Resolução FNDE/ CD n.º 38/2009, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os Grupos Formais/ Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o **dia 14 de julho de 2010, às 09:00 horas**, no Setor de Licitações da Prefeitura de Batayporã-MS.

**1. OBJETO**

O objeto da presente Chamada Pública; é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino, com recursos do PNAC, PNAE e PNAP, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, através da CI nº 051/2010, e conforme especificações do Anexo I desta chamada publica.

**2. FONTE DE RECURSO**

05 Secret, Mun. Educação, Cultura, Desp. Lazer/SMECDEL, 05 Secret, Mun. Educação, Cultura, Desp. Lazer/SMECDEL, 2030 Oper/Manut/Ativ. Educa/Merenda/Fanfarra/Vaca Mecânica, 478 3.3.90.30.00 Material de consumo.

**3. ENVELOPE Nº. 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL**
3.1 - O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:
a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;
c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
d) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
e) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

**4. ENVELOPE Nº. 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL**
4.1 O Grupo Informal deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:
a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
c) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

**5. ENVELOPE Nº. 002 – PROJETO DE VENDA**
5.1 No envelope nº. 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.

**6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS**

6.1 As amostras dos produtos especificados no Anexo I, desta chamada, deverão ser entregues aos cuidados da Nutricionista Flavia Cristina P. Franciechinelli, na Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Laser, na Rua Luiz Antonio da Silva n.º 1249, Batayporã-MS, no dia **15/07/2010 das 07:00 as 08:30 horas,** para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

**7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

7.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nos seguintes endereços: **Escola Municipal Anízio Teixeira da Silva – CEM –** Avenida Brasil, nº 2195 – Batayporã/MS; **Escola Municipal Benedita Figueiró de Oliveira – POLO –** Rua: Levino Lopes da Silva nº 1181 – Batayporã/MS; **Escola Municipal Benedita Figueiró de Oliveira – EXTENSÃO** – Rua: Jair de Abranches Mella, nº 1072 – Batayporã/MS e **Escola Municipal Professora Bernadete Teixeira –** Assentamento São Luiz - Batayporã/MS; conforme cronograma de entrega, duas vezes na semana, das 7:00 as 9:00 horas, pelo período de 15 de julho de 2010 até 31 de agosto de 2010, na qual se atestará o seu recebimento.

**8. PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será realizado até **o décimo quinto dia útil**, após a última entrega do mês, através de **cheque ao portador ou depósito em conta corrente**, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

**9. DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 A presente Chamada Pública poderá ser obtida no Setor de Licitações, no horário das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00 horas, de segunda a sexta-feira.
9.2 Para definição dos preços de referência deverá observar o artigo 23 da referida Resolução do FNDE;
9.3 Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. 23 § 6º, da mencionada Resolução do FNDE, site: http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1203118176.pdf;
9.4 Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade às propostas dos grupos locais e as dos Grupos Formais, art. 23, § 3º e § 4º, da referida Resolução do FNDE;
9.5 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
9.6 O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano civil;
9.7 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo III, da mencionada Resolução do FNDE.
9.8 Faz parte integrante da presente chamada publica:
Anexo I – Termo de Referencia;
Anexo II – Modelo de Projeto de Venda;
Anexo III – Minuta de Contrato;
Anexo IV – Cronograma de entrega;
Anexo V – Modelo de Termo de Recebimento.

Batayporã-MS; aos 30 dias do mês de junho de 2010.

***EDSON PERES IBRAHIM***
Prefeito Municipal

***SONIA DA FONSECA TRINDADE GALIEGO***
Secretária Mun. de Educ., Cult. Desp. e Lazer

**ANEXO I**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UN. | QT. |
|---|---|---|---|
| 1 | **ABACAXI;** PEROLA; COM COROA; DE PRIMEIRA; TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; COM POLPA FIRME E INTACTA; PESANDO APROXIMADAMENTE POR UNIDADE ENTRE 1 KG A 1,5 KG. | KG | 75 |
| 2 | **ABOBORA; CABOTIÃ;** DE PRIMEIRA (BOA QUALIDADE); TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; SEM DANOS FISICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. | KG | 55 |
| 3 | **BATATA DOCE;** AMARELA; BOA QUALIDADE; COMPACTA E FIRME; SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, (RACHADURAS, CORTES); TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORMES; DEVENDO SER GRAUDA. | KG | 20 |
| 4 | **BETERRABA;** DE PRIMEIRA; FRESCA, COMPACTA E FIRME; ISENTA DE ENFERMIDADE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; TAMANHO, COLORACAO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. | KG | 160 |
| 5 | **CENOURA;** DE PRIMEIRA, SEM RAMA; FRESCA, COMPACTA E FIRME; SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, RACHADURA E CORTES; TAMANHO E COLORACAO | KG | 250 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. | | |
| 6 | **CHEIRO VERDE;** FRESCA; DE PRIMEIRA; TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA; FIRME E INTACTA; ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. | MAÇO | 40 |
| 7 | **CHUCHU**; DE PRIMEIRA; TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; LIVRE DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSOS; SEM DANOS FÍSICOS E MECÃNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. | KG | 110 |
| 8 | **COUVE-MANTEIGA;** FRESCA; DE PRIMEIRA; TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA; FIRME E INTACTA; ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. | MAÇO | 30 |
| 9 | **GOIABA;** VERMELHA; FRESCA; DE PRIMEIRA; COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO; COM POLPA FIRME E INTACTA; TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA; ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; ISENTA DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; SEM DANOS FÍSICOS E MECÃNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. | KG | 40 |
| 10 | **LIMAO;** TAHITI; DE PRIMEIRA; FRESCO; LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; COM POLPA FIRME E INTACTA. | KG | 20 |
| 11 | **MARACUJA;** DE PRIMEIRA; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; COM POLPA INTACTA E FIRME; LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. | KG | 60 |
| 12 | **MELANCIA;** REDONDA; GRAUDA; DE PRIMEIRA; LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA; COM POLPA FIRME E INTACTA; PESANDO ENTRE 6 KG A 10 KG, CADA UNIDADE. | KG | 250 |
| 13 | **MILHO VERDE;** DE PRIMEIRA (BOA QUALIDADE); TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL. | KG | 80 |
| 14 | **OVO;** DE GALINHA; BRANCO; PESANDO NO MINIMO 45 GRAMAS POR UNIDADE; ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTANCIAS TÓXICAS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA; PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 15 DIAS DO SEU ACONDICIONAMENTO. | DÚZIA | 215 |
| 15 | **REPOLHO;** LISO; FRESCO; DE PRIMEIRA; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO; FIRME E INTACTO; SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA,PERFURAÇÕES E CORTES. | KG | 110 |

**Publicado por:**
Marlene Wruck Leite
**Código Identificador:**870A3B50

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA
### DEMONSTRATIVO VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDÊNCIÁRIAS DO RPPS

| **ANEXO II - DE METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** | | | |
|---|---|---|---|
| **Demonstrativo VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDÊNCIÁRIAS DO RPPS** | | | |
| **(LRF, art. 4º § 2º, Inciso IV, alínea a)** | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | R$ 1,00 |
| **RECEITAS PREVIDÊNCIÁRIAS** | 2007 | 2008 | 2009 |
| **RECEITAS PREVIDÊNCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)** | **1.461.158,00** | **2.171.556,40** | **2.563.722,49** |
| **RECEITAS CORRENTES** | **1.461.158,00** | **2.171.556,40** | **2.563.722,49** |
| Receita de Contribuições | **688.555,08** | **1.542.757,19** | **1.815.534,30** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Pessoal Cívil | 688.555,08 | 1.542.757,19 | 1.815.534,30 |
| Pessoal Militar | | | |
| Receita Patrimonial | 353.330,30 | 612.076,45 | 728.206,38 |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | **419.272,62** | **16.722,76** | **19.981,81** |
| Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Alienação de Bens | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **RECEITAS PREVIDÊNCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)** | **865.780,88** | **1.051.406,42** | **1.763.849,72** |
| **RECEITAS CORRENTES** | **865.780,88** | **1.051.406,42** | **1.763.849,72** |
| Receita de Contribuições | **865.780,88** | **1.051.406,42** | **1.763.849,72** |
| Pessoal Cívil | 865.780,88 | 1.051.406,42 | 1.763.849,72 |
| Pessoal Militar | | | |
| Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Autarial | | | |
| Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Alienação de Bens | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| REPASSES PREVIDÊNCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS | | | |
| REPASSES PREVIDÊNCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS | | | |
| OUTROS APORTES AO RPPS | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)** | **2.326.938,88** | **3.222.962,82** | **4.327.572,21** |
| | | | |
| **DESPESAS PREVIDÊNCIÁRIAS** | 2007 | 2008 | 2009 |
| **DESPESAS PREVIDÊNCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)** | **1.127.352,88** | **1.399.946,31** | **1.802.879,03** |
| **ADMINISTRAÇÃO** | **1.127.352,88** | **1.399.946,31** | **1.802.879,03** |
| Despesas Correntes | 1.120.062,88 | 1.399.946,31 | 1.802.879,03 |
| Despesas de Capital | 7.290,00 | 0,00 | 0,00 |
| **PREVIDÊNCIA SOCIAL** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Pessoal Cívil | | | |
| Pessoal Militar | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| **DESPESAS PREVIDÊNCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **ADMINISTRAÇÃO** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Despesas Correntes | | | |
| Despesas de Capital | | | |
| **RESERVA DO RPPS** | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDÊNCIÁRIAS (II)** | **1.127.352,88** | **1.399.946,31** | **1.802.879,03** |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)** | 1.199.586,00 | 1.823.016,51 | 2.524.693,18 |
| SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| RPPS | | | |
| Fonte: Balancete da Receita e Despesa de 2007, 2008 e 2009. | | | |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**043E7DFC

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**DEMONSTRATIVO VI - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

**ANEXO II - DE METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Demonstrativo VI - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

**(LRF, art. 4º § 2º, Inciso IV, alínea a)**

MUNICÍPIO: **PARANAÍBA/MS** EXERCÍCIO: **2011**

| ANO | RECEITAS | DESPESAS | SALDO |
|---|---|---|---|
| 2010 | 4.613.279,00 | 1.915.500,29 | 2.697.778,71 |
| 2011 | 4.973.452,88 | 2.126.558,03 | 2.846.894,85 |
| 2012 | 5.342.947,78 | 2.417.818,06 | 2.925.129,72 |
| 2013 | 5.717.514,57 | 2.704.144,00 | 3.013.370,57 |
| 2014 | 6.097.757,39 | 3.047.373,13 | 3.050.384,26 |
| 2015 | 6.480.606,40 | 3.292.908,12 | 3.187.698,28 |
| 2016 | 6.872.083,50 | 3.611.630,59 | 3.260.452,91 |
| 2017 | 7.268.319,02 | 3.958.400,15 | 3.309.918,87 |
| 2018 | 7.667.919,55 | 4.435.543,97 | 3.232.375,58 |
| 2019 | 8.063.268,51 | 5.005.423,70 | 3.057.844,81 |
| 2020 | 12.319.275,45 | 5.887.355,86 | 6.431.919,59 |
| 2021 | 12.746.509,22 | 6.561.418,79 | 6.185.090,43 |
| 2022 | 13.159.346,43 | 6.999.044,66 | 6.160.301,77 |
| 2023 | 13.571.113,64 | 7.167.768,08 | 6.403.345,56 |
| 2024 | 13.997.884,97 | 7.870.933,40 | 6.126.951,57 |
| 2025 | 14.408.498,36 | 8.316.341,86 | 6.092.156,50 |
| 2026 | 14.817.454,01 | 8.916.936,49 | 5.900.517,52 |
| 2027 | 15.215.345,59 | 9.396.782,04 | 5.818.563,55 |
| 2028 | 15.608.758,53 | 9.727.555,13 | 5.881.203,40 |
| 2029 | 16.006.372,86 | 9.999.247,43 | 6.007.125,43 |
| 2030 | 16.411.989,93 | 10.215.037,74 | 6.196.952,19 |
| 2031 | 16.829.448,49 | 10.514.330,00 | 6.315.118,49 |
| 2032 | 17.254.453,46 | 10.761.910,83 | 6.492.542,63 |
| 2033 | 17.690.564,85 | 10.795.291,16 | 6.895.273,69 |
| 2034 | 18.151.305,69 | 10.851.338,74 | 7.299.966,95 |
| 2035 | 18.636.798,36 | 10.904.352,61 | 7.732.445,75 |
| 2036 | 19.148.714,72 | 11.046.686,56 | 8.102.028,16 |
| 2037 | 19.683.285,72 | 11.098.403,45 | 8.584.882,27 |
| 2038 | 20.247.312,45 | 11.001.208,28 | 9.246.104,17 |
| 2039 | 20.851.501,84 | 10.833.082,17 | 10.018.419,67 |
| 2040 | 21.502.524,39 | 10.654.129,75 | 10.848.394,64 |
| 2041 | 22.203.844,61 | 10.431.317,74 | 11.772.526,87 |
| 2042 | 22.961.116,92 | 10.302.676,12 | 12.658.440,80 |
| 2043 | 23.772.053,29 | 10.144.719,53 | 13.627.333,76 |
| 2044 | 24.641.637,53 | 9.967.419,82 | 14.674.217,71 |
| 2045 | 20.094.809,73 | 9.695.192,95 | 10.399.616,78 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | |
| Fonte: Projeção Autuarial do PREVIM | | | |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**DD0933A4

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

| **ANEXO II - DE METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** | | | |
|---|---|---|---|
| **Demonstrativo V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS** | | | |
| **(LRF, art. 4º § 2º, Inciso III)** | | | |
| | | | |
| MUNICÍPIO: **PARANAÍBA/MS** | | | EXERCÍCIO: **2011** |
| | | | R$ 1,00 |
| **RECEITAS REALIZADAS** | 2009 | 2008 | 2007 |
| | (a) | (d) | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | | | |
| Alienação de Bens Móveis | 38.100,00 | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | |
| **TOTAL** | 38.100,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | |
| **DESPESAS LIQUIDADAS** | 2009 | 2008 | 2007 |
| | (b) | (e) | |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | |
| Investimentos | 4.093.077,79 | | |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDÊNCIÁRIOS | | | |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | | | |
| **TOTAL** | 4.093.077,79 | 0,00 | 0,00 |
| **SALDO FINANCEIRO** | (c) = (a-b) + (f) | (c) = (a-b) + (f) | (f) = (d-e) + (g) |
| | (4.054.977,79) | 0,00 | 0,00 |
| Fonte: Balanço Geral dos anos de 2007, 2008 e 2009 | | | |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**BF17CA2C

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

| **ANEXO II - DE METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstrativo II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | | | | | | |
| **(LRF, art. 4º § 2º, Inciso I)** | | | | | | |
| | | | | | | |
| MUNICÍPIO: **PARANAÍBA/MS** | | | | EXERCÍCIO: **2011** | | |
| | | | | | | R$ 1,00 |
| **ESPECIFICAÇÃO** | Metas Previstas | % | Metas Realizadas | % | Variação ( B - A ) | |
| | em 2009 | PIB | em 2009 | PIB | Valor | % |

| | (a) | | (b) | | c=(b-a) | (c/a) x 100 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita Total | 60.776.118,37 | 0,18 | 57.263.393,61 | 0,17 | (3.512.724,76) | (5,78) |
| Receitas Primárias (I) | 59.876.118,37 | 0,17 | 56.215.059,30 | 0,16 | (3.661.059,07) | (6,11) |
| Despesa Total | 62.703.774,65 | 0,18 | 55.292.537,10 | 0,16 | (7.411.237,55) | (11,82) |
| Despesas Primárias (II) | 62.106.587,31 | 0,18 | 54.695.349,76 | 0,16 | (7.411.237,55) | (11,93) |
| Resultado Primário (I-II) | (2.230.468,94) | (0,01) | 1.519.709,54 | 0,00 | 3.750.178,48 | (168,13) |
| Resultado Nominal | (10.809.775,30) | (0,03) | (10.809.775,30) | (0,03) | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Pública Consolidada | 24.323.571,92 | 0,07 | 24.323.571,92 | 0,07 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Consolidada Líquida | 13.700.016,15 | 0,04 | 13.700.016,15 | 0,04 | 0,00 | 0,00 |
| Fonte: Balanço Orçamentario referente ao ano de 2009. | | | | | | |
| | | | | | | |
| PIB Estadual Previsto e Realizado para 2009. | | | | | | |

| **ESPECIFICAÇÃO** | **VALOR** |
|---|---|
| Previsão do PIB Estadual para 2009 | 34.652.680.000,00 |
| Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2009 | 34.652.680.000,00 |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**C3B87475

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**DEMONSTRATIVO I - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

| **ANEXO DE RISCOS FISCAIS** | | | |
|---|---|---|---|
| | | | |
| **Demonstrativo I - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS** | | | |
| **(LRF, art. 4º § 3)** | | | |
| | | | |
| MUNICÍPIO: **PARANAÍBA/MS** | | EXERCÍCIO: **2011** | |
| | | | |
| **RISCOS FISCAIS** | | **PROVIDÊNCIAS** | |
| **Descrição** | **Valor** | **Descrição** | **Valor** |
| | | Solicitação de renegociação junto ao Tribunal | |
| Dívidas: | | de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. | |
| Passivo contigente (dívida previdenciária, | | Reparcelamento do INSS. | |
| precatórios alimentícios e outras ações | | | 900.000,00 |
| ordinárias). | 900.000,00 | | |
| | | | |
| | | | |
| **TOTAL** | 900.000,00 | **TOTAL** | 900.000,00 |
| Fonte: | | | |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**9F92738E

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

| | |
|---|---|
| **ANEXO II - DE METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** | |
| **Demonstrativo VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA** | |
| **(LRF, art. 4º § 2º, Inciso V)** | |
| MUNICÍPIO: **PARANAÍBA/MS**<br>EXERCÍCIO: **2011** | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | R$ 1,00 | |
| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO | |
| | | | 2011 | 2012 | 2013 | | |
| IPTU, ISSQN, Alvará | Aposentados, Empresas do Polo Industrial | | 316.920,00 | 335.269,67 | 354.715,31 | Fiscalização mais efetiva e Reavaliação das Plantas de Valores | |
| TOTAL | | | **316.920,00** | **335.269,67** | **354.715,31** | | |
| Fonte: | | | | | | | |
| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | | |
| | | | 2008 | 2009 | 2010 | | |
| IPTU, ISSQN, Alvará | Aposentados, Empresas do Polo Industrial | | 275.000,00 | 290.000,00 | 300.000,00 | | |
| TOTAL | | | **275.000,00** | **290.000,00** | **300.000,00** | | |
| Indice de Projeção - % | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | | |
| PIB do MS | 5,97 | 5,64 | 5,79 | 5,80 | | | |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**CCD0404D

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO**

| **ANEXO II - DE METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstrativo IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO** | | | | | | |
| **(LRF, art. 4º § 2º, Inciso III)** | | | | | | |
| MUNICÍPIO: **PARANAÍBA/MS** | | | | EXERCÍCIO: **2011** | | |
| | | | | | | R$ 1,00 |
| **PATRIMÔNIO LIQUIDO** | 2009 | % | 2008 | % | 2007 | % |
| Patrimônio/Capital | 12.469.772,00 | 30,04 | 3.746.386,54 | (24,12) | (903.487,01) | 100,00 |
| Reservas | | | | | | |
| Resultado Acumulado | | | | | | |
| **TOTAL** | 12.469.772,00 | 30,04 | 3.746.386,54 | (24,12) | (903.487,01) | 100,00 |
| | | | | | | |
| **REGIME PREVIDENCIÁRIO** | | | | | | |
| **PATRIMÔNIO LIQUIDO** | 2009 | % | 2008 | % | 2007 | % |
| Patrimônio/Capital | 14.551.500,02 | 79,30 | 11.539.276,32 | 87,00 | 10.039.479,54 | 100,00 |
| Reservas | | | | | | |
| Lucros ou Prejuizos Acumulados | | | | | | |
| **TOTAL** | 14.551.500,02 | 79,30 | 11.539.276,32 | 87,00 | 10.039.479,54 | 100,00 |
| Fonte: Balanço Patrimonial referente ao anos de 2007, 2008 e 2009 | | | | | | |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**A284E097

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

| **ANEXO II - DE METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** | |
|---|---|
| **Demonstrativo VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO** | |
| **(LRF, art. 4º § 2º, Inciso V)** | |
| | |
| MUNICÍPIO: **PARANAÍBA/MS** | EXERCÍCIO: **2011** |
| | R$ 1,00 |
| **EVENTO** | **Valor Previsto para 2009** |
| Aumento Permanente da Receita | 2.977.355,85 |
| (-) Transferências Constituicionais | 0,00 |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 646.941,09 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 2.330.414,76 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | 3.120,00 |
| **Margem Bruta (III) = (I+II)** | **2.333.534,76** |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 11.431,45 |
| Novas DOCC | 11.431,45 |
| Novas DOCC geradas por PPP | |
| **Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)** | **2.322.103,32** |
| Fonte: Balanço Financeiro referente aos anos de 2006, 2007, 2008, 2009 e LOA 2010 | |

| RECEITAS | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita Tributária | 3.653.295,24 | 5.828.744,65 | 5.919.973,11 | 4.748.405,36 | 5.404.600,00 | |
| Cota-parte do FPM | 9.524.738,49 | 11.217.344,71 | 14.569.787,51 | 13.939.747,60 | 15.000.000,00 | |
| Cota-parte do ITR | 308.567,62 | 346.450,14 | 369.500,06 | 741.514,54 | 1.000.000,00 | |
| Cota-parte do ICMS | 8.495.829,35 | 10.248.814,18 | 11.333.510,01 | 10.535.191,18 | 13.000.000,00 | |
| Cota-parte do IPVA | 1.138.347,50 | 1.203.386,06 | 1.461.134,02 | 1.685.905,05 | 1.655.000,00 | |
| Outras Receitas Correntes | 2.926.398,39 | 1.273.896,70 | 1.879.984,08 | 1.013.412,59 | 1.897.000,00 | |
| RECEITAS | 2006-2007 | 2007-2008 | 2008-2009 | 2009-2010 | MÉDIA - 5anos | FUNDEB |
| Receita Tributária | 2.175.449,41 | 91.228,46 | (1.171.567,75) | 656.194,64 | 437.826,19 | 87.565,24 |
| Cota-parte do FPM | 1.692.606,22 | 3.352.442,80 | (630.039,91) | 1.060.252,40 | 1.368.815,38 | 273.763,08 |
| Cota-parte do ITR | 37.882,52 | 23.049,92 | 372.014,48 | 258.485,46 | 172.858,10 | 34.571,62 |
| Cota-parte do ICMS | 1.752.984,83 | 1.084.695,83 | (798.318,83) | 2.464.808,82 | 1.126.042,66 | 225.208,53 |
| Cota-parte do IPVA | 65.038,56 | 257.747,96 | 224.771,03 | (30.905,05) | 129.163,13 | 25.832,63 |
| Outras Receitas Correntes | (1.652.501,69) | 606.087,38 | (866.571,49) | 883.587,41 | (257.349,60) | |
| | | | | TOTAL | 2.977.355,85 | 646.941,09 |
| Redução Permanente da Despesa | | | | | | |
| **Venciment** | 2010 | % diminuição | 2011 | Diferença | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **os e Vantagens** | | | | | | |
| Demissão de Func. Contratados | 50.000,00 | 4,92 | 47.540,00 | (2.460,00) | | (270,60) |
| Obrigações Patronais - RGPS | 6.000,00 | 11,00 | 5.340,00 | (660,00) | | |
| | | | Total | (3.120,00) | | |
| Impacto de Novas DOCC | | | | | | |
| **Vencimentos e Vantagens** | 2010 | % aumento | 2011 | Diferença | | |
| Aumento de Salário | 90.000,00 | 10,00 | 99.000,00 | 9.000,00 | | 9.000,00 |
| Novas contratações | - | - | - | - | | - |
| Obrigações Patronais - RPPS | 19.656,00 | 12,37 | 22.087,45 | 2.431,45 | | 9.000,00 |
| | | | Total | 11.431,45 | | 13,5 |
| | | | | | | 1.215,00 |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**F68908D2

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**
**DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS**

| **ANEXO II - DE METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstrativo I - METAS ANUAIS** | | | | | | | | | |
| **(LRF, art. 4º § 1º)** | | | | | | | | | |
| MUNICÍPIO: **PARANAÍBA/MS** EXERCÍCIO: **2011** | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | R$ 1,00 | |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **2011** | | | **2012** | | | **2013** | | |
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b/PIB) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c/PIB) x 100 |
| Receita Total | 58.534.232,45 | 56.391.360,74 | 0,139 | 59.178.235,44 | 54.819.026,46 | 0,127 | 59.829.385,40 | 53.290.587,66 | 0,117 |
| Receitas Primárias (I) | 57.462.632,60 | 55.358.990,94 | 0,136 | 58.094.845,67 | 53.815.441,75 | 0,125 | 58.734.074,88 | 52.314.984,44 | 0,115 |
| Despesa Total | 56.519.636,98 | 54.450.517,33 | 0,134 | 57.141.475,07 | 52.932.298,68 | 0,123 | 57.770.214,15 | 51.456.464,76 | 0,113 |
| Despesas Primárias (II) | 55.909.196,35 | 53.862.424,22 | 0,132 | 56.524.318,27 | 52.360.603,11 | 0,122 | 57.146.266,65 | 50.900.708,94 | 0,112 |
| Resultado Primário (I-II) | 1.553.436,25 | 1.496.566,72 | 0,004 | 1.570.527,40 | 1.454.838,64 | 0,003 | 1.587.808,23 | 1.414.275,50 | 0,003 |
| Resultado Nominal | 2.816.372,31 | 2.713.268,12 | 0,007 | 2.962.117,74 | 2.743.921,13 | 0,006 | 3.080.602,45 | 2.743.921,13 | 0,006 |
| Dívida Pública Consolidada | 30.918.200,26 | 29.786.320,10 | 0,073 | 34.342.580,36 | 31.812.824,55 | 0,074 | 37.903.935,66 | 33.761.386,53 | 0,074 |
| Dívida Consolidada Líquida | 19.361.641,33 | 18.652.833,65 | 0,046 | 22.323.759,07 | 20.679.338,10 | 0,048 | 25.404.361,52 | 22.627.900,08 | 0,050 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rec. Primárias advindas de PPP (IV) | | - | 0,000 | | - | 0,000 | | - | 0,000 |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V) | | - | 0,000 | | - | 0,000 | | - | 0,000 |
| Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV-V) | | - | 0,000 | | - | 0,000 | | - | 0,000 |
| **Fonte:** Balanço Financeiro referente aos anos de 2006, 2007, 2008, 2009 e Lei Orçamentária de 2010. | | | | | | | | | |
| **Nota:** O calculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico: | | | | | | | | | |
| **VARIÁVEIS** | **2011** | | **2012** | | **2013** | | **Metodologia de Calculo do Valores** | | |
| PIB MS (Crescimento % anual) | 5,64 | 5,79 | 5,80 | **Constantes:** | | | | | |
| Taxa de Juro implicito sobre a | 13,60 | 13,60 | 13,60 | | | | | | |
| dívida líquida do Governo | **Exercício 2011** | | | | | | | | |
| (média % anual) | Valor Corrente / 1,038 | | | | | | | | |
| Câmbio (R$/US$-final periodo-Dez) | 2,37 | 2,37 | 2,37 | **Exercício 2012** | | | | | |
| Inflação Média (% anual | 3,80 | 4,00 | 4,00 | Valor Corrente / 1,04 | | | | | |
| projetada com base em índice | **Exercício 2013** | | | | | | | | |
| oficial de inflação) IPCA/IBGE/MS | Valor Corrente / 1,04 | | | | | | | | |
| Projeção do PIB dos Estado MS | 42.199.840.000,00 | 46.430.380.000,00 | 51.088.970.000,00 | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| **Indice para Deflação** | | | | | | | | | |
| [1 + (Taxa de Inflação Ano de Referência/100)] | | | | | | | | | |
| [1 + (4,00/100)] | | | | | | | | | |
| 1,04 | | | | | | | | | |
| **Calculo do Valor Constante** | | | | | | | | | |
| Valor Corrente/Índice para Deflação | | | | | | | | | |
| Valores Para Calculo Constante | | | | | | | | | |
| Valor Corrente 2011 / | 1,038 | | | | | | | | |
| Valor Corrente 2012 / | 1,080 | | | | | | | | |
| Valor Corrente 2013 / | 1,123 | | | | | | | | |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**B905BE32

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA
## DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

**ANEXO II - DE METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Demonstrativo III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**(LRF, art. 4º § 2º, Inciso II)**

MUNICÍPIO: **PARANAÍBA/MS** EXERCÍCIO: **2011**

| **ESPECIFICAÇÃO** | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2008 | 2009 | % | 2010 | % | 2011 | % | 2012 | % | 2013 | % |
| Receita Total | 59.376.539,95 | 57.263.393,61 | (3,56) | 57.899.341,16 | 1,11 | 58.534.232,45 | 1,10 | 59.178.235,44 | 1,10 | 59.829.385,40 | 1,10 |
| Receitas Primárias (I) | 58.355.609,64 | 56.215.059,30 | (3,67) | 56.839.364,41 | 1,11 | 57.462.632,60 | 1,10 | 58.094.845,67 | 1,10 | 58.734.074,88 | 1,10 |
| Despesa Total | 58.401.226,66 | 55.292.537,10 | (5,32) | 55.906.597,00 | 1,11 | 56.519.636,98 | 1,10 | 57.141.475,07 | 1,10 | 57.770.214,15 | 1,10 |
| Despesas Primárias (II) | 56.544.194,15 | 54.695.349,76 | (3,27) | 55.302.777,50 | 1,11 | 55.909.196,35 | 1,10 | 56.524.318,27 | 1,10 | 57.146.266,65 | 1,10 |
| Resultado Primário (I-II) | 1.811.415,49 | 1.519.709,54 | (16,10) | 1.536.586,91 | 1,11 | 1.553.436,25 | 1,10 | 1.570.527,40 | 1,10 | 1.587.808,23 | 1,10 |
| Resultado Nominal | (539.059,44) | (10.809.775,30) | 1.905,30 | 2.845.252,87 | (126,32) | 2.816.372,31 | (1,02) | 2.962.117,74 | 5,17 | 3.080.602,45 | 4,00 |
| Dívida Pública Consolidada | 31.421.784,23 | 24.323.571,92 | (22,59) | 27.678.755,46 | 13,79 | 30.918.200,26 | 11,70 | 34.342.580,36 | 11,08 | 37.903.935,66 | 10,37 |
| Dívida Consolidada Líquida | 24.509.791,45 | 13.700.016,15 | (44,10) | 16.545.269,02 | 20,77 | 19.361.641,33 | 17,02 | 22.323.759,07 | 15,30 | 25.404.361,52 | 13,80 |
| **ESPECIFICAÇÃO** | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
| | 2008 | 2009 | % | 2010 | % | 2011 | % | 2012 | % | 2013 | % |
| Receita Total | 65.026.811,49 | 60.012.036,50 | (7,71) | 57.899.341,16 | (3,52) | 56.391.360,74 | (2,60) | 54.819.026,46 | (2,79) | 53.290.587,66 | (2,79) |
| Receitas Primárias (I) | 63.908.729,45 | 58.913.382,15 | (7,82) | 56.839.364,41 | (3,52) | 55.358.990,94 | (2,60) | 53.815.441,75 | (2,79) | 52.314.984,44 | (2,79) |
| Despesa Total | 63.958.687,39 | 57.946.578,88 | (9,40) | 55.906.597,00 | (3,52) | 54.450.517,33 | (2,60) | 52.932.298,68 | (2,79) | 51.456.464,76 | (2,79) |
| Despesas Primárias (II) | 61.924.939,67 | 57.320.726,55 | (7,44) | 55.302.777,50 | (3,52) | 53.862.424,22 | (2,60) | 52.360.603,11 | (2,79) | 50.900.708,94 | (2,79) |
| Resultado Primário (I-II) | 1.983.789,79 | 1.592.655,60 | (19,72) | 1.536.586,91 | (3,52) | 1.496.566,72 | (2,60) | 1.454.838,64 | (2,79) | 1.414.275,50 | (2,79) |
| Resultado Nominal | (590.356,34) | (11.328.644,51) | 1.818,95 | 2.845.252,87 | (125,12) | 2.713.268,12 | (4,64) | 2.743.921,13 | 1,13 | 2.743.921,13 | (0,00) |
| Dívida Pública Consolidada | 34.411.881,22 | 25.491.103,37 | (25,92) | 27.678.755,46 | 8,58 | 29.786.320,10 | 7,61 | 31.812.824,55 | 6,80 | 33.761.386,53 | 6,13 |
| Dívida Consolidada Líquida | 26.842.143,20 | 14.357.616,93 | (46,51) | 16.545.269,02 | 15,24 | 18.652.833,65 | 12,74 | 20.679.338,10 | 10,86 | 22.627.900,08 | 9,42 |

Fonte: Balanço Financeiro referente aos anos de 2007, 2008 e 2009

| **Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes** | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **INDICES DE INFLAÇÃO - %** | | | | | | | | | | | |
| 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | | | | | |
| 6,00 | 4,50 | 4,80 | 3,80 | 4,00 | 4,00 | | | | | | |
| 1,0952 | 1,0480 | 1,0000 | 1,0380 | 1,0795 | 1,1227 | | | | | | |
| **Indice para Deflação** | | | | | | | | | | | |
| [1 + (Taxa de Inflação Ano de Referência/100)] | | | | | | | | | | | |
| [1 + (7,57/100)] | | | | | | | | | | | |
| 1,0757 | | | | | | | | | | | |
| **Calculo do Valor Constante** | | | | | | | | | | | |
| Valor Corrente/Índice para Deflação | | | | | | | | | | | |

**Publicado por:**
Marnei Marcelo Machado
**Código Identificador:**D7EFC2A3

